



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS ACOPIARA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
SUBSEQUENTE EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO
DE LIBRAS**

ACOPIARA, 2022



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS ACOPIARA**

REITOR

Jose Wally Mendonça Menezes

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Joélia Marques de Carvalho

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Marcel Ribeiro Mendonça

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Cristiane Borges Braga

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ana Cláudia Uchoa Araújo

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ACOPIARA

Kelvio Felipe dos Santos

DIRETORA DE ENSINO

Liliane Veras Leite Castro

COORDENADORA DO CURSO

Raquece Mota Honório Cruz



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 19/GAB-ACO/DG-ACO/ACOPIARA, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ACOPIARA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 178, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente deste Instituto, para comporem a Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Tradutor e Intérprete de Libras do Campus Acopiara.

NOME	SIAPE	FUNÇÃO
Raquece Mota Honorio Cruz	1976256	Presidente
Antonio Nelson Teixeira Moreno	2163415	Membro
Rodrigo Alves Silva	1396261	Membro
Liliane Veras Leite Castro	3011652	Membro
Antonio Indalecio Feitosa	1211988	Pedagogo
Romero da Silva Benevides	3000853	Bibliotecário

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE,

ANOTE-SE

E

CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Kelvio Felipe dos Santos, Diretor(a) Geral do Campus Acopiara**, em 12/03/2021, às 16:21, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_o_rgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2473368** e o código CRC **6A498D54**.

Referência: Processo nº 23848.000190/2021-31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área Territorial dos Municípios da Região Administrativa 16	15
Tabela 2: Número de pessoas com deficiência no Brasil segundo o IBGE (Censo de 2010)...	27
Tabela 3: Número de pessoas com deficiência no Ceará segundo os dados do IBGE (Censo de 2010)	28
Tabela 4: Número de pessoas com deficiência auditiva no município de Acopiara	29
Tabela 5: Quantitativo de empregos no território de abrangência	33
Tabela 6: Percentual de empregos formais no território de abrangência	34
Tabela 7: Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000)	36
Tabela 8: Principais atividades produtivas do município de Acopiara	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: 16ª Região Administrativa	15
Figura 2: Municípios da Zona de Influência	16
Figura 3: Distribuição da população por município	17

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Território do Ceará da Região Administrativa 16 e Zona de Influência.....	17
Gráfico 2: Distribuição da população no Ceará e Regiões.....	18
Gráfico 3: Distribuição da população urbana e rural no Ceará e regiões.....	19
Gráfico 4: Distribuição da população na Região Administrativa 16	20
Gráfico 5: Distribuição da população da Zona de influência.....	20
Gráfico 6: Faixa etária no Ceará e Regiões.....	21
Gráfico 7: Faixa etária na Região Administrativa 16.....	22
Gráfico 8: Faixa etária na Zona de influência	22
Gráfico 9: Distribuição de gênero no Ceará e Regiões	23
Gráfico 10: Distribuição de gênero na Região Administrativa 16	24
Gráfico 11: Distribuição de gênero na Zona de Influência.....	24
Gráfico 12: Percentual de escolarização de 6 a 14 anos de idade na Região administrativa (2010)	25
Gráfico 13: Percentual de escolarização de 6 a 14 anos de idade na Zona de Influência (2010)	25
Gráfico 14: Total de estabelecimentos.....	32

Gráfico 15: Alocação nos postos de trabalho no comércio.....	32
Gráfico 16: Alocação de Postos de trabalhos na Indústria	33
Gráfico 17: Índice de trabalho formal.....	35
Gráfico 18: Quantidade de matrículas no Ceará e regiões.....	38
Gráfico 19: Quantidade de matrícula na região administrativa 16 (2015)	39
Gráfico 20: Quantidade de matrícula na Região de Influência	39
Gráfico 21: Índice de desenvolvimento da Educação Básica no Ceará e Regiões	40
Gráfico 22: Índice de desenvolvimento da Educação Básica na Região Administrativa (2015).....	40
Gráfico 23: Índice de desenvolvimento da Educação Básica da região de influência	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição de disciplinas obrigatórias e suas respectivas cargas horárias	55
Quadro 2: Distribuição de disciplinas opcionais e suas respectivas cargas horárias.....	57
Quadro 3: Disposição gráfica da estrutura curricular do curso.....	57
Quadro 4: Auxílios	72
Quadro 5: Corpo docente necessário para desenvolvimento do Curso	76
Quadro 6: Corpo docente disponível para abertura do curso.....	77
Quadro 7: Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do IFCE Campus Acopiara	79
Quadro 8: Corpo técnico-administrativo do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do IFCE campus Acopiara	79
Quadro 9: Infraestrutura física e recursos materiais	80

SUMÁRIO

DADOS DO CURSO	9
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	9
INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	9
APRESENTAÇÃO	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	12
1.1 Histórico institucional	12
1.2 Campus Acopiara	14
1.2.1 Faixa etária da população da Região Administrativa 16 e da Zona de Influência	21
2 JUSTIFICATIVA	25
2.1 Potencialidades do território de abrangência	31
2.1.1 Mercado de Trabalho	31
2.1.2 Produto Interno Bruto (PIB)	35
2.1.3 Atividade produtiva	36
2.1.4 Educação	37
3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	41
4 CONCEPÇÃO DO CURSO	45
4.1 Concepção filosófica e pedagógica	45
5 OBJETIVOS DO CURSO	46
5.1 Objetivo geral	46
5.2 Objetivos específicos	46
6 DO INGRESSO NO CURSO	47
7 ITINERÁRIOS FORMATIVOS	48
8 ÁREAS DE ATUAÇÃO	48
9 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	48
10 METODOLOGIA	50
11 ESTRUTURA CURRICULAR	53
11.1 Organização Curricular	53
11.2 Matriz Curricular	55
12 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	57
13 PRÁTICA PROFISSIONAL	61
14 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	64
15 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E	

EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	65
16 EMISSÃO DE DIPLOMA	67
17 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	67
17.1 Avaliação do desempenho docente	68
18 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO	69
18.1 Ensino	70
18.2 Pesquisa	71
18.3 Extensão	71
19 APOIO AO DISCENTE	72
19.1 Auxílios	73
19.2 Programa de bolsas	75
19.3 Estímulo à permanência	75
20 COORDENAÇÃO DO CURSO	75
21 COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA	77
22 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	77
23 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	78
24 CORPO DOCENTE	78
25 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	80
26 INFRAESTRUTURA	82
26.1 Biblioteca	83
26.1.1 Biblioteca Virtual Universitária (BVU)	83
26.1.2 Portal de periódicos CAPES	84
26.2 Infraestrutura do Estúdio de Tradução	84
REFERÊNCIAS	85
ANEXO I - PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA DAS DISCIPLINAS - PUDs	87

DADOS DO CURSO**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Acopiara
CNPJ	107440980032-41
Endereço	Rodovia CE- 060, km 332 – Vila Martins
Cidade/UF/CEP	Acopiara / CE / 63560-000
Telefone	(85) 3401-2217
E-mail	gabinete.acopiara@ifce.edu.br
Página institucional na internet:	https://ifce.edu.br/acopiara

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação	Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras
Titulação conferida	Técnico em Tradução e Interpretação de Libras
Nível	Médio
Forma de articulação com o Ensino Médio	Subsequente
Modalidade	Presencial
Duração	1 ano e meio (3 Semestres)
Periodicidade	Anual

Formas de ingresso	Processo Seletivo
Número de vagas anuais	40
Turno de funcionamento	Noturno
Ano e semestre do início do funcionamento	2022.2
Carga Horária das disciplinas	1080 horas-aula
Carga Horária de prática profissional	120 horas-aula
Carga Horária Total	1200 horas-aula
Sistema de Carga Horária Créditos	01 Crédito = 20 horas-aula
Duração da hora-aula	50 minutos

Observação: embora a carga horária total das disciplinas (sem estágio) seja de 1200 horas-aula, esta se resume a 1080 horas já que a hora-aula noturna é de 50 minutos.

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Acopiara define as etapas que foram realizadas para a sua criação, assim como sua estrutura e funcionamento. Inicialmente, explicaremos a necessidade de criação do curso. Em seguida, apresentaremos sua organização e fundamentação legal.

O primeiro passo para construção desse projeto foi dado no ano de 2018 com a então equipe de implantação do campus, juntamente com a direção da Associação de Surdos do município de Iguatu, os quais deram início à elaboração do PPC do Curso Técnico de Tradução e Interpretação de Libras nesta instituição, após constatar, por meio do estudo de potencialidades, uma grande demanda desse profissional em toda a região. Porém, o projeto foi arquivado e apenas retomado no ano de 2021, com a formação de uma nova comissão instituída pela Portaria Nº 19/GAB-ACO/DG-ACO/ACOPIARA, de 12 de março de 2021.

O estudo de potencialidades, realizado ainda em 2018, na Região Administrativa 16 e microrregião do Sertão de Senador Pompeu, localizada na mesorregião dos Sertões Cearenses, foi o principal fator motivador para a implantação desse curso. Nesse sentido, o curso Técnico de Tradução e Interpretação de Libras possibilitará a qualificação profissional de jovens e adultos com o principal objetivo de prepará-los para a atuação nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e a formação para o trabalho, estabelecida na proposta formativa do curso, além da possibilidade de verticalização em cursos de graduação, tais como: Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Assistiva, Bacharelado em Letras-Libras, Curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/ Língua Portuguesa, Licenciatura em Letras-Português/Libras e Licenciatura em Letras-Libras.

A qualificação profissional como Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) possibilita a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes em diferentes contextos socioculturais, respeitando as diferenças interculturais. Através da tradução e da interpretação da língua portuguesa para a Libras, e vice-versa, e da adaptação de publicações em português escrito para vídeos em Libras, e vice-versa, utilizando-se dos referenciais visuais, identitários, culturais e linguísticos da comunidade surda, o profissional poderá contribuir para amenizar as barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Histórico institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma instituição de educação e tem como marco referencial de sua história institucional o contínuo desenvolvimento e expansão de sua atuação, acompanhado de crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória evolutiva corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da região Nordeste e do Brasil.

A sua história institucional inicia-se no despertar do século XX, quando o então presidente da república, Nilo Peçanha, cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, instrumento de política voltado para as “classes desprovidas ou desvalidos da sorte”, e que hoje, se configura como importante estrutura para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Durante os anos 1940, o incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza no ano de 1941. No ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios, orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do país. Assim, o crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar técnicos para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura.

No ambiente desenvolvimentista da década de 1950, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio. Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo. O contínuo avanço

do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais.

Essas escolas técnicas passaram por novas modificações no final dos anos 1970. Nesse momento surgem então os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais escolas técnicas da rede federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica.

Em 1995, tendo por objetivo a interiorização do ensino técnico, foram inauguradas duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte. Em 1998, foi protocolado junto ao MEC o projeto institucional delas. Esse projeto visava a transformação em CEFET-CE que foi implantado por decreto de 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o ministro da educação aprovou o respectivo regimento interno pela Portaria nº. 845. Pelo Decreto nº. 3.462/2000 recebe a permissão de implantar cursos de licenciaturas em áreas de conhecimento em que a tecnologia tivesse uma participação decisiva. Assim, em 2002.2, a instituição optou pela Licenciatura em Matemática e no semestre seguinte pela Licenciatura em Física.

O Ministério da Educação, reconhecendo a vocação institucional dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação tecnológica, bem como, extensão e pesquisa aplicada, reconheceu mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, em seu artigo 11-A, que, dentre outros objetivos, tem a finalidade de ministrar cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino, visando à formação de profissionais especialistas na área tecnológica.

Em 29 de dezembro de 2008, criado pela Lei 11.892/2009, nasce o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A nova instituição congrega o extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE) e as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. A criação dos Institutos Federais corresponde a uma nova etapa da educação do país e pretende preencher as lacunas históricas na educação brasileira. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos.

Contemplando a perspectiva da interiorização do IFCE, foi criado o campus Acopiara, localizado na Rodovia CE 060, Km 332 - Vila Martins, distante cerca de 351 km da capital

cearense. Tem infraestrutura dotada de salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, auditório, espaço de convivência, biblioteca, dentre outros espaços. A seguir apresentaremos o contexto do município de Acopiara e das regiões que constituem, destacando-se os aspectos econômicos e educacionais condizentes com a implantação e consolidação do Campus nesse espaço geográfico.

1.2 Campus Acopiara

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Acopiara, tem área total construída de pouco mais de quatro mil metros quadrados, com um bloco administrativo, um bloco didático (com dez salas de aula e dez laboratórios), um auditório para 180 pessoas, uma biblioteca, cantina e área de convivência. A sede está situada na rodovia CE-060, km 332, Vila Martins, na saída de Acopiara para Mombaça. O modelo da unidade segue o projeto identitário dos *campi* da fase de expansão em andamento.

O nome do município é uma composição da língua tupi: *aco* - roça, roçado, cultura; *pi* - de pina, limpar ou tratar; e *ara* - que significa “aquele que cultiva a terra, o agricultor ou o lavrador”. Sua denominação original era Lages, depois Afonso Pena e, desde 1943, Acopiara. Sua fundação data de 28 de setembro de 1921, instalando-se a Vila em data de 14 de janeiro de 1922. Primeiro a sua vinculação geográfica tinha como subordinante o distrito denominado de Vila Telha (Iguatu na atualidade) e era chamado por Lages (designativo característico de sua formação geológica envolvendo pedreiras, elevações irregulares e chãs ribeirinhas, compondo dessa forma pequenos nódulos de solos diversificados).

Nesse complexo geológico variado, estabeleceu-se como pioneiro o alferes Antônio Vieira Pita, seus familiares e outros imigrantes, com assentamentos que datam da segunda década do Século XVIII. O primeiro indício de posse consta de uma sesmaria, concedida a um desses pioneiros pelo Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, em data de 4 de julho de 1719. Nesse módulo e noutros posteriormente cedidos, situaram-se fazendas e edificaram-se moradias, formando povoações.

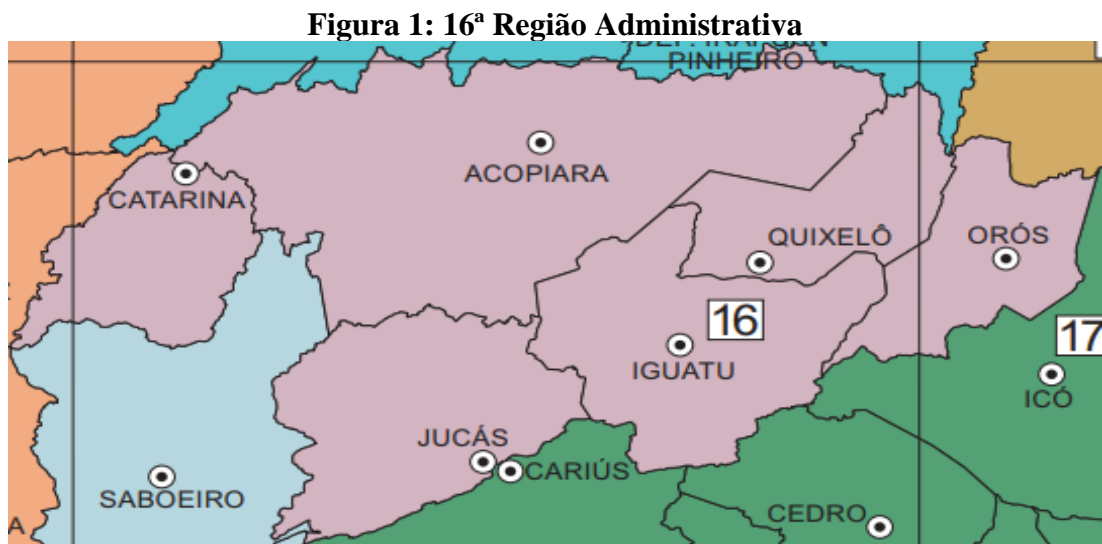
Estes agregamentos iniciais transformaram-se em povoado, perdendo de sua originalidade as principais características. Quase duzentos anos se passaram, até que no início do Século XX, quando as transformações sociais proporcionaram impulsos mais alentadores. Surgiu a ferrovia Fortaleza-Crato, e a povoação de Lages então recebeu como prêmio a sua estação ferroviária, tendo o atrativo inicial em 10 de julho de 1919.

Desde então, Lages tomou novos rumos e partiu para a sua emancipação já nos padrões

urbanos. Em 1923, consoante Decreto nº 1.156, Lages passou à denominação de Afonso Pena, homenagem que se prestava a um dos Presidentes brasileiros. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu segundo Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Como em muitas cidades do interior do Ceará, Acopiara tem em sua produção agrícola a maior fonte de renda, pois é possível verificar que a agricultura ainda se apresenta como de subsistência de pequenos produtores, em sua maioria.

Destacam-se também no ramo industrial, as indústrias de sabão e a refinaria de óleo, e a cidade também dispõe de boa estrutura no ramo de cerâmicas, com boa produção de tijolos e telhas. O município de Acopiara está situado na 16ª Região Administrativa do Ceará, conforme observado na Figura 1.



Fonte: IPECE, 2018.

Conforme expresso na Figura 1, dos sete municípios que constituem a Região Administrativa 16, Acopiara ocupa o maior espaço territorial da região, elevando a sua relevância frente aos outros municípios. Nesse sentido, pode-se verificar que a Região Administrativa 16 é constituída de sete municípios que constituem as seguintes áreas territoriais:

Tabela 1: Área territorial dos municípios da Região Administrativa 16.

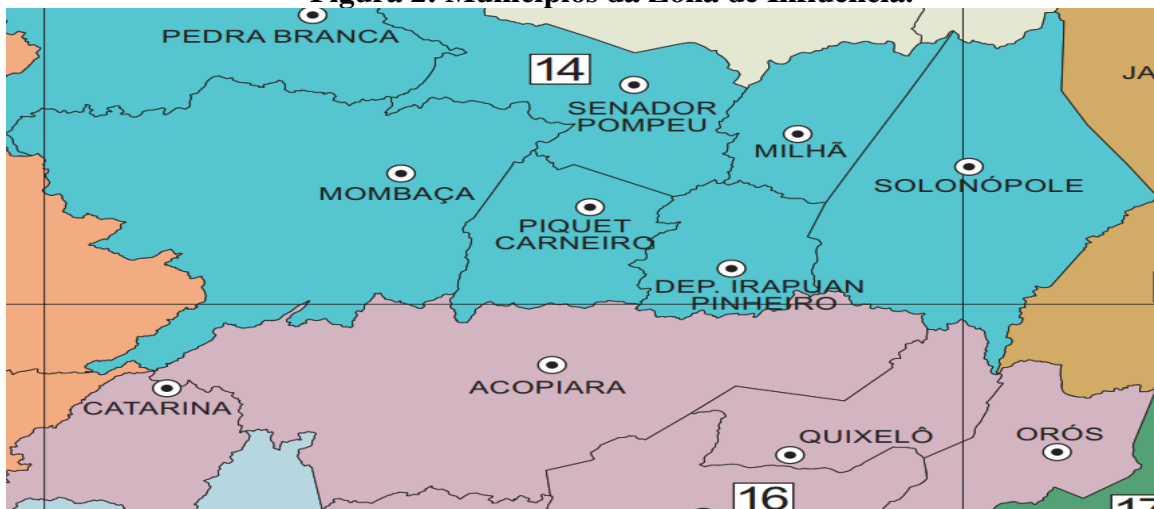
Municípios	Área (km ²)
Acopiara	2265,32
Cariús	1061,73

Iguatu	1029,00
Jucás	937,18
Orós	576,26
Quixelô	559,76
Catarina	488,86
TOTAL	6.918,11

Fonte: IBGE, 2018.

Conforme expresso na Figura 2 são identificados outros municípios que também se interligam ao de Acopiara, mas que não fazem parte dessa Região Administrativa e vão compor o que será denominado aqui de Zona de Influência¹.

Figura 2: Municípios da Zona de Influência.



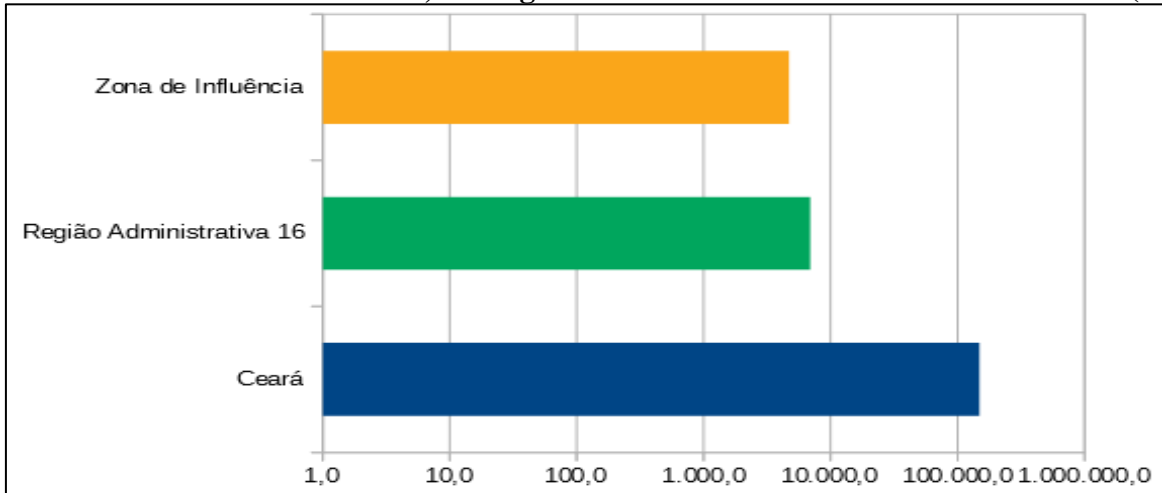
Fonte: IPECE, 2018.

Na Figura 2, constata-se que dentre os municípios que constituem a Zona de Influência, Solonópole e Mombaça, ocupam a maior dimensão territorial. Percebe-se que nos dois recortes realizados, Região Administrativa e Zona de Influência, obtém-se um total de 11 municípios. Isso demonstra a abrangência e relevância da implantação de cursos no campus do Instituto Federal do Ceará nesse território, como o Técnico em Tradução e Interpretação de Libras.

¹Os municípios de Zona de Influência estabelecem uma comunicação com o município de Acopiara influenciando as atividades locais e vice-versa.

Considera-se importante pontuar qual a proporção destas duas demarcações, Região Administrativa e Zona de Influência, em comparação aos dados do estado do Ceará, conforme gráfico 1, a seguir:

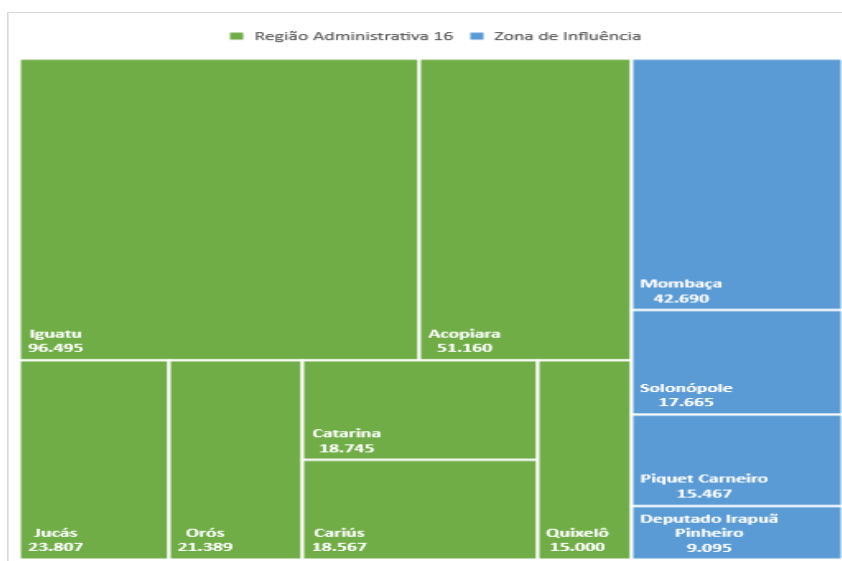
Gráfico 1: Território do Ceará, da Região Administrativa 16 e Zona de Influência (km²).



Fonte: IPECE, 2018.

Após a compreensão da Região Administrativa em que se localiza o município de Acopiara e da Zona de Influência do mesmo, torna-se relevante verificar o quantitativo populacional de cada um dos municípios. Assim, a Figura 3 aponta esse quantitativo e a diferença entre as duas demarcações que constituem o Território de Abrangência, estabelecida como aspecto importante para análise neste estudo.

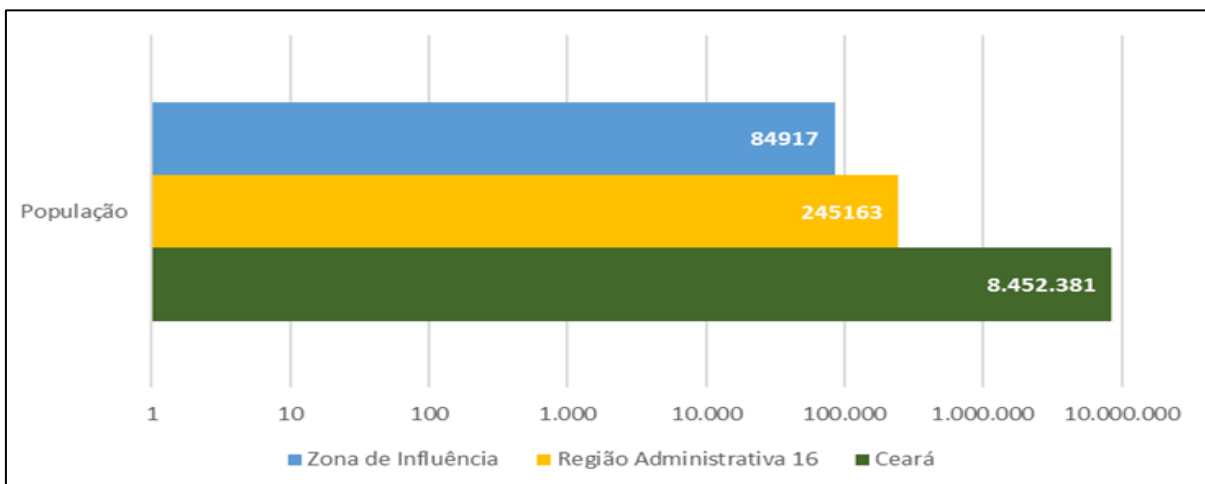
Figura 3: Distribuição da população por município.



Fonte: IBGE, 2018.

Conforme apontado nessa figura, verifica-se que nas duas demarcações, Acopiara só perde em quantidade populacional para Iguatu, sendo o segundo maior município em população da Região Administrativa 16 e o maior em comparação com os municípios da Zona de Influência. Nesse sentido, também se considera pertinente construir um comparativo entre a quantidade populacional da Zona de Influência e Região Administrativa 16 com todo o estado do Ceará. Este comparativo está expresso no Gráfico 2 que será analisada adiante.

Gráfico 2: Distribuição da população no Ceará e Regiões.



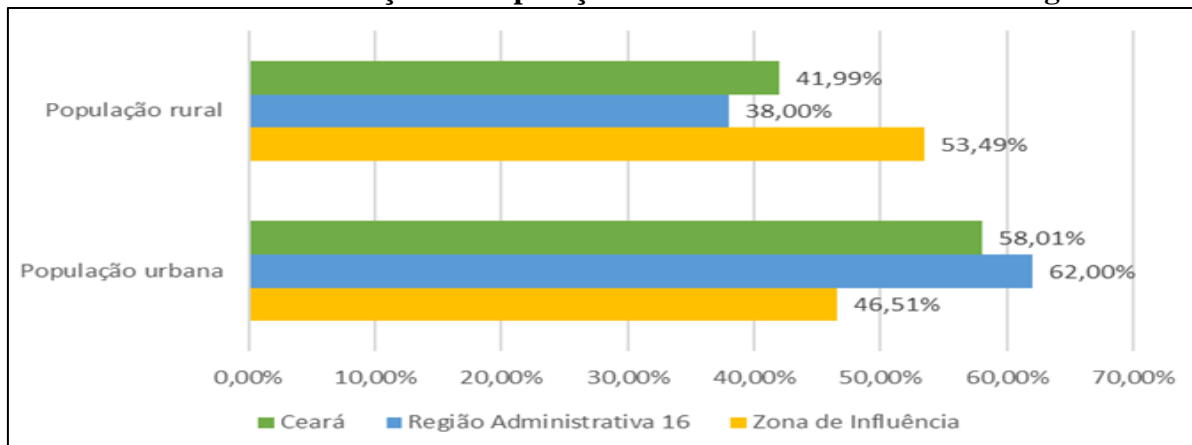
Fonte: IBGE, 2018.

Observa-se no Gráfico 2, que o Território de Abrangência apresenta um quantitativo de mais de 300 mil habitantes que expressa demarcação de grande camada da população cearense. Nesse sentido, entende-se que essas pessoas alcançarão, com o IFCE e os cursos nele ofertados, como o Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, possibilidades de formação como aquelas ofertadas pelas instituições de ensino situadas na capital do estado. Percebe-se também que a presença do Instituto Federal no interior contempla, prioritariamente, pessoas que constituem as classes populares e que por certo não teriam recursos financeiros para a garantia de estudo na capital.

Ao reconhecer a importância do processo de interiorização do IFCE e a implantação de novos cursos, principalmente no que concerne às camadas menos abastadas da sociedade, dialoga-se com uma demanda cada vez mais recorrente: a necessidade de atenção aos Territórios Campesinos que também compõem os territórios dos municípios brasileiros. Para tanto, destaca-se o pensamento de Veiga (2013) que produz um estudo sinalizando a dimensão rural do Brasil. Dimensão silenciada, sucateada e sem visibilidade no cenário político. Diante

do reconhecimento do Território Rural/Campesino como produtor de cultura e importante para o processo de interiorização é que se situa o Gráfico 3 sinalizando a demarcação entre Territórios Urbanos e Territórios Rurais/Campesinos na Região Administrativa 16, na Zona de Influência de Acopiara e no estado do Ceará, conforme se observa a seguir:

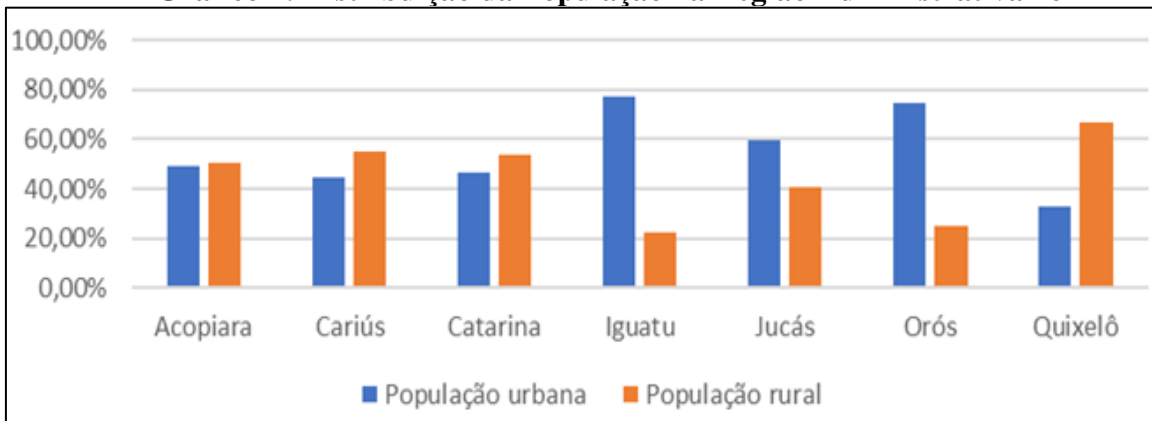
Gráfico 3: Distribuição da População Urbana e Rural no Ceará e Regiões



Fonte: IPECE, 2018.

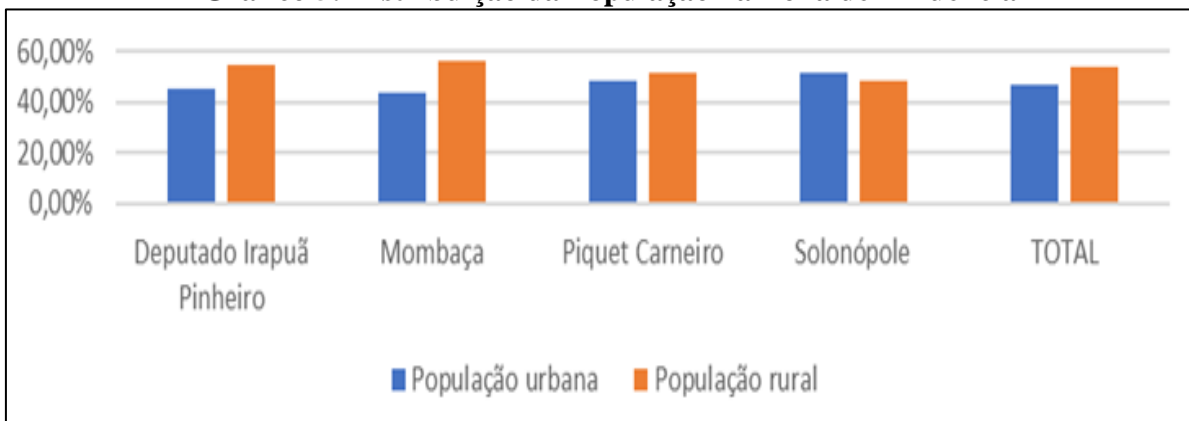
No Gráfico 3, nota-se que na Zona de Influência do município de Acopiara, o Território Rural/Campesino se sobressai do Território Urbano. Esse dado revela que no IFCE campus Acopiara está contemplada não apenas a dimensão urbana da população dos municípios, mas também que será possível atender a um público advindo dos Territórios Rurais. Para tanto, convém destacar que o campus Acopiara está atento às demandas da educação do campo garantidas pela LDB, visto que, a abrangência do campus contempla também a dimensão rural dos territórios em destaque.

Das cidades que constituem a Região Administrativa 16, o município de Acopiara possui uma equivalência entre a população urbana e rural. Dentre os municípios que compõem a Região Administrativa 16, apenas Iguatu, Orós e Jucás têm a população urbana superior à população rural. No Gráfico 4, a seguir, confirma-se essa afirmação por meios dos dados expostos.

Gráfico 4: Distribuição da População na Região Administrativa 16

Fonte: IPECE, 2018.

Na análise da Zona de Influência de Acopiara, percebe-se que a situação da proporcionalidade das populações não se diferencia muito. Enquanto que na Região Administrativa 16 existem três municípios que possuem a população urbana maior do que a rural, na Zona de Influência essa discrepância não existe em nenhum dos casos. Assim, há um equilíbrio entre o Território Urbano e o Território Rural/Campesino, conforme pontuado no Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5: Distribuição da População na Zona de Influência

Fonte: IPECE, 2018.

Com base em análise das características territoriais e demográficas do Território de Abrangência referentes ao município de Acopiara, pode-se estabelecer algumas compreensões sobre a importância do IFCE - campus Acopiara. A primeira é o município que contempla um espaço significativo do estado do Ceará e; a segunda é a de que as populações que ocupam este Território de Abrangência se caracterizam como urbanas e rurais, o que possibilita um diálogo com as diferentes epistemes, rompendo com a centralidade urbanocêntrica tão demarcada pelas

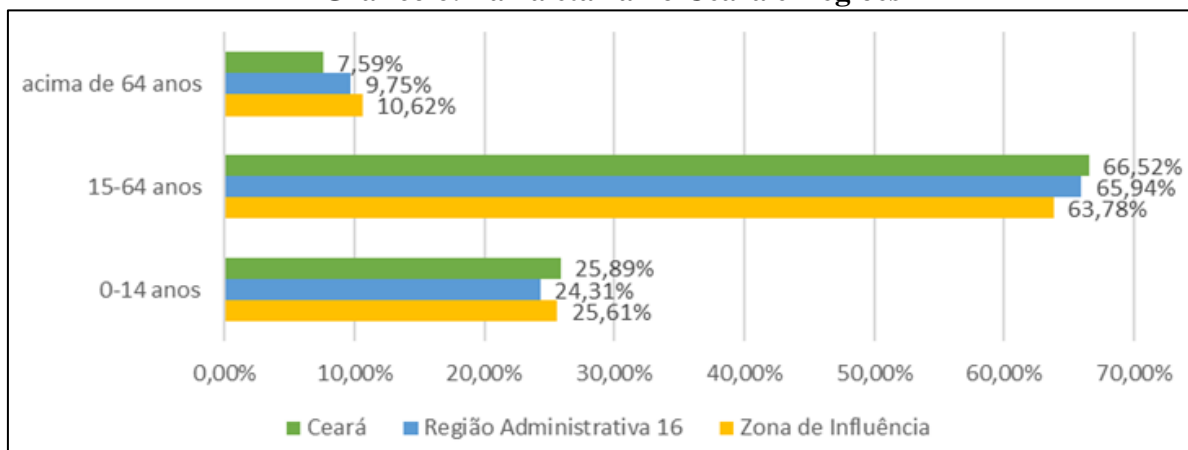
instituições mais conceituadas, portanto, expressa a possibilidade de uma educação de boa qualidade ofertada na perspectiva de diálogo com as epistemes que são produzidas nestes Territórios Outros (ARROYO, 2012).

1.2.1 Faixa etária da população da Região Administrativa 16 e da Zona de Influência

Para o início do exercício da docência em uma Instituição de educação profissional é importante que a comunidade acadêmica tome conhecimento do lugar e da população que constitui esse espaço de aprendizagem. Portanto, identificar as características de um território, das pessoas que o constitui, bem como os seus modos de vida, possibilita práticas pedagógicas que contemplem as diferenças e pluralidades, proporcionando a redução do risco de uma educação impositiva e descontextualizada.

No momento da construção do estudo de potencialidades do IFCE – campus Acopiara não houve contato direto com seu público alvo, mesmo assim se reconhece a importância de entender, como essa população está organizada. Para tanto, foi feito um levantamento sobre a faixa etária das duas demarcações deste estudo: a Região Administrativa 16 e a Zona de Influência. No Gráfico 6, a seguir, apresenta-se como se organizam as faixas etárias nas duas demarcações em comparação ao estado do Ceará.

Gráfico 6: Faixa etária no Ceará e Regiões

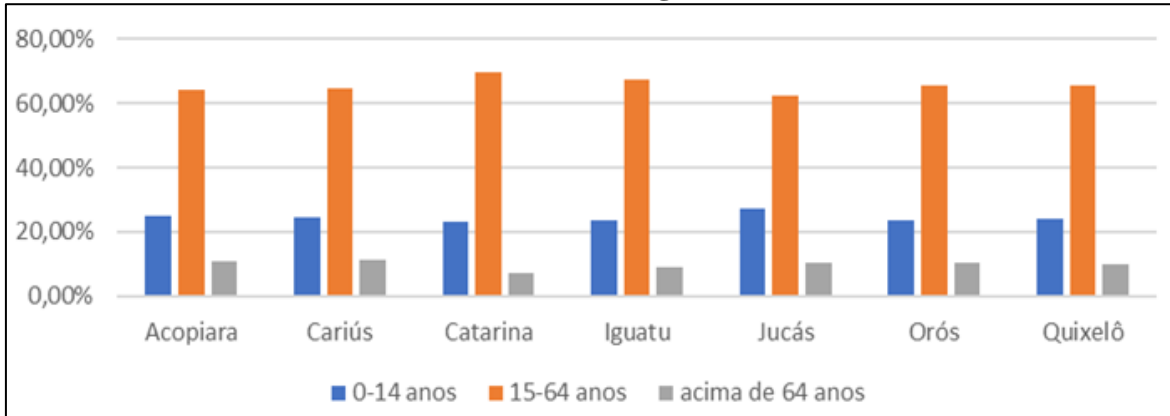


Fonte: IPECE, 2018.

O gráfico acima aponta que a maior parte da população, tanto em todo o estado como no Território de Abrangência, está com as pessoas da faixa etária de 15 a 64 anos. Para tanto, entende-se também que as pessoas que possuem essas faixas etárias podem ocupar os espaços do IFCE, visto a oferta de ensino do Instituto Federal. Isso aponta a relevância da presença de uma instituição federal de ensino neste município. Para além disso, realizaram-se os recortes

das faixas etárias populacionais da Região Administrativa 16, conforme registrado no Gráfico 7.

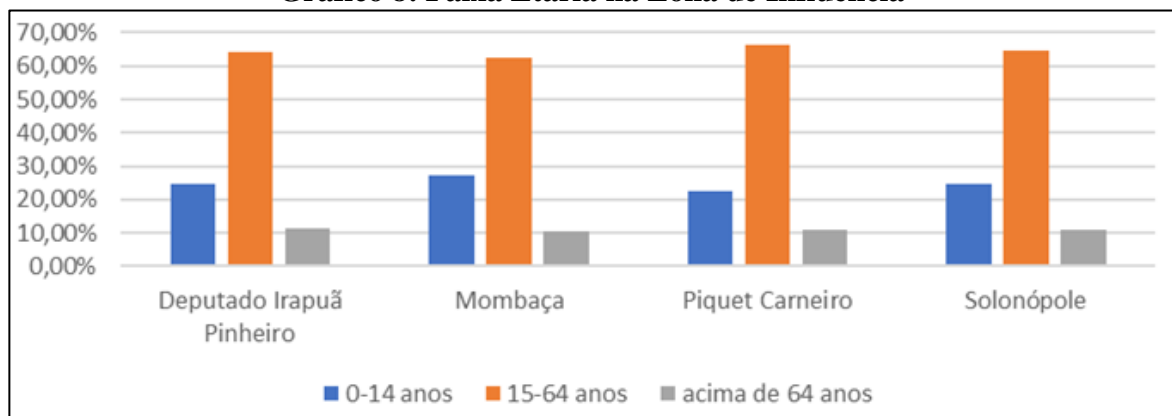
Gráfico 7: Faixa Etária na Região Administrativa 16



Fonte: IPECE, 2018.

Observa-se no gráfico acima a mesma coerência que o apresentado anteriormente. Em todos os municípios, o público de pessoas com faixa etária entre 15 a 64 anos é maior do que nas outras faixas etárias. Corroborando com os dados de idade da Região Administrativa 16, observa-se que a Zona de Influência também mantém a mesma lógica no que concerne às faixas etárias de seus habitantes. Pode-se constatar essa afirmação com o Gráfico 8.

Gráfico 8: Faixa Etária na Zona de Influência

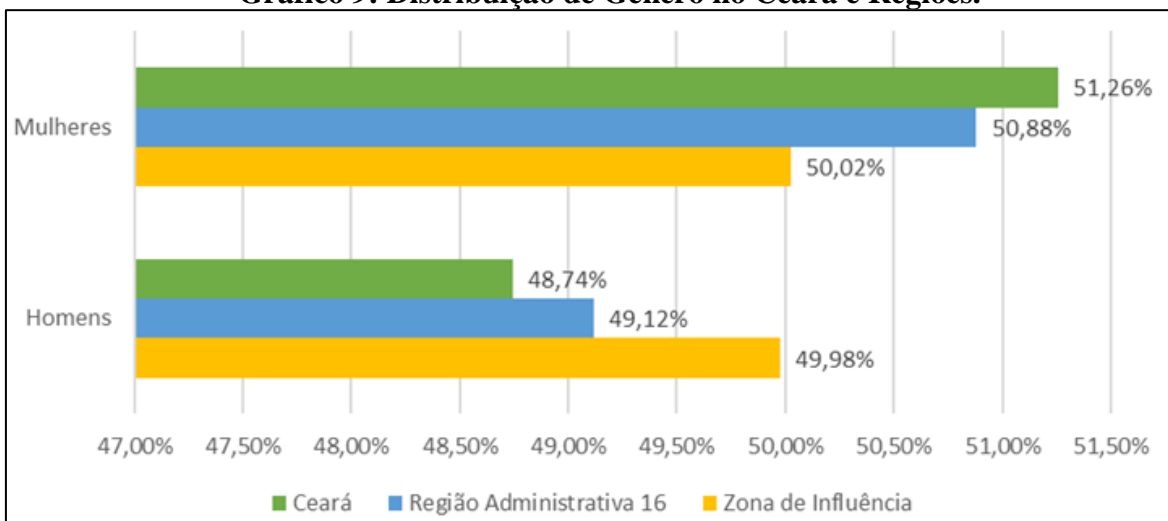


Fonte: IPECE, 2018.

Nesse sentido, no que envolve a população do Território de Abrangência, pode-se concluir que o que predomina são as pessoas pertencentes à idade de 15 a 64 anos. Assim, essas pessoas encontram-se em idade produtiva escolar e de trabalho. Esse dado justifica mais uma vez tanto a presença do campus Acopiara nesse espaço territorial quanto a implantação de novos

cursos, como o Técnico em Tradução e Interpretação de Libras. Além da compreensão acerca da faixa etária das pessoas, necessita-se também demarcar qual a proporção das pessoas em gênero (masculino e feminino). Entende-se que, na atualidade, as discussões sobre gênero são mais amplas do que isso. Entretanto, os dados apresentados aqui estão centrados apenas em masculino e feminino, visto que, a fonte pesquisada apenas quantifica essa proporcionalidade sem considerar as outras dimensões que povoam as discussões sobre gênero. Assim, observa-se no Gráfico 9:

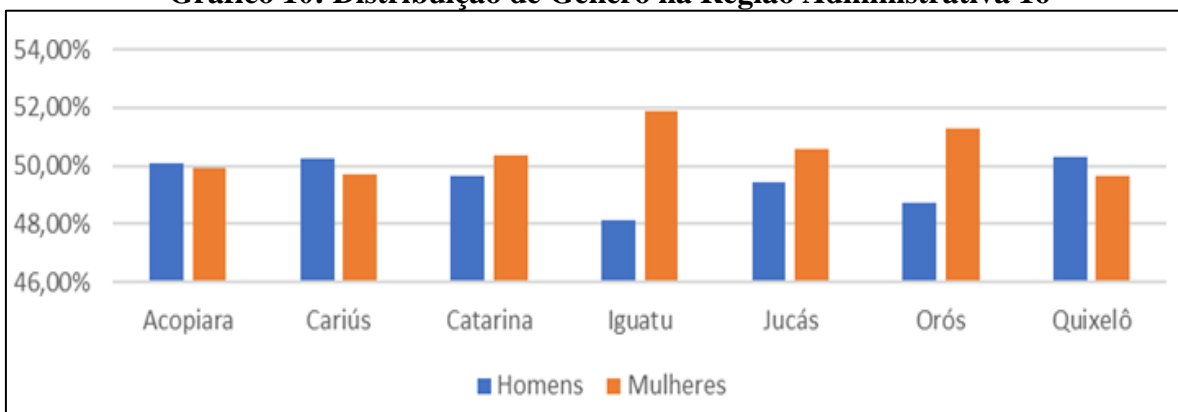
Gráfico 9: Distribuição de Gênero no Ceará e Regiões.



Fonte: IPECE, 2018.

No que concerne ao quantitativo de homens e mulheres, nota-se que há um número maior de mulheres do que de homens. Apenas na parte da Zona de Influência é que se percebe uma proporcionalidade entre os gêneros masculino e feminino. Conforme expresso no Gráfico 10, o município de Iguatu se destaca no quantitativo de mulheres em face dos outros municípios.

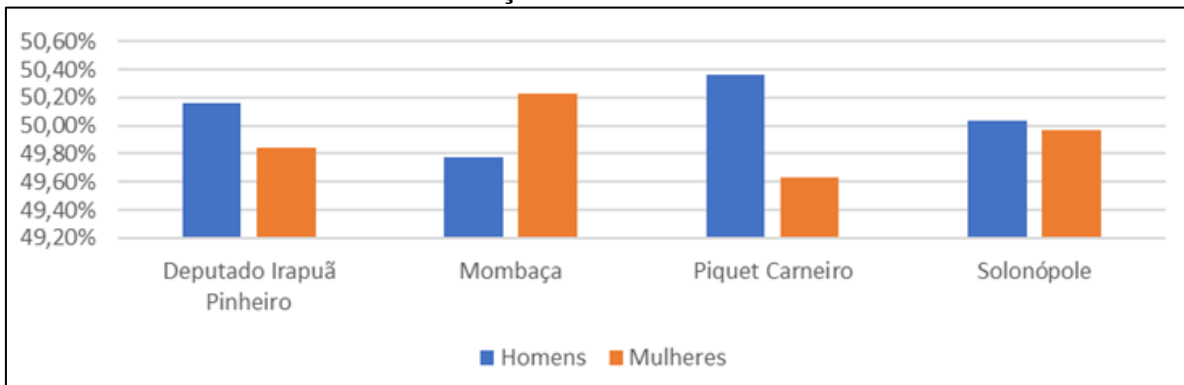
Gráfico 10: Distribuição de Gênero na Região Administrativa 16



Fonte: IPECE, 2018.

Ainda falando de quantitativo entre homens e mulheres, o Gráfico 11 apresenta a quantidade de homens e mulheres dos municípios que constituem a Zona de Influência. Destaca-se que os índices da Zona de Influência foram os que mantiveram quantitativos mais proporcionais se comparados ao estado do Ceará.

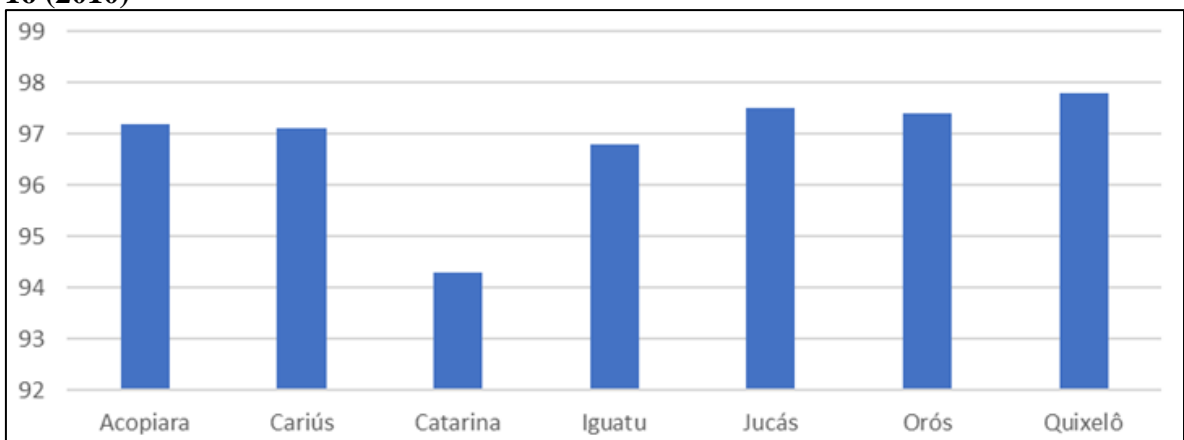
Gráfico 11: Distribuição de Gênero na Zona de Influência



Fonte: IPECE, 2018

De acordo com os dados do Gráfico 11, apenas em Mombaça o quantitativo de mulheres é superior ao quantitativo de homens. Nos outros três municípios, esse quantitativo é inferior e em Solonópole ele é proporcional. De posse dos dados que envolvem a quantidade de homens e mulheres, considera-se pertinente também compreender qual a taxa de escolaridade² no Território de Abrangência. Desse modo, observa-se no gráfico 12 o percentual de escolarização na Região Administrativa 16.

Gráfico 12: Percentual de Escolarização de 6 a 14 anos de Idade na Região Administrativa 16 (2010)

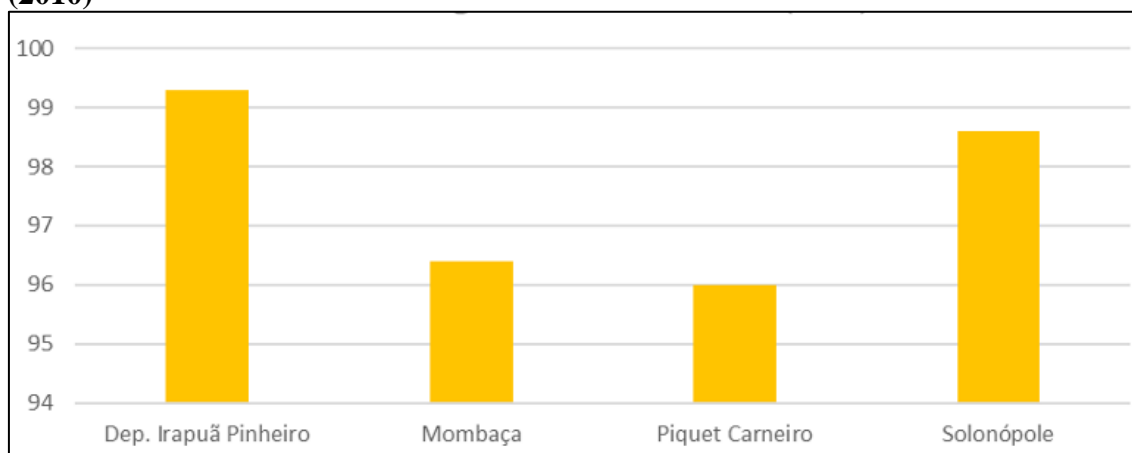


Fonte: IBGE, 2018

² Escolarização é um conceito utilizado para definir as pessoas que estão frequentando os bancos escolares.

Observa-se, com base nos dados sobre a escolarização, que a Região Administrativa 16 mantém em todos os municípios uma média de escolarização superior a 90% para pessoas em idade escolar de 06 a 14 anos. Esse dado expressa um aspecto importante para a presença e permanência do IFCE, visto que o mesmo representa, atualmente, uma possibilidade de garantia da continuidade desses estudos. Este percentual acima de 90% também se faz presente na Zona de Influência, como se pode observar no Gráfico 13.

Gráfico 13: Percentual de Escolarização de 6 a 14 Anos de Idade na Zona de Influência (2010)



Fonte: IBGE, 2018

De face dessa compreensão, a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará na Região Administrativa 16 e Microrregião do Sertão de Senador Pompeu, bem como a implantação de novos cursos, como o Técnico e Tradução e Interpretação de Libras traz inúmeros benefícios, dos quais podemos citar: ampliação da qualificação profissional local, receptividade de pessoas advindas de outros espaços geográficos, potencialização das especificidades já existentes. Além do mais, o Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras vai proporcionar melhorias econômicas, sociais, educacionais e culturais do município e região de abrangência. Desse modo, apresenta-se, a seguir, a justificativa para a implantação do curso.

2 JUSTIFICATIVA

O movimento pela inclusão social e educacional da pessoa com deficiência tem conquistado seu espaço. Após muitas lutas organizadas por grupos de pessoas com algum tipo de deficiência sensorio-motora e seus familiares (associações de cegos, associações de surdos, associações de deficientes e familiares, APAEs, entre outros), destacam-se os resultados em

favor da acessibilidade e da inclusão. A pessoa com deficiência enfrenta grandes desafios no meio social, educacional e até familiar. Por exemplo, a pessoa que utiliza cadeiras de rodas encontra diversas barreiras arquitetônicas nas instituições e logradouros públicos espalhados pelo Brasil; e o surdo, muito raramente, encontra intérpretes de Libras em instituições públicas e privadas. A propósito, há 19 anos, por meio da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como a Lei de Libras, a legislação brasileira reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e determina atendimento adequado ao surdo por meio dela. Conforme o Art. 2º,

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Desse modo, o serviço público e o serviço particular, de qualquer setor, precisam estar garantidos para atender aos surdos, quer seja com pessoal fluente em língua de sinais, quer seja com a contratação de tradutores e intérpretes, profissionais capacitados e treinados especificamente para eliminar as barreiras comunicacionais entre surdos e ouvintes. E as instituições de ensino devem, além de garantir o acesso a pessoas surdas, propagar o uso e o ensino da língua de sinais.

Sem a presença do profissional intérprete da Libras, a pessoa surda encontra sérias barreiras para o desenvolvimento pleno de sua cultura, visto que a Libras é um dos grandes pilares culturais que fundamentam a comunidade. Além disso, usufruir de todos os aspectos culturais do nosso país, como ir ao cinema, teatro, museu e shows se torna totalmente inacessível em sua língua materna sem os recursos de tradução e interpretação feitas por esse profissional. No entanto, enquanto a demanda é grande, o Brasil conta com poucos profissionais.

Calixto e Freitas (2010) fizeram uma pesquisa que tinha como um dos objetivos trazer à tona a insuficiência de Tradutores e Intérpretes de Libras no mercado de trabalho. As pesquisadoras mostraram que existe uma grande oferta de vagas em instituições públicas e privadas, mas um número muito limitado de profissionais ainda em virtude dos poucos cursos técnicos e/ou de formação oferecidos no Brasil. Rodrigues e Valente (2012), além de confirmarem a carência desse profissional, também apontam as diversas áreas em que ele pode atuar, separando-as nos seguintes contextos: contexto social, contexto educacional (Educação Especial, Educação Básica e Ensino Superior etc.), contexto jurídico, contexto religioso, contexto da saúde, entre outros. E, mais recentemente, devido à conjuntura atual da pandemia,

destaca-se também o contexto virtual/remoto.

Acrescenta-se ainda o contexto político, uma vez que as assembleias legislativas, as câmaras de vereadores e o Congresso Nacional começaram a contratar esses profissionais para atender à demanda de telespectadores surdos. A propósito, segundo dados do IBGE, através do censo de 2010, o número de pessoas com deficiência no Brasil e no Ceará, respectivamente, é o seguinte:

Tabela 2 – Número de pessoas com deficiência no Brasil, segundo o IBGE (censo de 2010)

Deficiência mental/intelectual: 8.831.723	
Deficiência motora: 13.273.969	
Alguma dificuldade	8.831.723
Grande dificuldade	3.701.790
Não consegue de modo algum	740.456
Deficiência visual: 35.791.488	
Alguma dificuldade	29.206.180
Grande dificuldade	6.056.684
Não consegue de modo algum	528.624
Deficiência auditiva: 9.722.163	
Alguma dificuldade	7.574.797
Grande dificuldade	1.799.885
Não consegue de modo algum	347.481

Tabela 3 – Número de pessoas com deficiência no Ceará, segundo dados do IBGE (censo de 2010)

Deficiência mental/intelectual: 125.353	
Deficiência motora:	682.857
Alguma dificuldade	458.972
Grande dificuldade	187.298
Não consegue de modo algum	36.587
Deficiência visual: 1.871.988	
Alguma dificuldade	1.497.949
Grande dificuldade	349.795
Não consegue de modo algum	24.224
Deficiência auditiva: 526.805	
Alguma dificuldade	411.128
Grande dificuldade	99.364
Não consegue de modo algum	16.313

Fonte: IBGE (2010)

Percebe-se, pois, que o número de pessoas com deficiência auditiva é bastante significativo. Especificamente no Ceará, esse número é relevante, que, agregado à falta de profissionais para atender tal demanda, já justificaria a criação do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras em Acopiara, cuja abrangência se estende por 14 municípios. Além disso, segundo dados da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social sobre pessoas com deficiência auditiva no Município de Acopiara, tem-se os quantitativos:

Tabela 4: Número de pessoas com deficiência auditiva no município de Acopiara

	Categoria da Deficiência	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Auditiva	Não consegue de modo algum	20	56	76
	Grande dificuldade	608	385	993
	Alguma dificuldade	1.424	1.339	2.763
	Total (Auditiva)	2.052	1.780	3.832

Fonte: Ofício nº 05/2021/VSA da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Acopiara.

Desse modo, é preciso destacar que é por meio da língua de sinais que a maior parte dessa comunidade surda estabelece comunicação e, conseqüentemente, recebe instruções e ensinamentos diversos. Percebendo sua importância, a União, em 2002, como já ventilado anteriormente, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, através da Lei nº 10.436.

Em 2005, essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro. Já a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) foi regulamentada pela Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, garantindo ao portador de certificado de ensino médio matricular-se tanto em cursos técnicos como em cursos de formação continuada de Tradução e Interpretação em Libras. Aliás, a Classificação Brasileira de Ocupações, através do código 2614-25, também já descreve a atividade do TILS, não catalogada na lista de profissões até a Lei 12.319/2010.

Estes documentos legais representam um marco histórico das constantes lutas sociais da comunidade surda brasileira, iniciadas, principalmente, no início da década de 1990,

contribuindo para que os espaços públicos se adaptem às leis e garantam o bilinguismo Libras/Português em suas dependências. Sem isso, as situações comunicativas, o ensino-aprendizagem e as interações entre ouvintes e surdos continuarão sendo penalizadas.

Para se ter uma ideia, na região centro-sul do Ceará, muitos surdos matriculam-se nas escolas e, em quase todos os casos, eles não podem continuar seus estudos em virtude de não haver o profissional Tradutor e Intérprete de Libras. Por outro lado, a demanda por qualificação na área de tradução e interpretação é grande, considerando que nas escolas de abrangência da CREDE 16 (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação) não existem profissionais suficientes para atender, satisfatoriamente, a comunidade surda.

Quadros (2004) destaca a importância de qualificação profissional em Tradução e Interpretação de Libras para garantir um adequado atendimento comunicacional à pessoa surda. Ela elenca também as modalidades de Tradução e Interpretação necessárias e traz à tona o Código de Ética a ser seguido. As modalidades são as seguintes:

[...] língua brasileira de sinais para português oral, sinais para escrita, português para a língua de sinais oral, escrita para sinais - Uma tradução sempre envolve uma língua escrita. Assim, poder-se-á ter uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais. A interpretação sempre envolve as línguas faladas/sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais. Assim, poder-se-á ter a interpretação da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, da língua falada para a língua de sinais. Vale destacar que o termo tradutor é usado de forma mais generalizada e inclui o termo interpretação (QUADROS, 2010, p. 9)

A proposta do Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras no IFCE de Acopiara surge para amenizar a problemática de inclusão social e educacional da comunidade surda, não só no município sede, mas também em toda a mesorregião Centro-Sul e, por que não dizer, em todo o Ceará. O curso vai proporcionar a acessibilidade comunicativa em diversos espaços de convivência e em outras situações nas quais a comunicação entre surdo e ouvinte não fluente em Libras precise ser estabelecida. Além de ajudar a resolver um problema comunicativo e social na cidade de Acopiara e região, esta qualificação possibilitará aos egressos conquistarem espaço no mercado de trabalho.

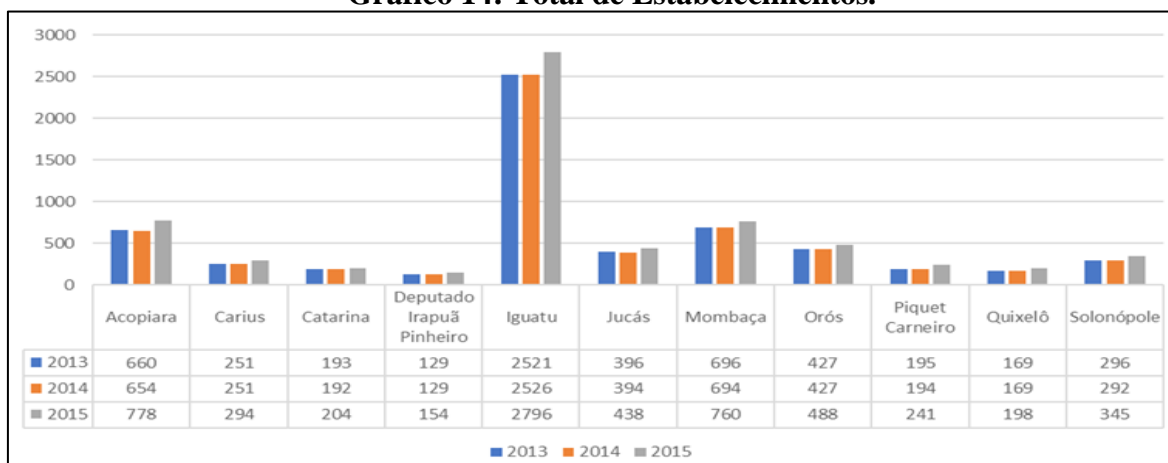
2.1 Potencialidades do território de abrangência

Esta seção do estudo aponta quais as potencialidades do Território de Abrangência do IFCE campus Acopiara e é constituída de seis tópicos, a saber: 2.1.1 Mercado de Trabalho; 2.1.2 Produto Interno Bruto; 2.1.3 Atividade Produtiva; 2.1.4 Educação; 2.1.5 Mapeamento dos Cursos do Território de Abrangência; 2.1.6 Arranjo Produtivo Local.

2.1.1 Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho do Território de Abrangência conta com empresas de pequeno e médio porte que geram os postos de trabalho formal em sua maioria ligados às atividades do comércio havendo também aqueles que estão ligados às atividades da indústria, como se pode verificar em alguns estabelecimentos na cidade de Iguatu, cidade de maior população desse Território de Abrangência e distante apenas 36 km do município de Acopiara. No geral, independentemente da atividade, houve aumento desses estabelecimentos no triênio 2013-2015 em todas as cidades que compõem esse território considerado para o estudo, cabendo destacar os desempenhos apresentados em 2015 pelas cidades de Acopiara, Iguatu, Mombaça e Solonópole. O referido triênio será utilizado para tecer todas as análises que comporão esse item conforme o Gráfico 14.

Gráfico 14: Total de Estabelecimentos.



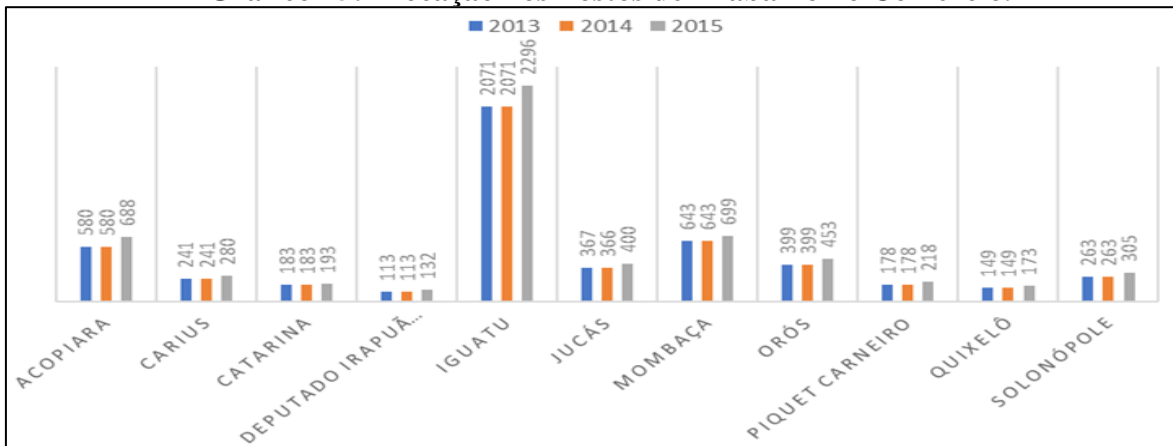
Fonte: IPECE, 2018.

É relevante evidenciar que o lócus de trabalho do profissional intérprete de Libras é bastante diverso, podendo ser em empresas, escolas, restaurantes, lojas, dentre outros. Quando

o estudo de potencialidade mostra o aumento desses estabelecimentos, compreendemos que também cresce o leque de opções de locais de trabalho.

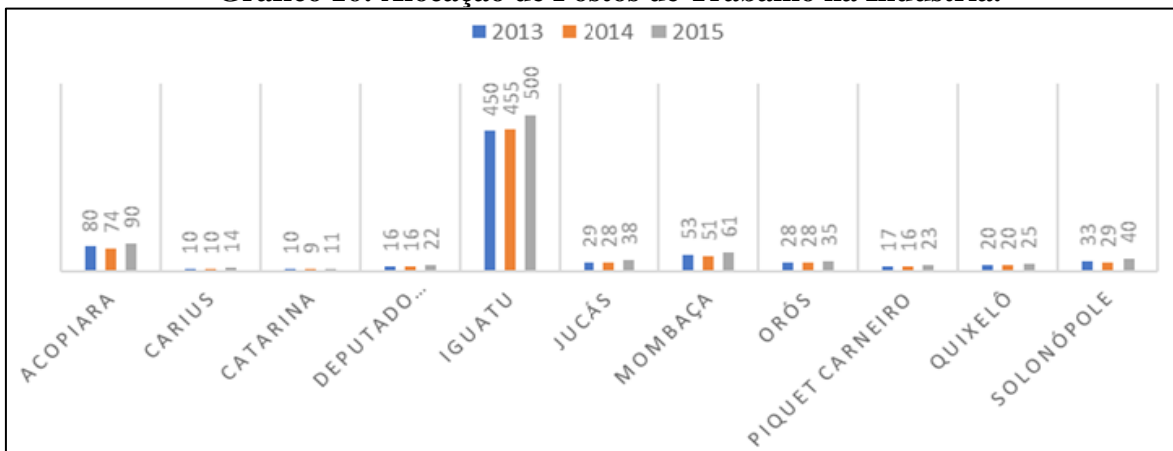
Estatisticamente, se verifica que a maior alocação dos postos de trabalho está na área ligada ao comércio que desempenha importante papel nas atividades ligadas ao varejo e na prestação de serviços. Em contrapartida, não há uma grande quantidade de oportunidades de trabalho na área da indústria que ainda necessita de maior investimento para desenvolvimento nesse Território de Abrangência. Em se tratando da indústria, embora o desempenho do grupo aqui analisado não seja tão significativo quanto o das cidades da região metropolitana, norte e cariri do estado, percebe-se que os números mais significativos são respectivamente os das cidades de Iguatu, Acopiara e Mombaça, conforme sinalizado nos Gráficos 15 e 16.

Gráfico 15: Alocação nos Postos de Trabalho no Comércio.



Fonte: IPECE, 2018.

Gráfico 16: Alocação de Postos de Trabalho na Indústria.



Fonte: IPECE, 2018.

Os postos de trabalho predominantes em todas as cidades consideradas neste estudo são de caráter formal, gerando, em sua maioria, índices de ocupação do emprego formal a partir de

84% em relação ao total de empregos verificados anualmente em cada município estudado. Considerando-se a porcentagem estabelecida anteriormente, vale destacar os índices 93,4% e 91,8% apresentados pelo município de Acopiara, respectivamente nos anos de 2014 e 2015, contrastando com desempenhos mais baixos, como por exemplo, 51,4% atingido pelo município Deputado Irapuan Pinheiro em 2015 e 69,5% alcançado pelo município de Orós em 2013, conforme expresso nas tabelas 5 e 6.

Tabela 5: Quantitativo de empregos no Território de Abrangência.

Município	2013		2014		2015	
	Empregos Formais	Empregos Totais	Empregos Formais	Empregos Totais	Empregos Formais	Empregos Totais
Acopiara	2624	2993	2704	2893	2856	3109
Cariús	964	1007	783	900	751	825
Catarina	927	1062	904	1009	604	779
Deputado Irapuã Pinheiro	458	510	509	531	497	966
Iguatu	14220	16060	15670	17443	14751	16262
Jucás	1317	1574	1777	1999	1492	1633
Mombaça	2251	2831	2348	2945	2578	2872
Orós	991	1424	910	1249	902	1169
Piquet Carneiro	675	795	723	825	807	909
Quixelô	1025	1110	966	1077	950	1044
Solonópole	1073	1265	1132	1367	1227	1459

Fonte: IPECE, 2018.

Tabela 6: Percentual de empregos formais no Território de Abrangência.

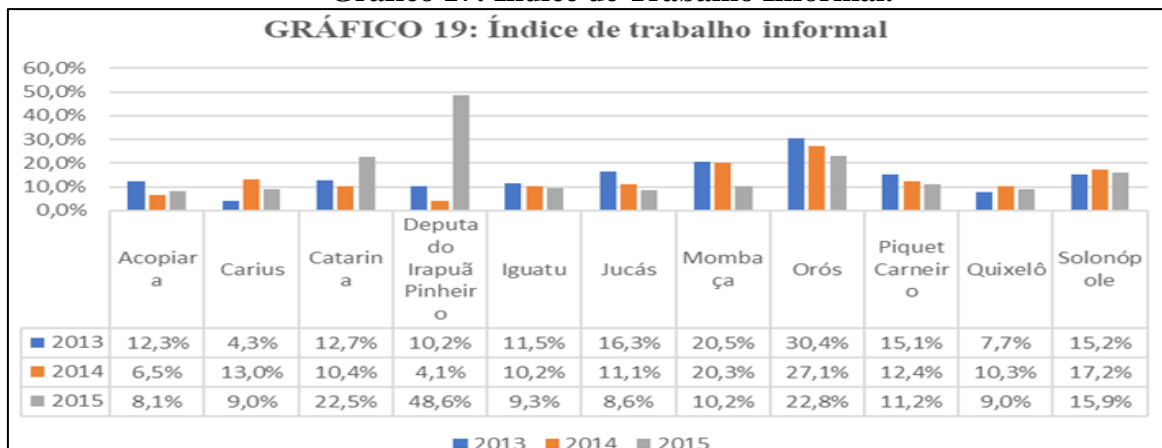
Município	2013		2014		2015	
	Empregos Formais	% Empregos Formais/ Totais	Empregos Formais	% Empregos Formais/ Totais	Empregos Formais	% Empregos Formais/ Totais
Acopiara	2624	87,6	2704	93,4	2856	91,8
Cariús	964	95,7	783	87	751	91

Catarina	927	87,2	904	89,5	604	77,5
Deputado Irapuã Pinheiro	458	89,8	509	95,8	497	51,4
Iguatu	14220	88,5	15670	89,8	14751	90,7
Jucás	1317	83,6	1777	88,8	1492	91,3
Mombaça	2251	79,5	2348	79,7	2578	89,7
Orós	991	69,5	910	72,8	902	77,1
Piquet Carneiro	675	84,9	723	87,6	807	88,7
Quixelô	1025	92,3	966	89,6	950	90,9
Solonópole	1073	84,8	1132	82,8	1227	84

Fonte: IPECE, 2018.

A partir da análise da porcentagem dos empregos formais em relação aos empregos totais, é possível identificar e entender melhor o índice do trabalho informal registrado no Território de Abrangência. Esse índice apresentou uma variação média que é verificada no intervalo de -10,3% a 38,4% quando considerada a porcentagem do trabalho informal no ano de 2015, diminuindo-se do valor percentual registrado em 2013. O intervalo citado anteriormente indica que algumas cidades do Território de Abrangência conseguiram diminuir o índice de trabalho informal, como por exemplo, as cidades de Mombaça e Acopiara com os respectivos índices de -10,39% e -4,2% conforme pontuado no Gráfico 17.

Gráfico 17: Índice de Trabalho Informal.



Fonte: IPECE, 2018.

Os dados até aqui apresentados demonstram que o mercado de trabalho do Território de Abrangência possui estabelecimentos e postos de trabalho ligados, em sua maioria, ao setor do comércio. Tendo em vista que em todas as áreas da sociedade necessita de um profissional Tradutor e Intérprete ou pessoas fluentes em Libras para mediar a comunicação entre o público surdo e ouvinte, esses dados tornam-se relevantes para se constatar que o profissional de Libras terá diversos espaços para sua atuação profissional.

Desta forma, existe a necessidade do fomento de desenvolvimento profissional dos trabalhadores, pois se percebe a necessidade nas cidades que compõem esse território. Cabe destacar que o mercado de trabalho atual, independente do setor, necessita de profissionais com conhecimento técnico na área. A implantação do Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras do campus do IFCE em Acopiara servirá para preparar profissionais intérpretes para atender à demanda exigida por um mercado de trabalho que vem aumentando seus postos de trabalho formal.

2.1.2 Produto Interno Bruto (PIB)

Para a discussão sobre o PIB, será considerado o conceito que a Economia adota para especificá-lo. PIB é um indicador econômico muito importante dentro do sistema monetário das economias, presente também nas diversas esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Esse indicador demonstra, em valores monetários, quanto de riqueza (bens e serviços finais) foi produzido por determinada região. O PIB pode ser nominal ou real. No primeiro, o índice é gerado a partir de preços correntes, mantendo assim os valores dentro do mesmo ano em que o produto foi gerado e comercializado. No segundo, são excluídos os efeitos da inflação. Para entender melhor o impacto de cada setor na obtenção do PIB, pode-se fazer a estratificação dos valores também por setor. A Tabela 4 traz essa informação.

A média do PIB do último triênio para o território de abrangência aqui considerado foi 2.770.545,3. Em se tratando do estado do Ceará, essa média foi 121.903.938,6. O PIB do Território de Abrangência representa assim 2,27% do PIB do estado do Ceará. É importante perceber que o Território de Abrangência está produzindo mais porque o PIB tem aumentado em quase todas as cidades, com destaque de algumas, dentre elas, as cidades de Acopiara e Mombaça, conforme é visualizado na Tabela 7.

Tabela 7: Produto Interno Bruto a preços correntes (R \$1.000).

Município	2013	2014	2015
Acopiara	287.937	334.997	348.566
Cariús	81.832	107.209	104.099
Catarina	77.238	90.472	98.364
Deputado Irapuã Pinheiro	47.443	57.296	59.949
Iguatu	1.180.314	1.448.551	1.359.056
Jucás	140.205	176.396	171.625
Mombaça	205.153	243.906	258.659
Orós	144.142	171.995	170.130
Piquet Carneiro	80.284	97.901	105.521
Quixelô	90.249	108.577	107.218
Solonópole	102.405	118.262	135.685
Soma da Região	2.437.202	2.955.562	2.918.872
Ceará	109.036.556	126.054.472	130.620.788

Fonte: IBGE, 2018.

Ainda em se tratando do PIB, analisando os resultados apresentados no triênio para cada um dos setores primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (serviços), percebe-se que o PIB do Território de Abrangência apresenta uma oscilação no caso dos setores primário e terciário, ora aumentando, ora diminuindo. O PIB do setor secundário apresentou somente crescimento.

2.1.3 Atividade produtiva

As principais atividades produtivas no Território de Abrangência, no triênio 2014-2016, são: agropecuária e extrativismo, comércio, construção civil, indústria de transformação e serviços. Essas atividades são as mais representativas, sendo que o maior número de registros de admissões e desligamentos estão nas atividades de comércio, serviços e construção civil. Essa estatística segue o mesmo perfil apresentando no resultado do estado do Ceará. O município de Acopiara³ apresentou em 2015, um crescimento em relação ao ano anterior, da

³ Ressalta-se que serão tratados nos anexos os dados concernentes à atividade produtiva dos outros municípios que compõem o Território de Abrangência.

atividade de construção civil e em 2016, apresentou queda nessa mesma atividade na comparação com 2015, ocorrendo o mesmo com as atividades de comércio e indústria de transformação. Por outro lado, as atividades de agropecuária e extrativismo e serviços apresentaram aumento de desempenho, de acordo com a informação constante no Tabela 5.

Tabela 8: Principais atividades produtivas do município de Acopiara.

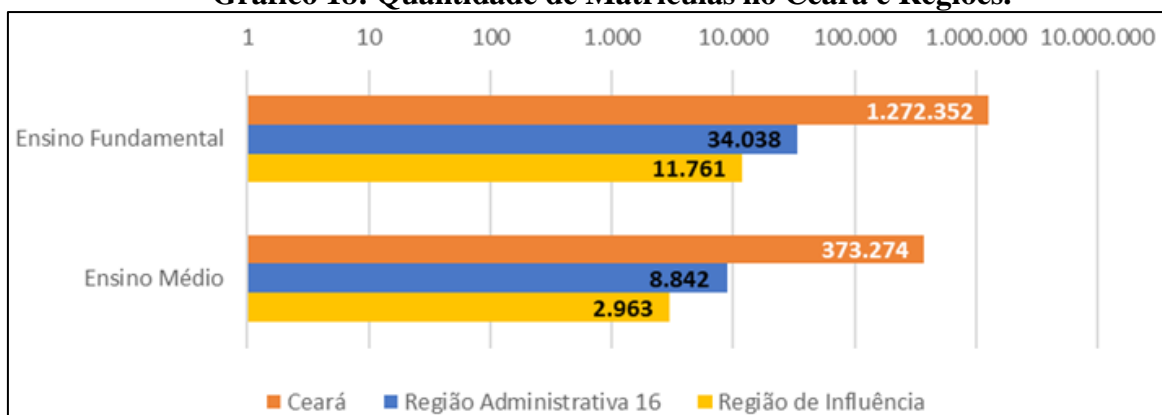
Tipo de atividade	2014		2015		2016		Saldo no período
	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos	
Agropecuária e Extrativismo	53	33	6	8	12	13	17
Comércio	183	177	121	122	107	132	-20
Construção civil	79	40	194	118	100	108	107
Indústria da Transformação	50	50	32	29	24	44	-17
Serviços	36	27	23	25	28	27	8
Total	401	327	376	302	271	324	95

Fonte: CAGED, 2017.

2.1.4 Educação

Entender as ofertas e demandas educacionais que constituem o Território do presente estudo auxilia a estabelecer metas para as ações que foram desenvolvidas dentro do campus Acopiara desde seu momento de implantação até o presente. Desta forma, as aproximações com os dados concernentes às matrículas do ano de 2017 nas duas demarcações do Território de Abrangência e o comparativo dessas no Estado do Ceará, conforme posto no Gráfico 18.

Gráfico 18: Quantidade de Matrículas no Ceará e Regiões.

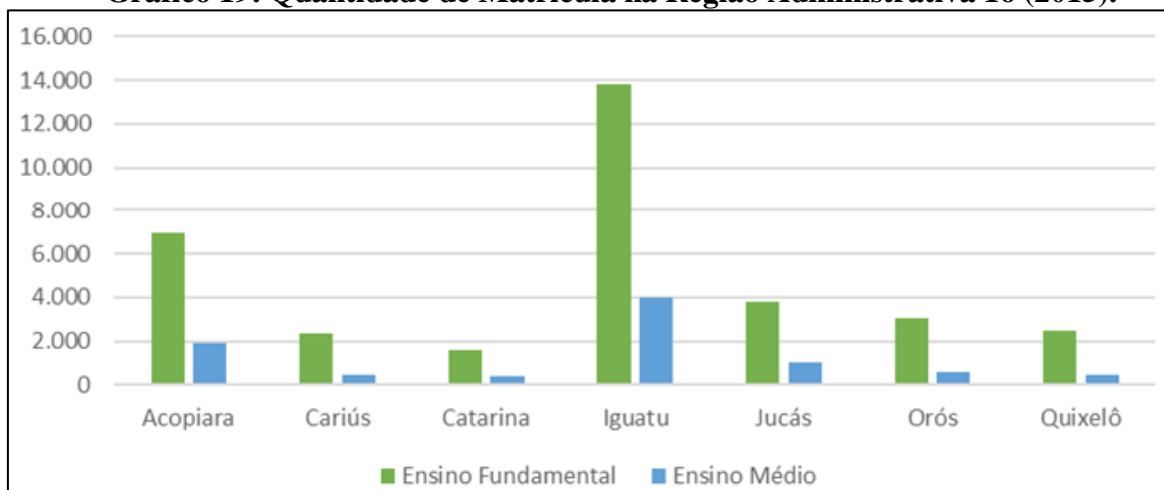


Fonte: INEP, 2016.

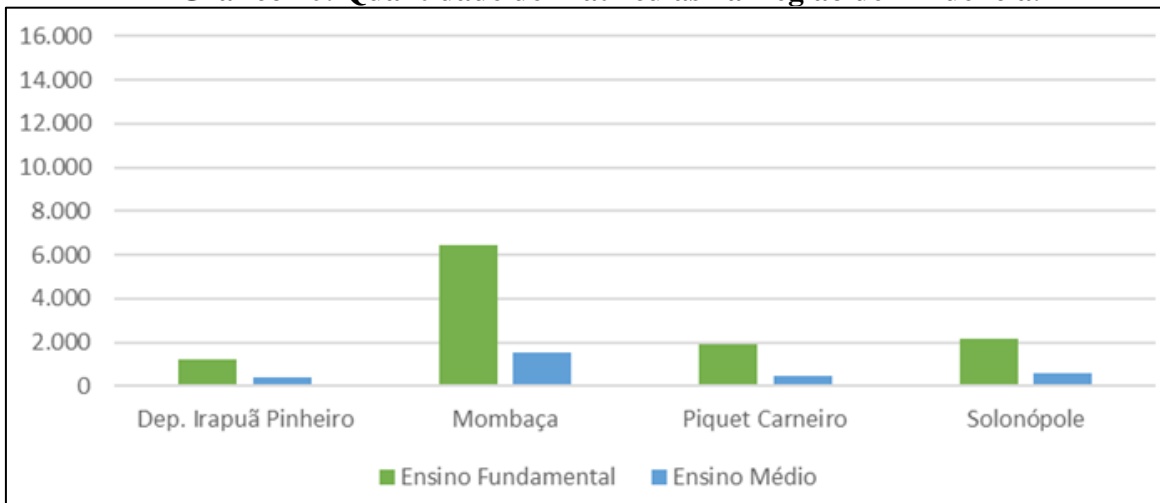
Com base nos dados, percebe-se que o Território de Abrangência possui um quantitativo de 57.604 alunos matriculados. No Ensino Médio, houve uma concentração de mais de 11 mil estudantes matriculados. Neste sentido, compreende-se que há público para compor que se interesse em matricular-se nas instalações do IFCE campus Acopiara. Além disso, o Gráfico 18 aponta que no Estado do Ceará houve um quantitativo de mais de 1.500.000 estudantes matriculados. Entende-se, portanto, que o IFCE está situado em um estado que possui uma grande demanda educacional e conseqüentemente a necessidade da oferta de ensino que vise a continuidade dos estudos após a conclusão da Educação Básica.

Diante deste reconhecimento, considera-se pertinente analisar os dados de matrícula especificamente nos municípios que compõem a Região Administrativa 16 e a Zona de Influência. Os Gráficos 19 e 20 apresentam este detalhamento, conforme sinalizado:

Gráfico 19: Quantidade de Matrícula na Região Administrativa 16 (2015).

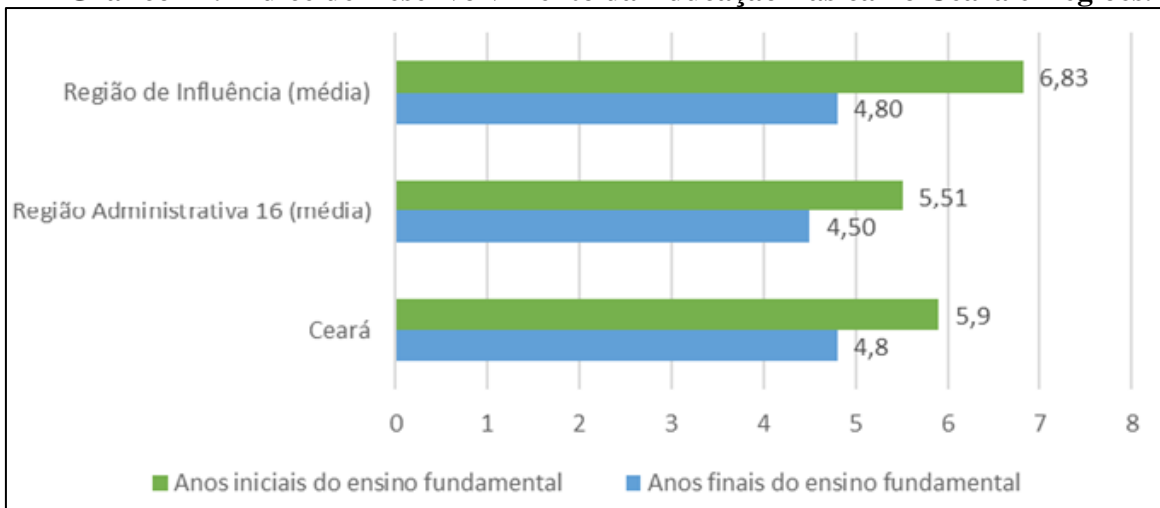


Fonte: INEP, 2016.

Gráfico 20: Quantidade de Matrículas na Região de Influência.

Fonte: INEP, 2016.

Percebe-se que na Região Administrativa 16 os municípios de Acopiara e Iguatu lideram nas matrículas, ao passo em que, na Zona de Influência esse predomínio ocorre no município de Mombaça. Constata-se também com os Gráficos 19 e 20 que a quantidade de matriculados no Ensino Fundamental é superior se comparado ao Ensino Médio. Ao observar os índices de desenvolvimento da região, nota-se que os indicadores sugerem o seguinte:

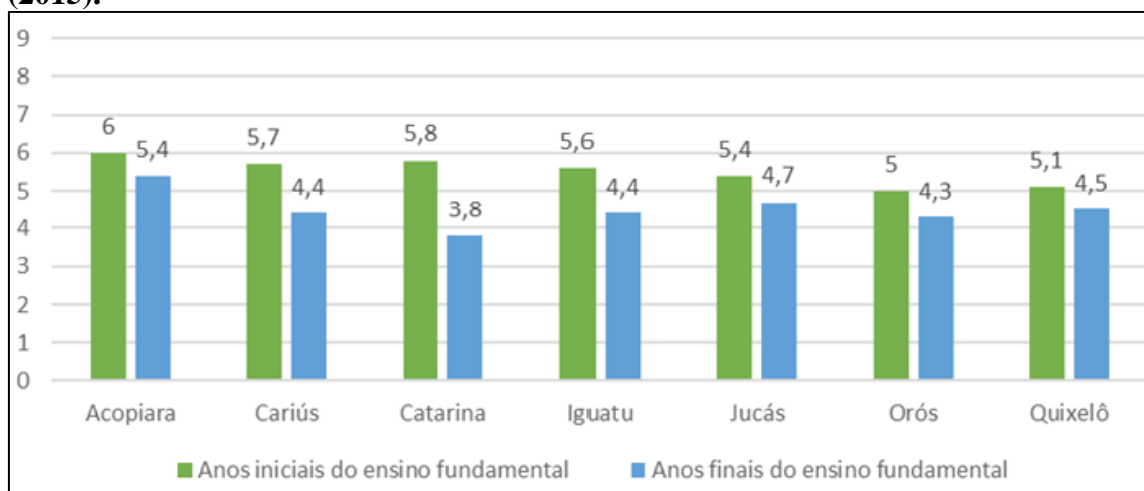
Gráfico 21: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Ceará e Regiões.

Fonte: IBGE, 2018.

Nota-se a partir do Gráfico 21 que há uma proporcionalidade nos índices. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) há um índice melhor de desenvolvimento do que nos anos finais do EF. Observa-se que a Zona de Influência possui um índice maior se comparado ao estado e a Região Administrativa 16.

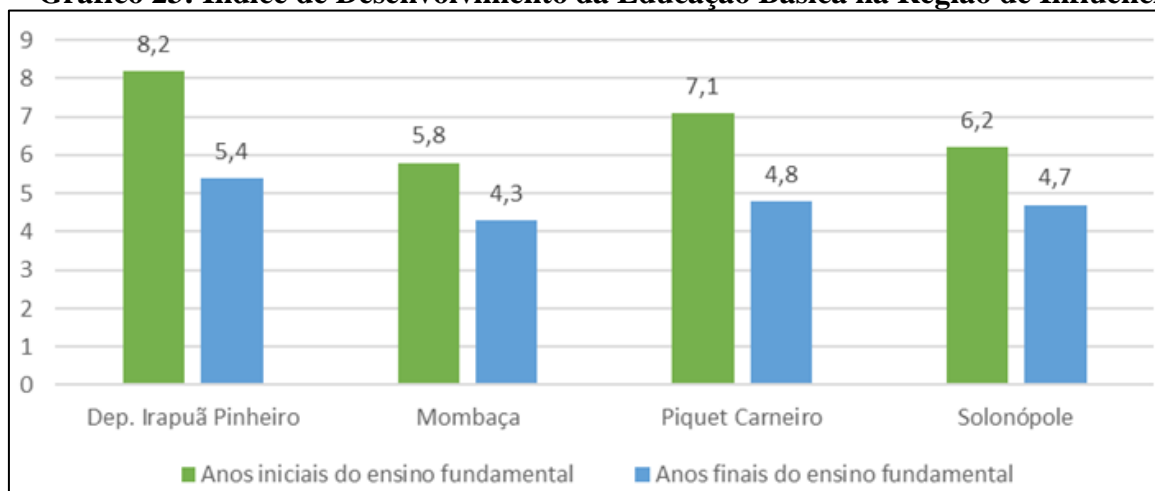
Além da observação geral sobre o Estado do Ceará e o Território de Abrangência, foi feito um detalhamento sobre os municípios, como se pode observar nos Gráficos 22 e 23.

Gráfico 22: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na Região Administrativa 16 (2015).



Fonte: IBGE, 2018.

Gráfico 23: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na Região de Influência.



Fonte: IBGE, 2018.

Percebe-se com os Gráficos 22 e 23 uma constante entre os índices de desenvolvimento da Educação Básica nas duas demarcações. Assim, os anos iniciais do Ensino Fundamental indicam sempre um resultado maior do que os anos finais. Os registros desses índices se fazem importantes para que o Instituto Federal elabore futuramente ações que possibilitem a problematização e desenvolvimentos de estratégias com o intuito de qualificar o ensino e consequentemente os indicadores educacionais, além disso, construir políticas que assegurem o acesso, a permanência e o êxito dos alunos dentro da instituição.

A elaboração deste PPC seguiu as orientações previstas no Manual de elaboração de projetos pedagógicos dos cursos do Instituto Federal do Ceará: aprovado pela Resolução nº 099, de 27 de setembro de 2017/ Pró-reitora de Ensino; Organização Ana Cláudia Uchôa, Araújo; Ana Leila Freitas Maciel; Armênia Chaves Fernandes Vieira; Jarbiani Sucupira Alves de Castro. Fortaleza: IFCE, 2017.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Vários dispositivos legais nacionais e internacionais começaram a dispor sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. Dessa forma, apresentamos os fundamentos legais que embasam a implantação do Curso Técnico subsequente em Tradução e Interpretação de Libras no IFCE campus Acopiara. Eis alguns dos mais importantes:

3.1 Leis

- Lei Nº 7.853/89 – Dispõe sobre o apoio à pessoa com deficiência e sua integração social;
- Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei Nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Nº 10.098/2000 – estabelece normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade;
- Lei Nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências;
- Lei Nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Lei Nº 12.319/2010 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

3.2 Decretos

- Decreto Nº 3.956/01 – Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- Decreto Nº 5.296/04 – Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade;
- Decreto Nº 5.626/05 – Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a LIBRAS como

disciplina no ensino superior;

- Decreto Nº 6.094/07 – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;
- Decreto Nº 6.215/07 – Institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD;
- Decreto Nº 186/08 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007;
- Decreto Nº 6.571/08 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado;
- Decreto Nº 6.949 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto Nº 7.611/2011 – dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

3.3 Dispositivos internacionais dos quais o Brasil é signatário

- 1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos. Influencia a formulação das políticas públicas da educação inclusiva;
- 1994 – Declaração de Salamanca. Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais;
- 1999 – Convenção da Guatemala. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais;
- 2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela ONU. Estabelece que os Estados-Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

3.4 Outras diretrizes legais que fundamentam a construção do PPC e regem e disciplinam

a estruturação dos cursos técnicos

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Resolução CNE/CEB Nº 04/ 99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico quanto às competências profissionais e carga horária mínima;
- Decreto Nº 167 de 1962 do Conselho Federal de Educação;
- Parecer CNE/CEB Nº 5/97 com proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96;
- Lei Nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação para o período 2014-2024.
- Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Nº 5.154/04 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Resolução CNE/CP Nº 6/06 que solicita pronunciamento sobre Formação Acadêmica x Exercício Profissional;
- Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Regulamento da Organização Didática – ROD/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015.

- Resolução N° 99/CONSUP, de 27 de setembro de 2017 que define o Manual de elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFCE, que traz orientações acerca dos procedimentos de elaboração, atualização e alteração dos projetos pedagógicos de cursos técnicos e de graduação do Instituto;
- Resolução N° 75/CONSUP, de 13 de agosto de 2018 que determina a organização e o funcionamento do Colegiado dos cursos técnicos e de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE;
- Nota Informativa N° 018/2016/PROEN/IFCE que trata sobre recuperação da aprendizagem prevista no Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE;
- Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de Janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Lei n° 10.793, de 1° de dezembro de 2003. Alterando a redação do art. 26, § 3°, e do art. 92 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata da Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, prevendo os casos em que sua prática seja facultativa ao estudante.

Diante desse rol de leis, decretos e resoluções que envolvem políticas de acessibilidade, educação e inclusão de surdos, percebe-se a urgente necessidade de ampliar a formação de profissionais que estejam habilitados para atuarem nos mais diversos espaços da sociedade a fim de garantir a efetiva inclusão do sujeito surdo.

Devido a isso é que se propõe implantar o curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, o qual consta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que já está em sua quarta edição (2020), disponível no site <http://cnct.mec.gov.br/>. Inserido no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, o curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras prevê que o profissional concludente do curso estará habilitado para:

- Realizar a interpretação simultânea entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa e vice-versa, com fluência e coerência nos diferentes espaços de atuação.
- Realizar a interpretação consecutiva entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa e vice-versa, com fluência e coerência nos diferentes espaços de atuação.
- Realizar a tradução intralingual, interlingual e intersemiótica entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa e vice-versa.
- Respeitar os surdos, a comunidade surda e a categoria profissional e comprometer-se com eles.

- Seguir as orientações e as recomendações apresentadas pela categoria profissional no que tange ao trabalho em equipe e ao revezamento, a fim de preservar a saúde física e mental.
- Pesquisar constantemente sobre novos conceitos, definições e vocabulários da área de Língua Brasileira de Sinais.
- Analisar e auto-analisar com cautela, de forma crítica e reflexiva, as interpretações e traduções produzidas.
- Realizar a adaptação e a interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), comunicando-se em diferentes contextos socioculturais.
- Adaptar publicações em português escrito para vídeos em Libras e vice-versa.
- Atuar em diferentes situações comunicativas entre surdos e ouvintes.

Com efeito, a formação de tradutores e intérpretes de Libras em Acopiara e região ajudará a atenuar os problemas decorrentes da falta de comunicação entre surdos e ouvintes e possibilitará o acesso do sujeito surdos às mais diversas esferas da sociedade.

4 CONCEPÇÃO DO CURSO

4.1 Concepção filosófica e pedagógica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE tem como missão produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

Para a formação de profissionais capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia são necessários formação científico-tecnológica sólida, desenvolvimento de capacidades de convivência coletiva e entendimento da complexidade do mundo contemporâneo: suas incertezas, provisoriades e mutabilidade.

O grande desafio a ser enfrentado na busca pelo cumprimento dessa função é o de formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua transferência e aplicação na sociedade em geral e no mundo do trabalho. Mas, acima de tudo, formar profissionais mais humanos conscientes do papel social e inclusivo de cada um.

Sendo assim, tendo em vista a necessidade da inclusão social e a realidade regional e

local, o Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras do IFCE campus Acopiara tem como finalidade prover educação científico-tecnológica e humanística, formando, simultaneamente, profissionais qualificados para atender às demandas do mercado de trabalho e cidadãos conscientes da realidade onde estão inseridos.

Imbuído do seu papel perante a sociedade, o IFCE campus Acopiara busca privilegiar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, baseando-se em três princípios axiológicos fundamentais: Ética, Competência e Compromisso Social. No que se refere ao eixo tecnológico do Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras, o campus Acopiara possui laboratório de tradução equipado para a prática do aluno em formação. Possui também uma equipe de professores competentes, comprometidos e que dominam a Língua Brasileira de Sinais, munidos de estratégias que promovem no aluno um desejo de buscar mais conhecimentos.

A estrutura curricular proposta no curso tem foco no conhecimento gradual de Libras desde o nível básico até o nível de competência tradutória com toda a base teórico-prática, voltada para o desenvolvimento das habilidades do futuro profissional Tradutor e Intérprete de Libras, preparando os alunos para agregar ao conhecimento técnico uma sólida base ética e política e elevado grau de responsabilidade social, domínio do saber, do saber fazer e do gerenciamento dos processos produtivos, a fim de garantir a qualidade e a produtividade.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral

Formar um profissional com competência técnica, humanística e ética para desempenhar suas atividades profissionais com elevado grau de responsabilidade social, em todo e qualquer espaço onde haja a necessidade de garantir às pessoas surdas o acesso à comunicação em sua plenitude, exercício indispensável para a sua cidadania.

5.2 Objetivos específicos

- Propiciar a aquisição de conhecimentos de base científica, técnica e humanística, direcionados para a área de Tradução e Interpretação de Libras;
- Formar para a compreensão da cultura surda e das demandas específicas que objetivem garantir o pleno direito das pessoas surdas ao exercício de sua cidadania;
- Formar profissionais aptos a atuar na diversidade de espaços onde se faça necessária sua atuação, como escolas, universidades, delegacias, igrejas, atendimento médico/clínico,

ambiente jurídico, meios eletrônicos, entre outros, compreendendo a especificidade de cada um deles;

- Formar um profissional atualizado e capaz de se manter em constante atualização na área Tradução e Interpretação de Libras;
- Habilitar o profissional em Tradução e Interpretação de Libras para que possa adquirir, organizar e transmitir informações relevantes à sua atividade.

6 DO INGRESSO NO CURSO

6.1 Formas de ingresso

O acesso ao Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras dar-se-á através de:

- Processo seletivo regular precedidos de edital público, que tem como objetivos avaliar e classificar os candidatos até o limite de vagas fixado para cada curso.
- Edital para ingresso de diplomados e transferidos pelo qual o IFCE poderá receber, em todos os seus cursos, estudantes oriundos de instituições devidamente credenciadas pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino municipal, estadual e federal.
- Ingresso por transferência *ex officio*, que é a forma de atendimento ao estudante egresso de outra instituição de ensino congênere, independentemente da existência de vaga, do período e de processo seletivo, por tratar-se de servidor público federal, civil ou militar, inclusive seus dependentes, e quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, acarretando mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para a localidade mais próxima desta.
- Matrícula especial destinada a estudantes que desejam cursar componentes curriculares nos cursos técnicos e de graduação, desde que haja vaga nos componentes curriculares constantes na solicitação e que o requerente seja diplomado no nível respectivo ou superior ao pretendido.
- Reingresso destinado a estudantes que abandonaram o curso.

6.2 Pré-requisito para o ingresso no curso

Para ingresso no Curso Técnico Subsequente, o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio.

7 ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC (CNCT), os estudantes do Curso Técnico de Tradução e Interpretação de Libras podem ter outras possibilidades de formação dentro da mesma área de atuação, quais sejam: certificações intermediárias de qualificação profissional, especializações técnicas e cursos de graduação.

Dentro das possibilidades de especialização técnica está, segundo o CNCT, o curso de Especialização Técnica em Tradução e Interpretação de Libras para Contextos de Educação, de Saúde e Jurídico. Dentro das possibilidades de verticalização para cursos de graduação tem-se:

- Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Assistiva;
- Bacharelado em Letras Libras;
- Licenciatura em Letras-Português/Libras;
- Licenciatura em Letras-Libras.

8 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O técnico em tradução e interpretação de Libras pode atuar em eventos, atendimento médico, igrejas, centrais de intérpretes de Libras, espaços educacionais, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, Congresso Nacional, no teatro, na televisão e muitos outros espaços em que haja uma barreira comunicacional entre surdos e ouvintes.

Ele é o profissional responsável por realizar traduções simultâneas de palestras, discursos, reuniões, videoconferências, traduzindo textos, discursos falados e sinalizados.

De acordo com a Classificação Brasileira Ocupação no código 2614-25 permite atuação como: Guia-intérprete, Intérprete de libras, Intérprete educacional, Tradutor de libras, Tradutor-intérprete de libras.

9 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O perfil do profissional Técnico em Tradução e Interpretação de Libras abrangerá as seguintes competências:

a) **Competências profissionais gerais:** como todo profissional técnico envolvido com área de desenvolvimento educacional e social, o concludente do curso deve apresentar um perfil de formação baseado na iniciativa de intervir nos problemas educacionais e sociais. No caso específico, o profissional concludente estabelecerá a acessibilidade comunicativa por meio da tradução e interpretação do par linguístico Libras/Português, diminuindo, assim, a exclusão social e educacional da comunidade surda em virtude de barreiras comunicativas. Nesse

sentido, o profissional deve promover mudanças significativas em seu espaço de atuação, quer sejam em escolas, lojas, hospitais, igrejas etc.

b) **Competências profissionais específicas:** essas competências podem ser divididas da mesma forma que Roberts (1992), citado por Quadros (2004), faz. Para citar aquelas que se encaixam na proposta deste curso:

I. Competência linguística: habilidade em traduzir e interpretar o par linguístico Libras/Português nas mais variadas situações possíveis. Para isso, os concludentes devem atingir um determinado nível de fluência em Libras, o que será proporcionado pelo curso;

II. Competência bicultural: ser fluente em língua de sinais não é o suficiente para que o técnico em tradução e interpretação obtenha êxito em suas futuras atividades, é preciso ter um conhecimento aprofundado da cultura surda e da cultura ouvinte. Por isso, além de adquirirem a competência linguística, os concludentes terão em seu perfil a competência bicultural;

III. Competência técnica: de posse das competências bicultural e linguística, os concludentes terão habilidades técnicas voltadas para a tradução e interpretação como negociações entre línguas e entre culturas, uma vez que o profissional não está apenas diante de sistemas linguísticos. Além disso, o profissional será capaz de falar em microfone ou utilizar fones de ouvido, e vestir-se adequadamente, diante de seus interlocutores, sem adereços chamativos;

IV. Competência metodológica: capacidade de interpretar de forma consecutiva e simultânea. Capacidade para adequar sua interpretação ao discurso utilizado pelos interlocutores. Capacidade de escolher itens lexicais de acordo com o nível de entendimento dos interlocutores.

c) **Características do saber:** ser fluente em Libras. Traduzir e interpretar o par linguístico Libras/Português de surdo para ouvinte, de surdo para surdo e de ouvinte para surdo. Traduzir da escrita da língua de sinais para o Português escrito e/ou falado e vice-versa. Interpretar vídeos em Libras para a língua portuguesa. Interpretar músicas para a Libras. adquirir atitude de vida frente aos desafios emergentes do movimento histórico-social; conhecer as relações e interações do mundo do trabalho e o significado de seu papel enquanto trabalhador neste cenário; adotar os princípios de flexibilidade, de adaptação crítica, gerenciamento participativo, agilidade e decisão; adotar compromisso ético-profissional.

Além das competências mencionadas, conforme o CNCT, para atuação como Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, são fundamentais:

- Fluência na língua portuguesa e em Libras;

- Competências tradutórias;
- Capacidade de raciocínio lógico, de resolução de problemas;
- Autonomia intelectual, autogerenciamento;
- Pensamento crítico, proatividade e criatividade;
- Habilidades para agir de maneira assertiva na tomada de decisões durante a atuação interpretativa;
- Capacidade de trabalhar a autoestima, a sociabilidade e a empatia, bem como de se expressar com segurança e lidar com imprevistos para desenvolvimento da intermediação da comunicação entre ouvintes, surdos e surdocegos;
- Capacidade de mediação e de conciliação de conflitos.

10 METODOLOGIA

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução do conhecimento numa perspectiva compartilhada, em que todos são sujeitos do conhecer e aprender, visando à construção do saber, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada. Nesse sentido, a metodologia consiste na adoção de práticas pedagógicas presenciais⁴ que busquem o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem ativa do aluno, estimulando a busca por sua autonomia e o protagonismo do processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas têm como princípio a relação teoria-prática, visando a formação de profissionais que atendam as demandas do setor produtivo e as novas concepções de desenvolvimento socioeconômico.

As disciplinas poderão também ser ofertadas na modalidade à distância, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso de acordo com a Resolução nº 03, de 21 de novembro de 2018b, o Decreto nº 9.057/2017 que regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio e conforme orientações do Centro de Referência em Educação a Distância (CREaD) do IFCE. Para tanto, quando da proposta da oferta, deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria. Deverá, ainda, obter aprovação do colegiado do referido curso e ser respeitado o disposto na legislação vigente em âmbito nacional e institucional. Assim, os princípios pedagógicos, filosóficos

⁴ Importante ressaltar que, embora a proposta do curso seja eminentemente presencial, vislumbra-se a excepcional possibilidade de se adaptar ao ensino remoto e ao ensino híbrido, devido às incertezas do contexto da pandemia.

e legais que subsidiam a organização do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras na forma subsequente, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental, estão associados à estrutura curricular do curso. Estes princípios pedagógicos conduzem a práticas docentes voltadas às atividades como: debates, seminários, estudos individuais ou em equipes, visitas técnicas, práticas laboratoriais e desenvolvimento de projetos, entre outros.

A relação teórico-prática, tão importante para o aprendizado técnico, será alcançada através de aulas teóricas expositivas sinalizadas e aulas práticas, que se darão por meio de atividades em sala, no laboratório e realização de visitas técnicas a ambientes em que possa haver intérpretes e surdos. Nesse sentido, o fazer pedagógico propiciará condições para que o educando possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser). Este desenvolvimento de competências possibilitará a formação de profissionais com autonomia intelectual e moral, aptos ao exercício da cidadania e conscientes de sua responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, diluídas com as previsões dos seguintes aspectos:

- Leituras e discussões de textos técnicos e científicos;
- Atividades individuais e em grupo que possam desenvolver o ser como também a competência de se relacionar e aprender em equipe;
- Visão holística do saber, ou seja, não fragmentação do conhecimento expresso nas disciplinas;
- Aplicação dos conhecimentos teóricos no desenvolvimento de projetos e modelos, em atividades de pesquisa e de extensão;
- Produção escrita de diferentes gêneros, de acordo com os tipos de atividades;
- Pesquisas bibliográficas constantes para aprofundamento dos conhecimentos em discussão em sala de aula;
- Utilização de Internet nos laboratórios, salas de aula ou na biblioteca da Instituição, com o intuito de executar atividades de pesquisa e de produção acadêmica;
- Engajamento em monitorias e projetos institucionais e em parceria com outras instituições.

Ademais, este curso contempla também algumas estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes. Dentre elas destacamos as atividades de acolhida, oferta de componentes extracurriculares, atendimentos aos discentes (apoio extraclasse realizado tanto pelos docentes como pela coordenação do curso e equipe pedagógica), atendimentos educacionais especializados aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais

específicas e de monitorias (onde os discentes interessados, em atuar como monitores do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do campus Acopiara concorrerão aos editais de monitoria previstos pela PROEN-IFCE, devendo contemplar as exigências previstas nos mesmos).

Outras atividades cuja centralidade se faz na aprendizagem discente, podem ser estimuladas a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, cuja função se dá em apoio à aprendizagem significativa e contextualizada desse educando, a partir de softwares, de recursos audiovisuais, internet, dentre outros. Além disso, as atividades de monitoria poderão optar pelo auxílio das TICs no seu processo de desenvolvimento a partir da utilização de softwares, aplicativos, da internet, de canais de multimídia, dentre outros. Estas serão atividades inerentes ao andamento do curso, sendo ajustadas e programadas como ações de permanência e êxito do discente no curso, incentivando aos estudos e à progressão na carreira acadêmica.

Em relação ao fortalecimento das ações de ensino e aprendizagem à formação integral do sujeito faz-se necessária a abordagem de algumas temáticas que devem permear de forma transversal nos conteúdos abordados no decorrer do curso. Essas temáticas envolvem conteúdos pertinentes às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos ((Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012); para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012) e para a Educação das Relações Étnico Raciais (Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004) contempladas na disciplina de Ética.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) também presente no campus desenvolve ações vinculadas às questões étnico-raciais, oportunizando condições para demonstrar a participação histórica e sociológica das populações negras e indígenas na sociedade, servindo a propósitos tanto no ambiente educacional quanto de demandas comunitárias e ainda, procura servir de alicerce para a promoção de políticas públicas em questão. O NEABI do IFCE é um grupo de trabalho responsável por fomentar ações, de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº. 10.639/2003 e 11.645/2008 e os demais instrumentos legais correlatos.

Dessa forma, o NEABI tem como finalidades: propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnico-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnicoraciais; colaborar e promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do Sistema de Educação do CEARÁ; contribuir para a ampliação do debate e

da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial e; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, sociedade civil organizada e população em geral.

Por fim, ressalta-se que a concepção do PPC e os princípios pedagógicos que o fundamentaram consideram as questões de inclusão social dos alunos com necessidades específicas (NE). O campus tem institucionalizado o NAPNE (Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) cujo propósito é criar estratégias de inclusão e permanência das Pessoas com Deficiência (PcD) no mundo do trabalho. Considera-se, ainda, a possibilidade de integração com profissionais externos que trabalham ou já trabalharam com o estudante, caso seja necessário, para melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico assim, como atividades de sensibilização da turma e dos servidores da instituição de ensino (professores, técnicos administrativos, pessoal de apoio), por meio de palestras, atividades culturais, reuniões, para que as pessoas conheçam o tipo de necessidade específica que o estudante tem e possam ter uma postura inclusiva.

Cabe ao NAPNE articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, buscando parcerias com entidades de atendimento aos alunos, incentivando e promovendo a quebra de barreiras arquitetônicas e de comunicação.

Para isso, devem ser previstas reuniões com a Direção de Ensino, Coordenação Pedagógica, Coordenador do Curso, Professores do aluno e convidados, Assistência Estudantil, Coordenador do NAPNE e equipe, para discussão das adaptações curriculares necessárias, formas de registro e acompanhamento educacional. As reuniões envolvendo os estudantes com Necessidades Específicas (NE) poderão contar com outros profissionais especialistas para esclarecimentos técnicos quanto à condição, necessidades e habilidades do estudante em virtude da necessidade específica. Além disso, o NAPNE deverá promover a instrumentalização dos servidores do campus, buscando mudanças nas atitudes e visando ao acolhimento dos estudantes que possuem necessidades específicas. O Núcleo servirá, ainda, como apoio à coordenação do curso e à coordenação pedagógica na elaboração e adaptação de materiais destinados ao ensino e aprendizagem destes alunos.

11 ESTRUTURA CURRICULAR

11.1 Organização Curricular

A organização curricular do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, na

forma subsequente, observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de Janeiro de 2021), no Decreto nº 5.154/04, na quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Parecer CNE/CEB nº 5, de 12 de novembro de 2020, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 15 de dezembro de 2020 e nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do IFCE.

O curso está estruturado com uma matriz curricular integrada por disciplinas de segunda a sexta-feira, porém, quando necessário, as aulas serão ministradas em sábados letivos exigidos pelo calendário acadêmico. O curso tem uma duração de um ano e meio e tem o regime de seriado semestral. Demanda as disciplinas teóricas e práticas a fim de capacitar o alunado na tradução e interpretação de Libras, bem como as experiências que serão vivenciadas nas disciplinas de laboratório. Além disso, considera-se que o curso receberá alunos no primeiro semestre que não terão tido nenhum contato com a Libras antes e necessitarão de um maior domínio antes de utilizar as técnicas tradutórias.

O primeiro semestre do curso é composto por disciplinas introdutórias, as quais permitem que os discentes recém-ingressos adquiram uma base sólida de conhecimento na Libras, de forma teórica e prática. Para citar um exemplo, uma disciplina básica do 1º semestre é Libras I, considerando que o discente pode vir com ou sem nenhum conhecimento na área. Sendo assim, o aluno estará inserido em um contexto de sinalização e conhecimento prático através de atividades que visam a atuação do profissional. Neste semestre ainda, o aluno será introduzido aos estudos linguísticos da língua de sinais, com a disciplina Estudos Linguísticos I, a qual lhe possibilitará competência não somente tradutória, mas também linguístico-descritiva.

No semestre posterior, os discentes aprofundam os conhecimentos obtidos anteriormente, introduzindo-os em ambientes de tradução e interpretação. Por isso, esse semestre traz o primeiro laboratório de tradução, para que já seja inserido no contexto tradutório. Nesse semestre o aluno conhecerá também os procedimentos técnicos da tradução, de modo a inseri-lo na prática tradutória.

No terceiro, além da disciplina de Libras III, por meio da qual o aluno aprofundará seu conhecimento na língua de sinais, será ofertada a disciplina Escrita de Sinais, pela qual o discente poderá ter noções gerais sobre esse tipo de escrita. Ademais, o aluno terá contato com outros laboratórios de práticas de tradução e interpretação. Com isso, espera-se que o aluno terá o aparato de conhecimento na Libras e de práticas tradutórias mediante todo o percurso teórico e prático desenvolvido ao longo dos três semestres.

O curso conta ainda com a oferta de duas disciplinas optativas: Artes e Educação Física, as quais poderão ser cursadas no primeiro e no terceiro semestre, respectivamente.

11.2 Matriz Curricular

A seguir, apresenta-se o quadro de distribuição de disciplinas em cada semestre letivo e as informações concernentes à carga horária.

QUADRO 1 - Distribuição de disciplinas obrigatórias e suas respectivas cargas horárias

1º Semestre						
DISCIPLINAS	Hora-aula Semanal	Hora-aula Total	CH teórica	CH Prática	Cr.	Requisitos
Libras I	8	160	20	140	8	-
Estudos Linguísticos I	3	60	10	50	3	-
Estudos da Tradução e Interpretação	3	60	10	50	3	-
Políticas Públicas, Inclusão Social e educação de surdos	2	40	20	20	2	-
Cultura surda	2	40	10	30	2	-
Corpo, cultura e movimento	2	40	10	30	2	-
Total	20	400	80	320	20	
2º Semestre						
DISCIPLINAS	Hora-aula Semanal	Hora-aula Total	CH teórica	CH Prática	Cr.	Requisitos
Libras II	8	160	20	140	8	
Estudos Linguísticos II	2	40	10	30	2	
Procedimentos Técnicos da Tradução	2	40	20	20	2	
Ética Profissional	2	40	20	20	2	
Escrita de Sinais	2	40	10	30	2	-
Tradução Audiovisual Acessível - TAVa	2	40	20	20	2	-
Laboratório de tradução e interpretação I: eventos seminários, palestras e colóquios	2	40	10	30	2	-

Total	20	400	110	290	20	
3º Semestre						
DISCIPLINAS	Hora-aula Semanal	Hora-aula Total	CH teórica	CH Prática	Cr.	Requisitos
Libras III	8	160	20	140	8	
Laboratório de Tradução e interpretação II: Contexto educacional	2	40	10	30	2	-
Libras IV	4	80	10	70	4	
Interpretação de Músicas em Libras	2	40	10	30	2	-
Laboratório de Tradução e Interpretação III: Contexto Jurídico	2	40	10	30	2	-
Laboratório de Tradução e Interpretação IV: Linguagem literária	2	40	10	30	2	-
Total	20	400	70	330	20	
Total de carga horária de disciplinas obrigatórias	1080 horas-aula					
Prática Profissional Obrigatória	120 horas-aula					
Total de carga horária do Curso	1200 horas-aula					

Nota: Embora a quantidade de aulas das disciplinas obrigatórias somem 1200 aulas, a carga horária total do curso soma 1080 horas. Isto é devido à duração de cada hora-aula no período noturno que é de 50 minutos.

As temáticas de Educação Ambiental, Educação de Direitos Humanos, Educação e suas relações étnico-raciais serão abordadas dentro da disciplina de Ética Profissional; e o tema Empreendedorismo será abordado na disciplina de Artes, por serem disciplinas menos densas que as demais

As disciplinas Artes (40 horas) e Educação Física (40 horas) serão oferecidas aos alunos do curso, fazendo parte da grade curricular, como conteúdo opcional, não sendo levadas em consideração as suas cargas horárias na matriz do curso. Caso o aluno opte por essas disciplinas, Artes poderá ser cursada no primeiro semestre, e Educação Física poderá ser cursada no quarto semestre. No momento da matrícula, será feita a divulgação das disciplinas optativas. As disciplinas e suas respectivas cargas horárias estão dispostas no quadro a seguir.

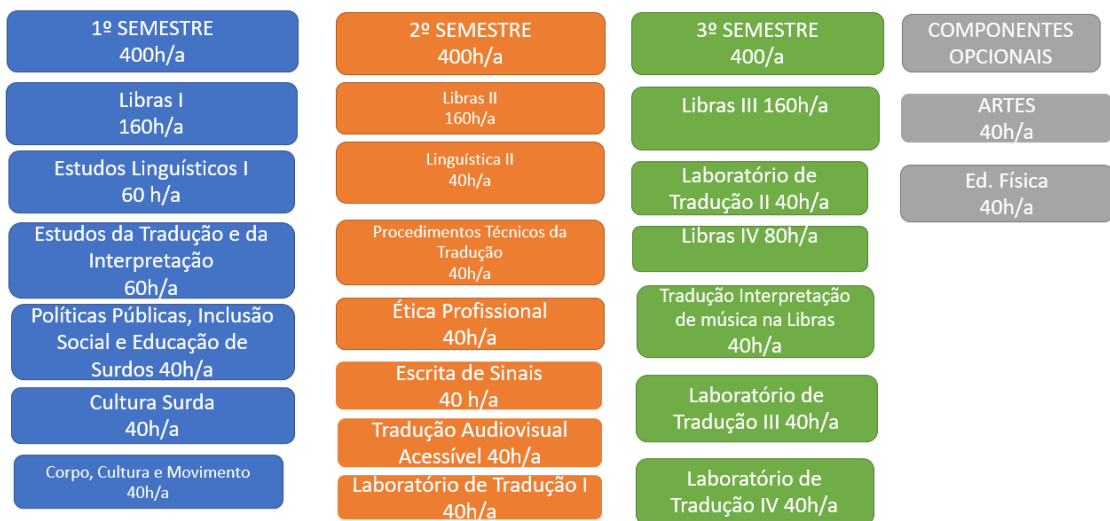
QUADRO 2 - Distribuição de disciplinas opcionais e suas respectivas cargas horárias

1º Semestre					
DISCIPLINAS	Hora-aula Semanal	Hora-aula Total	CH teórica	CH Prática	Cr.
Artes	2	40	10	30	2
4º Semestre					
DISCIPLINAS	Hora-aula Semanal	Hora-aula Total	CH teórica	CH Prática	Cr.
Educação Física	2	40	10	30	2

11.3 – FLUXOGRAMA CURRICULAR

QUADRO 3 - Disposição Gráfica da estrutura curricular do curso

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS



12 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Seguindo os princípios da LDB e em consonância com as orientações do ROD do IFCE, a avaliação tem caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em

provas finais. Nesse sentido, todos os procedimentos de avaliação do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras têm como objetivos perceber quais as dificuldades dos alunos nos conteúdos ministrados, quais alunos sentem dificuldades, como a aprendizagem do aluno está se desenvolvendo, até que medida o conteúdo ministrado está atingindo os objetivos etc.

As avaliações serão organizadas pelos professores de cada unidade curricular e podem dar-se de formas diversificadas, podendo ser feita por meio de exercícios, trabalhos (individuais e/ou em grupos), relatórios, seminários, realização de projetos de tradução/interpretação para a comunidade surda, realização de eventos relativos à área de línguas, traduções/interpretações de materiais pedagógicos, provas sinalizadas em línguas de sinais, provas escritas (inclusive consultando material, se for o caso e a critério do professor).

Como pode ser observado, a avaliação não se restringe a apenas a prova tradicional, na verdade, o curso irá instigar a avaliação por meio de forma mais aplicada, em que os alunos possam envolver-se com projetos mais amplos de traduções e interpretações. Mesmo assim, a ideia é fazer com que qualquer estratégia de avaliação estimule os alunos ao pensamento crítico, à reflexão, à autoavaliação e ao autodesenvolvimento.

No que diz respeito aos estudantes PNE's (pessoas com necessidades específicas) deverá ser oferecida flexibilização e diversificação do processo de avaliação, isto é, avaliação adequada ao desenvolvimento do estudante, tais como: provas orais, atividades práticas, trabalhos variados produzidos e apresentados através de diferentes expressões e linguagens envolvendo estudo, pesquisa, criatividade e observação de comportamentos, tendo como base os valores e atitudes identificados nos objetivos da escola e do projeto: solidariedade, participação, responsabilidade, disciplina e ética.

Ainda relacionado à avaliação dos estudantes com necessidades específicas, esta deverá apresentar linguagem clara e objetiva, com frases curtas e precisas e a certificação de que as instruções foram compreendidas. O tempo para realização de tarefas e provas deverá ser ampliado sem prejuízo da socialização, além da possibilidade de fazer a prova em outro ambiente da escola (sala de orientação, biblioteca, sala de grupo) ou elaboração de mais avaliações com menos conteúdo cada para que o estudante possa realizá-las num tempo menor.

Também será assegurado ao estudante o direito de conhecer os resultados mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como parte do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, as avaliações deverão ser reportadas aos alunos. Se for uma avaliação escrita, o aluno receberá o instrumental. Se for um outro tipo de avaliação (seminário, tradução, interpretação, elaboração de projetos etc.), o professor deverá entregar ao aluno, por escrito, os

critérios utilizados para avaliar juntamente com a nota. Em todos os casos, as notas devem ser registradas no Sistema Q-Acadêmico logo após a devida correção em um prazo máximo de até 10 (dez) dias letivos.

Como ocorre com todos os cursos do IFCE, a divulgação de resultados tem caráter individual, sendo vedada a sua exposição pública, salvo em casos de haver consentimento prévio do estudante (ROD, art. 84, parágrafos 1º e 2º). Caso o estudante discorde do resultado obtido em qualquer avaliação da aprendizagem, poderá requerer à Coordenadoria de Curso revisão no prazo de 02 (dois) dias letivos após a comunicação do resultado. Ao estudante é obrigatório o cumprimento da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo (semestre/ano).

No processo de recuperação prevalecerá o melhor resultado entre as notas obtidas, com comunicação imediata ao estudante e sendo registrado no Sistema Acadêmico.

A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos se desenvolverá em duas etapas:

- Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para a primeira etapa (N1) e uma nota para a segunda etapa (N2), com pesos 2 e 3, respectivamente.
- O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.
- O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.
- O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

$$MP = \frac{2 \times N_1 + 3 \times N_2}{5}$$

- Deverá ser considerado aprovado no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a 6,0 (seis).
- Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP).
- Deverão fazer avaliação final (AF) o estudante que obtiver MP inferior a 6,0 (seis e

maior ou igual a 3,0 (três). Esta avaliação deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico. A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

- A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico. O cálculo da média final (MF) para o estudante referido que foi submetido a Avaliação Final deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação:

$$MF = \frac{MP + AF}{2}$$

- Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).
- Para os estudantes que não atingirem os objetivos básicos de aprendizagem, serão assegurados os estudos de recuperação paralela enquanto parte da avaliação processual e contínua no decorrer de todo o período letivo com base nos resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações. Como forma de superar o baixo rendimento no decorrer do período letivo, é assegurado aos estudantes o direito a recuperação paralela, estratégia de intervenção deliberada no processo educativo e uma nova oportunidade que leva os estudantes ao desempenho esperado.
- A recuperação paralela realiza-se sob a orientação do professor do componente curricular e é coordenada pela equipe pedagógica e coordenação do curso, sendo, pois, uma consequência do processo de avaliação contínua. Ambos devem ocorrer concomitante ao processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades em seu percurso escolar.

A nota informativa 018/2018/PROEN/IFCE nos orienta sobre a recuperação da aprendizagem prevista no ROD e baseando-nos nela entendemos que a recuperação da aprendizagem poderá ser desenvolvida de forma contínua e paralela. De acordo com a nota, a primeira acontece quando o docente busca recuperar o aprendizado dos estudantes no decorrer das aulas, no horário regular, e a segunda ocorre de um processo mais contínuo, porém desenvolvido para parte dos estudantes das turmas ofertadas IFCE. Ela ocorrerá a partir do momento em que todas as atividades de recuperação contínua forem esgotadas, e mesmo assim, parte dos estudantes não tenha superado possíveis dificuldades de aprendizagem em determinado (s) conteúdo (s). Assim, com relação à recuperação contínua dentre outras

atividades poderão ser desenvolvidas:

- a) Realização de atividades avaliativas em menor intervalo de tempo para observação da evolução dos estudantes e replanejamento de metodologia e de ações de recuperação, se for necessário;
- b) Retomada dos conteúdos pelo docente no(s) componente (s) onde foi identificada a possível não aprendizagem da turma;
- c) Trabalhos em equipe, estudos dirigidos, pesquisa, debates, ações motivadoras, exercícios diversos, estimulando dessa forma, a criação de diferentes ações e um ambiente propício para aprendizagem;
- d) Realização de mais aulas práticas para facilitar a apropriação do conhecimento por meio do estreitamento na relação teoria e prática;
- e) Realização de mais visitas técnicas, se necessário, para facilitar a aprendizagem;
- f) Realização de projeto (s) pedagógicos, científicos, socioculturais que visem à melhoria da aprendizagem;
- g) Realização, por meio da parceria entre docentes, alunos voluntários e/ou outros profissionais lotados no campus, de projetos interdisciplinares coordenados pelos próprios professores dos componentes curriculares, nos quais a defasagem de aprendizagem foi definida.

Em consonância com a LDB, também dispõem que os resultados parciais ao longo do período letivo prevalecerão aos resultados de eventuais provas finais, assim como serão priorizados aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos nos processos avaliativos, evitando desta forma a mera elaboração de hierarquias de excelência.

Observando esses princípios, os docentes podem se valer de múltiplos instrumentos e metodologias avaliativas tendo sempre como referência os objetivos definidos nos planos dos cursos.

13 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional proposta, rege-se pelos princípios da equidade, flexibilidade, aprendizado contínuo, superação da dicotomia entre teoria-prática e acompanhamento ao desenvolvimento do estudante. De acordo com as orientações curriculares nacionais, a prática profissional é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto,

como condição indispensável para obtenção do certificado de técnico de nível médio.

As atividades de prática profissional ocorrerão em todos os semestres desde o ingresso do discente até o término do curso e está distribuída nos três semestres letivos, totalizando 120 horas obrigatórias visando:

1. promover a integração teoria-prática dos conhecimentos, habilidades e técnicas desenvolvidas no currículo;
2. proporcionar situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento pela reflexão-ação complementar à formação profissional;
3. desencadear ideias e atividades alternativas;
4. atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho;
5. desenvolver e estimular as potencialidades individuais proporcionando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores.

A metodologia a ser adotada será através da interpretação de eventos dentro e fora da instituição, visitas a locais como igrejas e escolas para conhecer a realidade do intérprete, desenvolvimento de projetos de filmagem e, atividades de socialização com a comunidade surda, organização de eventos para fins tradutórios e cursos de formação continuada

Tal prática deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício da profissão, ou seja, uma metodologia de ensino que atinja os objetivos propostos. Para tanto, ela deve ser como atividade própria da formação para o mundo do trabalho e relatada pelo estudante. Os relatórios produzidos deverão ser escritos de acordo com as normas da ABNT estabelecidas para a redação de trabalhos técnicos e científicos.

Quadro 2 – Carga horária de Prática Profissional

Atividade	Máximo	Equivalência	Requisito para validação
Atividade de iniciação à Pesquisa			
Atividades práticas de laboratórios	80	80 horas por semestre	Declaração com período da bolsa

Participação em projetos de pesquisas, voltados à formação na área, no âmbito do IFCE	80	80 horas por semestre	Atestado com período e órgão financiador e relatório de atividades
Participação em projeto de (PIBIC e PIBITI) voltados à formação na área, no âmbito do IFCE	80	80 horas por semestre	Atestado com período e órgão financiador e relatório de atividades
Participação de Monitoria Voluntária no âmbito do IFCE	80	80 horas por semestre	Declaração/Relatório avaliado
SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS			
Participação como expositor, apresentador de trabalho em seminários, conferências, voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE	40	40hs para cada participação	Comprovante de participação
Colaboração na organização em eventos, mostras e exposições voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE.	20	20hs para cada evento	Certificado de colaboração
Participação de Competições ou Maratonas de Desenvolvimento de Software ou Hardware.	20	20hs por evento	Declaração da organização do evento
VIVÊNCIA PROFISSIONAL COMPLEMENTAR			
Realização de estágios não curriculares no âmbito do IFCE.	80	80hs para cada trimestre	Declaração/Relatório avaliado
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
Ministrar curso, palestra, ateliê, oficina no âmbito da formação profissional.	80	80hs para cada atividade	Declaração da organização do evento.
Participação nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFCE, na área de	80	80hs por semestre	Certificado de Conclusão do Curso

idiomas ou relacionados a Informática.			
Participação de cursos online na área de idiomas ou relacionados a informática (Válido para cursos concluídos a partir da data de início do curso técnico)	40	40hs por curso	Certificado de Conclusão do Curso (Verificável)
Participação de cursos presenciais na área de idiomas ou relacionados a informática (Válido para cursos concluídos a partir da data de início do curso técnico)	80	80hs por curso	Certificado de Conclusão do Curso (Verificável)
Participação de Eventos de Extensão do IFCE	8	8hs por dia de evento	Declaração da organização do evento.
Apresentação de trabalho/banner/resumo expandido em Eventos de Extensão do IFCE por apresentação	20	20hs	Declaração da organização do evento.
OUTRAS ATIVIDADES DE CUNHO TÉCNICO			
Projeto de conclusão de disciplina por trabalho	40	40hs	Parecer de banca avaliadora/professor
Atividades de observação assistida no âmbito da formação profissional na área, no âmbito do IFCE.	80	80hs por semestre	Relatório avaliado
Atividade profissional	80	80hs por semestre	Declaração do empregador

14 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

O curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras não oferecerá estágio a seus estudantes.

15 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O IFCE assegurará aos estudantes ingressantes e veteranos o direito de aproveitamento dos componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam obedecidos os dois critérios a seguir, condicionados as propostas de alterações e/ou atualização do ROD a qualquer tempo:

I. o componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular a ser aproveitado;

II. o conteúdo do componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser aproveitado. Poderão ser contabilizados estudos realizados em dois ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado. Não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para:

- i. estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- ii. componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas cursos técnicos integrados, conforme o Parecer CNE/CEB Nº. 39/2004. Art. 132.

O componente curricular apresentado deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível de ensino superior ao do componente curricular a ser aproveitado, devendo ser solicitado no máximo uma vez. O estudante poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiverem alocados na matriz curricular do curso, observados os seguintes prazos:

- i. até 10 (dez) dias letivos após a efetuação da matrícula - para estudantes ingressantes;
- ii. até 30 (dias) dias após o início do período letivo - para estudantes veteranos.

A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, acompanhada dos seguintes documentos:

- i. histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem;
- ii. programas dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.

A coordenadoria do curso deverá encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado.

- O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenadoria

de curso que deverá informá-lo ao estudante e encaminhá-lo à CCA para o devido registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

- Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão deste, uma única vez.

- O prazo para a solicitação da revisão do resultado deverá ser de até 5 (cinco) dias letivos a partir da sua divulgação.

- O gestor máximo do ensino no campus nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

Conhecimentos e experiências anteriores serão aproveitados, desde que em acordo com os critérios do capítulo V do ROD. Para citar alguns, adaptando-os ao plano deste curso específico:

A coordenadoria do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras validará conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional mediante avaliação teórica e/ou prática, aplicada por uma comissão de pelo menos dois docentes que lecionam o(s) componente(s) curricular (es) requeridos para validação de conhecimentos e sendo preferencialmente lotados no curso que ofertam os componentes curriculares em questão, ou que possuam competência técnica para tal fim.

O pedido de validação de conhecimentos deverá ser feito via requerimento protocolado na recepção/setor de protocolo do campus, sendo direcionado à Coordenadoria do curso para condução do processo.

Para fins de validação em Conhecimentos Adquiridos em Estudos Regulares, o requerente deverá anexar ao requerimento declaração, certificado ou diploma que ateste conhecimentos adquiridos em estudos regulares.

Para fins de validação de Conhecimentos Profissionais, o estudante deverá anexar cópia da Carteira de Trabalho (páginas já preenchidas) ou declaração do empregador ou de próprio punho, quando autônomo. A Coordenadoria do curso poderá solicitar documentação complementar ao estudante. No caso da validação de Conhecimentos, esta deverá ser solicitada nos primeiros trinta (30) dias do período letivo (semestre/ano) em curso. Todo o processo de validação deverá ser concluído em até 50 (cinquenta) dias letivos do semestre vigente, a contar da data da solicitação do estudante.

O calendário do processo de Validação de Conhecimentos será instituído pela coordenadoria do curso, e o estudante não poderá pedir validação de componente curricular em

que tenha sido reprovado no IFCE. O estudante só poderá solicitar Validação de Conhecimentos uma vez por componente curricular, e a solicitação de validação será automaticamente cancelada, caso o estudante não compareça a qualquer uma das etapas de avaliação.

A nota mínima a ser alcançada pelo estudante na validação será 6,0. Em caso de discordância do resultado obtido, o estudante poderá requerer à Coordenadoria de Curso revisão de avaliação no prazo de 02 (dois) dias letivos após a comunicação do resultado.

Não haverá validação de conhecimentos para Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares.

16 EMISSÃO DE CERTIFICADO

Após a integralização dos componentes curriculares previstos para o curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, assim como, da emissão do nada consta da biblioteca, será expedido ao concluinte o certificado de Técnico em Tradução e Interpretação de Libras.

17 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do projeto pedagógico tem como objetivo acompanhar as ações e as atividades realizadas pelos docentes, técnicos e discentes envolvidos, visando atingir os objetivos propostos para o curso, a descentralização das decisões, a construção e a manutenção do vínculo educação-sociedade. Dessa forma, o acompanhamento e a avaliação deverão legitimar as ações de implantação e as mudanças e melhorias aplicadas.

O acompanhamento e a avaliação serão aplicados no ambiente de atuação de todos os integrantes: sala de aula, práticas, estágios, visitas técnicas, seminários, atividades complementares e apresentações de trabalhos de término de curso, nas relações entre docentes, discentes e técnicos.

Os meios e instrumentos utilizados na avaliação do projeto do curso serão: registro das ações em livro específico e adequado, acompanhamento por parte dos orientadores em sala, questionários, entrevistas, autoavaliações, apresentações de trabalhos, seminários de avaliação, relatórios, etc., que servirão como mensuração da funcionalidade do projeto, fornecendo dados que embasam as ações corretivas direcionando-as para o cumprimento dos objetivos traçados para o curso.

Quanto à periodicidade, deverão ser utilizadas avaliações anuais, sistemáticas e continuadas, com espaços para uma reflexão crítica e autocrítica do desempenho do curso e de seus integrantes, estando essas atividades devidamente registradas e documentadas para servir

de suporte para as avaliações subsequentes.

17.1 Avaliação do desempenho docente

A avaliação do desempenho docente para a qualidade do processo de aprendizagem significativa dos estudantes do IFCE campus Acopiara é relevante uma vez que o professor é o profissional diretamente atuante nessa ação. Vários são os fatores que influenciam o desempenho docente, como por exemplo, os conhecimentos específicos relacionados à unidade didática, as habilidades pedagógicas, a motivação, etc. Não obstante, para avaliar é necessário estabelecer e definir características do que é ser um bom professor, tarefa complexa pois a ação de apontar critérios é permeada de subjetividade.

Dessa forma, a avaliação do desempenho docente será orientada pelos deveres do grupo docente, instituídos no Regulamento da Organização Didática (ROD/2015) do IFCE, capítulo II, artigo 170, visando a promoção do desenvolvimento das práticas docentes, para a garantia do processo de aprendizagem significativa, além de trazer uma reflexão do que significa ser um bom professor. O sistema de avaliação adotado pelo IFCE campus Acopiara deve ser contínuo, múltiplo, considerando qualitativamente o desempenho docente e oferecendo a ele um retorno da sua atuação (*feedback*).

A definição dos critérios para avaliação dos professores terá como base os critérios apresentados no documento norteador (ROD), a saber: domínio do conteúdo; desenvolvimento do saber-ser; desenvolvimento do saber-fazer e outros critérios necessários. No entanto, a participação dos próprios avaliados, juntamente com o Departamento de Ensino, a Coordenadoria dos Cursos, sob a supervisão da Coordenadoria Técnico-Pedagógica – CTP é fundamental para garantir o apoio ao docente no processo de avaliação. A avaliação do professor será realizada pelos alunos através de questionários no sistema acadêmico e os dados serão compilados pelo Departamento de Ensino do campus.

A avaliação do desempenho docente deve ser encarada como uma oportunidade pedagógica para o aprimoramento profissional, privilegiando a formação continuada e o diálogo, pois a partir dos resultados, as ações de intervenção pedagógica podem ser planejadas igualmente em conjunto. A elaboração da proposta de avaliação deverá ser inicialmente realizada pela CTP, a partir de discussão/definição dos instrumentos de avaliação (autoavaliação, questionário, portfólio).

A avaliação ocorrerá ao longo do percurso formativo (semestre) e as necessidades de melhorias serão levantadas a partir dos instrumentos de avaliação e de seus respectivos critérios.

Após essas etapas, feitas a coleta e análise dos resultados, a Chefia do Departamento de Ensino definirá as ações necessárias: análise do trabalho docente, *feedback* dos resultados ao professor, acompanhamento individualizado do docente, elaboração de planos de desenvolvimento/aperfeiçoamento profissional para incorporação de novas práticas pedagógicas e novos conhecimentos.

Os critérios para avaliação docente, com base no documento norteador (ROD) e atribuições do perfil docente estão abaixo elencados:

- a) Capacidade de gerenciar situações de conflito em sala de aula;
- b) Capacidade de estabelecer empatia com os discentes;
- c) Capacidade de exercer autoridade;
- d) Capacidade de ensinar;
- e) Capacidade de transpor o saber científico para a realidade dos discentes;
- f) Capacidade de trabalhar com as diferenças;
- g) Capacidade de organizar o conteúdo de maneira propícia ao aprendizado;
- h) Domínio do conteúdo;
- i) Incentivo à participação dos alunos;
- j) Elaboração de avaliação processual e contínua;
- k) Elaboração dos planos de cursos e de unidade didática, e apresentação aos discentes;
- l) Pontualidade e assiduidade às aulas, às atividades educacionais da Instituição correlatas à sua função profissional e a outros eventos para os quais for convocado, nos horários em que estiver à disposição da Instituição;
- m) Colaboração para que seja mantida a disciplina dentro e fora de sala de aula;
- n) Cumprimento do plano do componente curricular e da carga horária;
- o) Lançamento dos conteúdos, das notas e das ausências do aluno no sistema acadêmico, ao menos, semanalmente, ciente de que, após a entrega das notas de cada etapa, qualquer alteração deverá ser solicitada à Coordenadoria do Controle Acadêmico.

Os critérios supracitados para avaliação da prática docente têm como objetivo levantar as necessidades para melhoria e desempenho do ensino-aprendizagem, programar e executar ações a partir dos resultados obtidos.

18 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

O Instituto Federal do Ceará, consoante a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 e a Lei

nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, por meio da oferta de educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades do ensino.

Para isso, o IFCE possui o compromisso legal de assegurar o mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, integrado ensino médio, 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica e 30% das vagas destinadas para cursos tecnológicos, bacharelados e pós-graduações.

Além disso, promovem-se, ainda, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos profissionalizantes, para atendimento ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), visando atender os segmentos sociais com menos condições de acesso à educação profissional técnica.

No âmbito da pesquisa e extensão acadêmica, o IFCE desenvolve programas e projetos voltados para a valorização da cultura, acessibilidade, empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento local e regional, bem como na preservação do meio ambiente.

O primeiro objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Pró-reitora de Ensino é “atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892/2008”, garantindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos e o mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura.

Nesse sentido, propõem-se 3 (três) indicadores sendo o primeiro atingir a taxa de 50% em cursos técnicos; o segundo, atingir uma taxa de 20% de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância) e, por fim, o terceiro, atingir a taxa de 10% de matrículas no PROEJA.

18.1 Ensino

No tocante ao ensino, o PDI trata que o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, aprovado pela Resolução CONSUP nº 35/2015 de 22 de junho de 2015, rege os processos didáticos e pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Além disso, torna homogêneas as atividades acadêmicas em todos os *campi* e auxilia o funcionamento da administração institucional. Nesses termos, uma das modalidades de cursos ofertados aos estudantes, de acordo com o ROD, são os técnicos de nível médio (cursos técnicos). que se destinam a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino

fundamental, aos estudantes matriculados no ensino médio ou dele egressos e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria.

Assim, a oferta do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras no campus Acopiara do IFCE, na modalidade subsequente ao ensino, estará contribuindo diretamente com a oferta da educação profissional técnica de nível médio, conforme preconiza os objetivos de criação dos Institutos Federais, colaborando, ainda, com alcance das metas institucionais em termos de quantitativo de vagas ofertadas e ocupadas, nesse nível de ensino.

18.2 Pesquisa

O PDI do IFCE aponta que a pesquisa, presente em todas as modalidades ofertadas pelo IFCE, contribui, por meio do estímulo à investigação científica, para a formação do estudante.

No âmbito do IFCE, o acesso à pesquisa se dá por meio de programas de bolsas de iniciação científica destinadas aos estudantes, tais como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC JR, o qual, tem por finalidade despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino técnico (Integrado, Concomitante, Subsequente ou PROEJA), mediante sua participação em atividades de pesquisa científica, orientadas por pesquisadores do IFCE.

Além das bolsas vinculadas ao programa supracitado, existe o cadastramento de estudantes voluntários em fluxo contínuo, para participação em projetos e em atividades de pesquisa e inovação (artísticas, científicas e tecnológicas) no IFCE, além da possibilidade de participação em grupos de pesquisa, bem como no incentivo à participação em eventos de pesquisa externos ou promovidos pela instituição (SEMIC, CONNEPI, UNIVERSO IFCE, MOCICA, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros).

18.3 Extensão

No âmbito da Extensão, o PDI do IFCE, por meio da Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial, assessora os *campi* sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade.

No que diz respeito às políticas de educação inclusiva e objetivando promover o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, a instituição tem promovido ações com o intuito de atender as necessidades educativas dessa clientela, fundamentadas nos princípios do direito à cidadania, tais como:

- Acessibilidade – adaptação de acesso, com a construção de rampas nos prédios e

elevadores;

- Piso tátil direcional na calçada do estacionamento;
- Adaptação das instalações sanitárias;
- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender às necessidades educativas do aluno;
- Oferta de cursos de Aperfeiçoamento de Professores para Educação Inclusiva como forma de capacitar professores e estudantes, tendo em vista a necessidade de lidar com pessoas com necessidades específicas.

Considerando os desafios e conquistas da inclusão social, assim como a inserção laboral das pessoas com necessidades específicas, o IFCE campus Acopiara conta com o apoio do Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) que tem como objetivo criar, na instituição, a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade. O NAPNE em parceria com o Centro de Idiomas promoverá cursos de Libras, do básico ao avançado, para que os alunos se desenvolvam mais ainda na imersão da Libras.

Referente à temática da diversidade, desde o ano de 2015 os *campi* do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, realizam ações de estudos e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afro-brasileiros e indígenas no estado do Ceará, através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs).

Em relação às políticas afirmativas de direitos, atualmente, o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que, em cada instituição federal de ensino superior ou de ensino técnico de nível médio, as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

19 APOIO AO DISCENTE

Além de ampla infraestrutura, o IFCE campus Acopiara também disponibiliza aos discentes meios e ações que promovem o apoio estudantil através de atividades pedagógicas extraclasse, políticas de assistência estudantil, bem como setores e órgãos voltados ao apoio discente. Tais medidas são detalhadas a seguir:

- Setor de Controle Acadêmico: permite que o discente solicite o acesso a diversos tipos de recursos, tais como histórico escolar, declarações de matrícula, certificados e diplomas;
- Estímulo à criação de órgãos de representação estudantil;
- Disponibilização, por parte do corpo docente, de horário para atendimento ao aluno extraclasse visando minimizar a taxa de evasão, bem como promover uma melhoria global do discente;
- Realização de atividades extracurriculares tanto voltadas para maior consolidação dos conteúdos ministrados em sala de aula através de palestras e oficinas a serem desenvolvidas em eventos relacionados a tecnologia quanto para desenvolvimento de atividades culturais, sociais e esportivas;
- Desenvolvimento de atividades de aprimoramento/ampliação dos conhecimentos em situações onde são detectadas dificuldades dos alunos ingressantes em acompanhar o conteúdo ministrado visando a minimização dessas;
- Atendimento de equipe multidisciplinar constituída por: pedagogo, técnico de assuntos educacionais, assistente social, psicólogo, enfermeiro, assistente de alunos, que visam um atendimento periódico dos estudantes com vistas a contemplação das suas diferenças e especificidades.

Diante da importância de garantir a permanência, êxito e acesso dos alunos ao processo formativo, o IFCE aprovou a Resolução nº 08 de 10 de março de 2014, a qual reúne o conjunto de ações e estratégias da Assistência Estudantil nos *campi* as quais promovem:

- Prioridade de atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade social e pedagógica;
- Respeito à dignidade do ser humano, à sua autonomia, direito de qualidade na prestação de serviços, sua permanência no espaço escolar;
- Direito ao atendimento e conhecimento dos recursos disponíveis e à participação em assuntos relacionados à Assistência Estudantil;
- Pagamento de auxílios, de acordo com a disponibilidade orçamentária dos *campi*, aos discentes que se encontram em situação socioeconômica vulnerável.

19.1 Auxílios

Os auxílios são disponibilizados para os discentes na forma de pecúnia, após a realização dos procedimentos de seleção estabelecidos em Edital ou Informativo, sendo concedidos nas seguintes modalidades:

Quadro 4 - Auxílios

AUXÍLIO	DESCRIÇÃO E FORMA DE CUSTEIO
Transporte	Destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com transporte.
Alimentação	Destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com alimentação. Nesse caso, é necessário que o discente tenha atividade acadêmica em dois turnos, na instituição.
Moradia	Destinado aos alunos domiciliados em outro Estado, Município ou Distrito fora da sede do campus onde estuda, com dificuldades para custear despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais.
Discentes mães e pais	Destinado aos alunos com dificuldades para subsidiar despesas com filhos sob sua guarda, até 12 anos, durante os meses letivos.
Auxílio óculos/lentes corretivas	Destinado a alunos com dificuldades para custear aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares.
Auxílio Visitas e Viagens Técnicas	Destinado a subsidiar alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos.
Auxílio Acadêmico	Destinado a contribuir com as despesas dos discentes na participação em eventos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem, tais como: eventos científicos, de extensão ou sócio estudantis.
Auxílio Didático Pedagógico	Destinado ao discente para aquisição de seu material, de uso individual e intransferível, indispensável para o processo de aprendizagem.

Auxílio-EJA	Destinado a subsidiar despesas com deslocamentos e outras despesas dos discentes dos programas inseridos na modalidade de ensino de jovens e adultos, durante os meses letivos.
--------------------	---

19.2 Programa de bolsas

O Programa de Bolsas do IFCE objetiva o engajamento do educando nas ações de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver atividade compatível ao curso ao qual se encontra matriculado no IFCE, subsidiando a sua formação. Submete-se aos critérios socioeconômicos estabelecidos no PNAES e em legislação própria. A bolsa é repassada ao estudante em forma de pecúnia e possui acompanhamento direto dos gestores do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como dos coordenadores de bolsa.

19.3 Estímulo à permanência

Com o intuito de minimizar a evasão escolar, o IFCE adota algumas estratégias como:

- Período de adaptação com aulas presenciais nas disciplinas básicas no primeiro período dos cursos, tanto para os de nível técnico quanto superior;
- Oferta de cursos básicos das disciplinas onde são constatadas as maiores dificuldades de aprendizagem;
- Oferta de cursos de extensão para complementação dos estudos;
- Mediação de conflitos entre aluno e professor;
- Realização da acolhida a novos alunos e encontros que visam aumentar a interação entre os discentes.

Além disso, há o acompanhamento permanente da Coordenação Técnico-Pedagógica e das Coordenações de Cursos no sentido de detectar os problemas recorrentes que interferem na permanência dos alunos na instituição, e, conseqüentemente, o planejamento e execução de ações que visem garantir a permanência dos estudantes.

20 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso tem por objetivo fortalecer a qualidade do ensino por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas e de ações de incentivo à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes. Dentre as suas atribuições diretamente vinculadas ao apoio discente

pode-se citar:

- Acompanhar e orientar a vida acadêmica dos alunos do curso;
- Realizar atendimentos individuais aos alunos e/ou responsáveis, quando se tratar de estudante menor de 18 anos, de acordo com a especificidade do caso;
- Dirimir, com o apoio da Coordenação Técnico-Pedagógica, problemas eventuais que possam ocorrer entre professores e alunos;
- Organizar, juntamente com os professores, os encontros educativos e ou socioculturais que são realizados pelo curso;
- Orientar os alunos na participação de encontros de divulgação científica e nas disciplinas opcionais do curso;
- Realizar levantamento quanto à oferta de vagas de monitoria tomando por base a análise dos índices de retenção nos componentes curriculares do curso;
- Acompanhar o processo de seleção de monitores e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo programa;
- Oportunizar os docentes e discentes para o desenvolvimento das atividades complementares;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados (Colegiado, Conselho de Classe) do curso, atentando para o cumprimento das reuniões ordinárias e quando necessário, extraordinárias;
- Incentivar a busca por parcerias de estágio visando pelo bom andamento dos estágios supervisionados e não supervisionados;
- Estimular a iniciação científica e de pesquisa entre professores e alunos;
- Contribuir para o engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão;
- Elaborar e monitorar o plano de combate à evasão e retenção para o campus Acopiara do IFCE em conjunto com a Coordenadoria Técnico-Pedagógica e Departamento de Ensino;
- Emitir parecer em relação às solicitações de estudantes e professores;
- Emitir pareceres de acordo com os processos previstos no Regulamento da Organização Didática;
- Acompanhar a matrícula dos alunos do curso;
- Acompanhar solicitações de trancamento e mudança de curso;
- Divulgar, incentivar e planejar ações para o bom desempenho dos estudantes nas

avaliações de amplitude nacional. (ENEM, Olimpíadas e similares);

- Promover, em parceria com o Departamento de Ensino estratégias de acompanhamento de egressos.

21 COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

A Coordenação Técnico-Pedagógica do IFCE tem por missão garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem, por meio de um efetivo acompanhamento do desempenho docente e discente, assegurar o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem do campus Acopiara do IFCE, visando aprimorar a sua qualidade; propiciar o acompanhamento da avaliação do processo ensino aprendizagem e estimular a integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão de forma participativa.

Dentre as suas atribuições diretamente vinculadas ao apoio discente pode-se citar:

- Colaborar diretamente com o Departamento de Ensino em todas as ações pedagógicas, dentre elas: Encontro de Pais, Integração dos novos alunos, etc;
- Discutir com os professores, os resultados das avaliações realizadas pelos alunos;
- Analisar continuamente as causas da evasão e repetência para formular sistematicamente estratégias que visem à superação ou minimização do problema;
- Acompanhar o processo de Recuperação Paralela no campus Acopiara do IFCE;
- Apresentar ao corpo discente os resultados da Avaliação de Desempenho Docente no âmbito geral, bem como as providências adotadas pela Gestão de Ensino, CTP e Direção Geral;
- Levantar dados estatísticos para estudo das causas dos fenômenos da evasão, da retenção e da eficácia dos cursos;
- Intermediar relações conflitantes entre docente/discente, discente/discente e discente/administrativos;
- Diligenciar para que haja permanente estudo de soluções para os problemas comuns à área técnico-pedagógica;
- Desempenhar outras atividades correlatas, acadêmico e cultural, bem como o relacionamento com setor produtivo e a sociedade civil em geral.

22 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura,

da prática e das políticas de modo que estas respeitem a diversidade de alunos. Para atender a essa exigência, o campus Acopiara tem implementado ações que possibilitem a inclusão de todos as pessoas com e sem algum tipo de deficiência. Para tanto, o NAPNE busca por meio de eventos, palestras, cursos, dentre outras ações, promover a inclusão, oportunizando meios para que toda a sociedade compreenda a necessidade de superarmos quaisquer barreiras que impeçam os estudantes de buscarem seu desenvolvimento.

23 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Como forma de contribuir no processo de participação e formação política dos estudantes, o campus viabiliza a participação em congressos, simpósios, etc. Para favorecer a integração entre a comunidade escolar, dispõe de espaços de lazer como: quadra poliesportiva e espaço de convivência. Além disso, os estudantes participam ativamente de núcleos como NAPNE e NEABI, bem como dos Conselhos de classe.

24 CORPO DOCENTE

Para iniciar o Curso Técnico em Tradução e Interpretação de LIBRAS, o IFCE campus Acopiara conta com 2 professores da área de Libras e 1 professor da área de Língua Portuguesa fluente em Libras que vai colaborar com as disciplinas do Curso e mais dois professores que virão do concurso para compor o quadro permanente do campus. O curso conta ainda com disciplinas básicas que podem ser lecionadas por professores da área pedagógica. Com isso, a distribuição de disciplinas entre os professores se dará conforme apresenta o quadro a seguir.

Quadro 5: Corpo docente necessário para o desenvolvimento do curso

Grande Área	Área de conhecimento	Subárea	Especialidade	Quant.
Linguística, Letras e Artes	Letras	Licenciatura em Libras; Proficiência em Libras	Ensino da Libras;	2
Linguística, Letras e Artes	Letras ou Linguística	Bacharel em Letras ou Bacharel em	Estudos da Tradução e interpretação. Laboratórios de tradução e interpretação;	

		Tradução	Procedimentos Técnicos da tradução. Tradução de música na Libras; Tradução Audiovisual Acessível; Tradução Midiática	3
Educação	Fundamentos da educação	Pedagogia, Pedagogia bilíngue ou pedagogia com proficiência em Libras	Inclusão social e educacional. Cultura surda. Políticas públicas de educação de surdos. Escrita de sinais. Ensino e aprendizagem de línguas	1
Educação	Licenciatura em Educação Física	Licenciatura em Educação Física	Educação Física	1
Linguística, Letras e Artes	Arte e educação	Artes	Artes	1

Quadro 6: Corpo docente disponível para abertura do Curso

NOME	PERFIL DOCENTE	VÍNCULO	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
Antonio Nelson Teixeira Moreno	Libras	40 DE	Especialista	Libras I; Libras II; Libras III; Libras IV; Cultura Surda; Escrita de Sinais.
Raquece Mota Honório Cruz	Libras	40 DE	Mestra	Estudos da Tradução e da Interpretação; Procedimentos Técnicos da Tradução; Laboratório de Tradução e Interpretação I: Eventos, seminários, palestras e colóquios; Laboratório de tradução e

				interpretação II: Contexto Educacional; Laboratório de tradução e interpretação III: Contexto Jurídico; Laboratório de Tradução e interpretação IV: Linguagem Literária.
Rodrigo Alves Silva	Língua Portuguesa/Libras	40 DE	Mestre	Estudos Linguísticos I; Estudo Linguísticos II; Ética Profissional; Tradução Audiovisual Acessível -TAV; Corpo Cultura e Movimento.
Alcione Alves da Silva	Pedagoga	40 DE	Mestra	Políticas Públicas, Inclusão Social e Educação de Surdos.
Thiago Sales	Artes	40 DE	Mestra	Artes
João Oliveira	Educação Física	40 DE	Mestra	Educação Física

25 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Quadro 7 - Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do IFCE Campus Acopiara

DESCRIÇÃO	Qde
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica aos docentes, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	03

Profissional técnico de nível médio/intermediário na área de Informática para assessorar e coordenar demandas dos laboratórios de apoio ao curso.	01
Apoio Administrativo	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do curso.	01
Bibliotecário	01
Assistente Social	01
Total de Pessoal Técnico-Administrativo	07

Quadro 8 - Corpo técnico-administrativo do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras – IFCE - Campus Acopiara

NOME	CARGO	TITULAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DE ATUAÇÃO
Romero da Silva Benevides	Bibliotecário	Graduado	Biblioteca
Tiago de Brito Farias	Auxiliar de Biblioteca	Mestre	Biblioteca
Pauliana Alves de Oliveira	Assistente em Administração	Especialista	CCA
Wagnólia de Mendonça Nunes Leal	Pedagoga	Mestre	CTP
João Paulo Oliveira	Técnico de Informática	Graduado	Setor de Tecnologia da informação
Joanildo Alves da Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	Especialista	CTP
Antonio Indalécio Feitosa	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestre	CTP

26 INFRAESTRUTURA

QUADRO 9 - Infraestrutura física e recursos materiais

Dependências	Quantidade
Auditório	01
Banheiros	08
Biblioteca	01
Sala de Estudos	01
Coordenadoria de Controle Acadêmico	01
Recepção e Protocolo	01
Sala de Direção	01
Sala de Professores	01
Salas de Aulas	10
Salas de Coordenação de Curso	01
Setor Administrativo	12
Laboratórios	03
Cantina	01
Área de convivência	02
Estúdio de Tradução	01

26.1 Biblioteca

A biblioteca do IFCE campus Acopiara funcionará durante todos os dias letivos e nos horários em que forem realizadas aulas, incluindo os intervalos entre as mesmas. Aos usuários vinculados ao campus Acopiara e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo automatizado de livros. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca.

A biblioteca possui ambiente climatizado, boa iluminação, acessibilidade, dispõe de serviço de referência, computadores com acesso à Internet disponíveis para os alunos e demais usuários que desejem realizar estudos na instituição. Nas dependências da biblioteca há uma área de estudos, com mesas para estudo coletivo, funcionando no mesmo horário da biblioteca.

Além disso, a biblioteca conta com o Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia (www.biblioteca.ifce.edu.br) com títulos físicos, exemplares e periódicos. A partir deste, os discentes e servidores do campus podem realizar consultas ao acervo através do catálogo online, efetuar reservas de obras e renovações dos títulos emprestados.

26.1.1 Biblioteca Virtual Universitária (BVU)

O IFCE campus Acopiara disponibiliza acesso à Biblioteca Virtual Universitária (BVU) a qual permite que todos os discentes e servidores tenham acesso a um acervo com mais de 25.000 obras das mais diversas áreas de conhecimento incluindo Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Física, Química, Engenharia, Português, Informática e Administração, dentre outros, inclusive da área de Libras, nosso foco de interesse. Além disso, o acervo virtual é constantemente atualizado, de acordo com os contratos realizados com editoras parceiras.

O acesso à BVU pode ser realizado de duas formas: através da própria página Web da biblioteca ou através de dispositivo móvel compatível Android ou iOS, tais como tablets e smartphones. A fim de acessá-la através da Web, o usuário deve aceder ao endereço eletrônico (<http://bvu.ifce.edu.br/>) e realizar o login informando o seu número de matrícula ou SIAPE caso seja, respectivamente, aluno ou servidor do Instituto. Quanto ao acesso através de dispositivos móveis, basta o usuário instalar o programa da BVU através da loja de aplicativos.

Além de ler qualquer obra disponibilizada pelo acervo da BVU, os usuários podem montar a sua própria estante virtual, fazer anotações, marcar páginas e até mesmo imprimir trechos dos livros. A biblioteca física do campus dispõe de computadores para acessar a BVU e também realiza treinamentos para que os usuários possam se familiarizar com a plataforma.

26.1.2 Portal de periódicos CAPES

Instituições de Ensino qualificadas possuem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, o que inclui o IFCE e todos os *campi*. O portal está disponível para alunos e servidores que estejam consultando o portal através da rede local. Para acesso remoto é necessário vínculo institucional.

O portal é composto por mais de 37 mil periódicos com texto completo, 126 bases de referência e 11 bases específicas para patentes, além de livros, enciclopédias, normas técnicas e conteúdo audiovisual. Evidentemente, os materiais estão disponíveis em vários idiomas, incluindo o português, que possui uma quantidade relevante de materiais, em diversas áreas do conhecimento.

O acesso ao portal é livre nas dependências da instituição. Caso o usuário deseje acessar a plataforma em outros locais, poderá fazê-lo através da Rede CAFe (Rede da Comunidade Acadêmica Federada).

O portal oferece um espaço para disseminação seletiva da informação, para usuários cadastrados, onde cada usuário pode escolher áreas de interesse e receber notificações de novas publicações, como uma assinatura de periódicos.

26.2 Infraestrutura dos Laboratórios Básicos de Informática

O curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras do IFCE – *campus* Acopiara, dispõe de ambientes de ensino e aprendizagem integrados, um laboratório básico com computadores e acesso a internet para que o aluno possa fazer desse espaço um ambiente de estudo e pesquisa.

26.3 Infraestrutura do Estúdio de Tradução

O curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do IFCE *campus* Acopiara dispõe de um Estúdio de Tradução para as práticas de gravação da tradução do português oral para a Libras e vice-versa. O ambiente contém quatro cabines de tradução com isolamento acústico, bancada com computador equipado com programa de gravador de voz, fone de ouvido e microfone. Ainda no ambiente, há um espaço com fundo para *chroma key* e suporte para câmera de filmagem. Além disso, o aluno conta com o suporte de demais ambientes de laboratório de informática conectados à internet para que possa usufruir de seu estudo pessoal e eventuais pesquisas na rede.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm >. Acesso em 13 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154** , de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm >. Acesso em: 10 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, 22/12/2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Ministério da Educação. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm >. Acesso em: 12 de Abril de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de março de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União , Brasília, nº188, 18 de setembro de 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm > Acesso em 08 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil . Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

BRASIL. **Lei 3.552**, de 16 de fevereiro de 1959. Reforma do Ensino Industrial. Brasília, DF, 1959. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109459/lei-3552-59>>. Acesso em: 20 de março de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.396**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei n. 8948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <www.leidireto.com.br/lei8948.html >. Acesso em: 01 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei N° 10.098**, de 23 de março de 1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2021.

BRASIL. **Lei n° 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil . Brasília, DF, 01 de setembro de 2010.

BRASIL. **Lei n° 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil . Brasília, DF, 25 de abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 10 março de 2021.

BRASIL. **Lei n° 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Lei n° 11.788**, de 25 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Lei N° 12.319**, de 1° de setembro de 2010. Brasília, DF, 1 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Acesso em 05 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei n° 13.146**, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 21 de março de 2021.

BRASIL. **Lei n° 7.853**, de 24 de outubro de 1989 , dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei n° 10.098**, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei n° 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n° 6**, de 20 de setembro de 2012, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conselho Nacional de Educação. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , 21 de

setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

CALIXTO, M. S.; FREITAS, A. R. **A demanda de intérpretes de língua de sinais em Pernambuco frente às implicações dos critérios de qualificação adotados.** Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. UFSC, 2010.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios:** resultados do universo . Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: < https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_ods.shtm >. Acesso em: 12 de abril de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Terceiro e Quarto ciclo de Ensino Fundamental:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasília, DF, 1998.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. **Intérprete de Libras.** Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

ANEXO I - PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA DAS DISCIPLINAS - PUDs

SEMESTRE I

DISCIPLINA: LIBRAS I		
Código: --		
Carga Horária Total: 160h/a	CH Teórica: 20h/a	CH Prática: 140 h/a
Número de Créditos: 8		
Código pré-requisito: --		
Semestre: 1º		
Nível: Técnico Subsequente		
EMENTA		

A disciplina da língua brasileira de sinais – Libras tem como objetivo levar aos alunos do campus de Acopiara a desenvolver habilidades comunicativas básicas em Libras com a finalidade de atender os preceitos de inclusão das pessoas surdas tanto no âmbito educacional como laboral determinado na Lei Federal Nº 10.436/02 e seu Decreto Federal de regulamento Nº 5.626/05 atendendo as orientações que trata de sua difusão. A disciplina também abrange os conteúdos relacionados aos fundamentos históricos culturais da Libras e sua relação com a educação dos Surdos; Parâmetros fonológicos e demais traços linguísticos da Libras; Cultura e Identidade Surdas; Expressões não manuais; Uso do Espaço. Vocabulário da Libras em diferentes contextos.

OBJETIVO

- Compreender e produzir enunciados em Libras por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

PROGRAMA

- Características que diferenciam a Libras e a Língua Portuguesa em diferentes situações de comunicação.
- Contextos de apresentação pessoal e familiar, alfabeto manual, números e sinal pessoal.
- Especificidade da comunicação entre surdos e ouvintes.
- Pronomes pessoais, possessivos, interrogativos e expressões não manuais.
- Diferenças entre Linguagem de Sinais X Língua de Sinais.
- Contextos de localização e deslocamento geográfico, referência espacial na Língua de Sinais.
- Estrutura básica da Libras: parâmetros primários.
- Uso do Dicionário de Libras: variações linguísticas.
- Leitura e narrativas em Libras (Vídeos).
- Estudo de Vocabulários contextualizados (Cumprimentos; Família; Calendário; Casa; Alimentos e Bebidas; Animais; Vestuário/Cores; Meios de Transporte; Localização geográfica; Estados/Capitais do Brasil e Mundo; Profissões; Tecnologia/Informática).

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades práticas serão desenvolvidas por meio da Abordagem Comunicativa de Línguas (ACL), esta faz uso de técnicas diversas focando a comunicação entre aluno/aluno e

aluno/professor. Entre as técnicas estão aquelas que envolvem atividades de conversação, contextos situacionais e experiências comunicativas. A gramática em si é deixada ao segundo plano, sendo apresentada de forma básica, inserida nas práticas comunicativas. Quanto ao conteúdo teórico, este será ministrado por meio de práticas dialógicas em que a participação do aluno permitirá a construção do conhecimento em parceria com o professor. Para tanto, textos serão lidos e comentados, seminários e palestras serão ministrados para fixação do conteúdo.

RECURSOS

Apostilas confeccionadas pelo professor; material audiovisual, celulares para gravação de pequenos vídeos; laboratório de tradução.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, R. D (Org.) **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. 1 ed. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534>

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Editora Parábola Editorial, 2009.

PEREIRA, M. C. da C.; CHOI, D. [et al.]. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:**

desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Artmed: Porto Alegre, 2004.

PIZZIO, A. L. et al. **Língua Brasileira de Sinais III**. Material didático do curso de Letras LIBRAS a distância. (Revisado), Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/linguaBrasileiraDeSinaisIII/assets/263/TEXTOS BASE - DEFINITIVO - 2010.pdf>

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos Linguísticos I
Código:
Carga Horária: 60h/a: CH Teórica: 20 h/a e CH Prática: 40h/a
Número de Créditos: 3
Código pré-requisito: --
Semestre: 1º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Aspectos linguísticos nos níveis fonético-fonológico e morfossintático da Língua Brasileira de Sinais.
OBJETIVO

- Compreender e identificar o nível fonético-fonológico da Libras;
- Distinguir as unidades mínimas dos sinais na Libras;
- Identificar os aspectos morfossintáticos da Libras;
- Analisar a estrutura sintática das frases em Libras;
- Utilizar, no processo de tradução e interpretação, os aspectos gramaticais da Libras.

PROGRAMA

- A Linguística e a Libras como língua natural.
- As unidades mínimas da Libras: parâmetros.
- Linearidade e simultaneidade.
- Restrições na formação de sinais.
- O léxico da língua brasileira de sinais.
- Formação e derivação de sinais.
- A ordem das frases em Libras
- Construções de frases em Libras.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas; atividades orais e escritas.

RECURSOS

Apostilas confeccionadas pelo professor; material audiovisual, celulares para gravação de pequenos vídeos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e formativa, mediante a realização de atividades, individuais e/ou em grupo, ao longo da disciplina, bem como de possíveis testes avaliativos ao final de cada unidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V. R. de. O. (orgs). **Libras**: aspectos fundamentais [livro eletrônico]. 1.ed. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745/pdf/0>.

QUADROS, R. M. **Libras**. Série Linguística para o Ensino Superior, v. 5. 1. Ed. São Paulo; Parábola, 2019.

_____; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGGIO, M. A.; CASA NOVA, M. da G. **Libras** [livro eletrônico]. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456/pdf/0>

CORRÊA, F. S. **A metáfora cotidiana da Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

FERREIRA, L. **Por uma gramática das línguas de sinais**. – [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PEREIRA, M. C. da C.; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras**: conhecimento além dos sinais [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2658/pdf/0>

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R.; LEITE T. A. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. v. 1 Série Estudos de Língua de Sinais. Florianópolis: Insular, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos da Tradução e da Interpretação

Código: --

Carga Horária: 60h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 50h/a

Número de Créditos: 3
Código pré-requisito: -
Semestre: 1º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Estudos da tradução. Conceitos de tradução e interpretação. Teorias da tradução aplicada à interpretação das línguas de sinais. Tipos de tradução. Teorias sobre os Procedimentos técnicos e teóricos da tradução/interpretação. Atuação profissional: área de atuação.
OBJETIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar os principais conceitos sobre tradução; ● Apresentar os principais conceitos sobre interpretação; ● Expor as principais abordagens teóricas sobre tradução e interpretação; ● Refletir sobre procedimentos técnicos da tradução aplicados às línguas de sinais; ● Apontar os diversos campos de atuação do tradutor/intérprete de Libras;
PROGRAMA
<p>UNIDADE I - Introdução aos Estudos da Tradução e Interpretação: 1.1 Fundamentos da tradução e interpretação; 1.2 Os Estudos da Tradução antes e depois do século XX; 1.3 O surgimento da tradução e interpretação das línguas de sinais; 1.4 O conceito de tradução de Jakobson: tradução interlinguística, tradução intralinguística e tradução intersemiótica;</p> <p>UNIDADE II - Procedimentos técnicos e modalidades de tradução e interpretação: 2.1 Principais procedimentos técnicos da tradução e interpretação. 2.2 Tipos de interpretação: simultânea, consecutiva, sussurrada, intermitente etc. 2.3 A contribuição dos estudos da tradução de línguas oral-auditivas para as traduções e interpretações das línguas de sinais;</p> <p>UNIDADE III - Áreas de atuação do tradutor e intérprete de Libras: 3.1 Questões sobre (in) fidelidade na tradução e interpretação.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas sinalizadas/oralizadas. Atividades individuais e em grupo; Filmes e vídeos envolvendo a temática. Palestras e seminários desenvolvidos pelos alunos.

RECURSOS

Apostilas confeccionadas pelo professor; material audiovisual, celulares para gravação de pequenos vídeos; laboratório de tradução.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará de forma contínua, processual e diária mediante a participação dos alunos nas atividades propostas, bem como seminários e possíveis testes avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, F.M.A. **Conceitos abstratos: escolhas interpretativas do português para libras**. Ed. Prisma, Curitiba, 2015.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2020.

OUSTINOFF, M. **Tradução: história, teorias e métodos**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEVILACQUA, C. R.; KILIAN, C. K. (2017). **Tradução e terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor**. *Domínios de Linguagem*, v. 11, n. 5, p. 1707-1726. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37409> . Acessado em 06 de maio de 2021.

FARIA, J. G.; GALÁN-MAÑAS, A. (2018). Um estudo sobre a formação de tradutores e intérpretes de Línguas de Sinais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 57, v. 1, p. 265-286. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132018000100265&script=sci_arttext&tlng=pt Acessado em 06 de maio de 2021.

LEITE, E. M. C. **Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul.2004.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia Feitora de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 1ª ed. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

<hr/> Coordenador do Curso	<hr/> Setor Pedagógico
-----------------------------------	-------------------------------

DISCIPLINA: CULTURA SURDA
Código: --
Carga Horária: 40h/a: CH Teórica:10h/a e CH Prática: 30h/a
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito:
Semestre: 1°
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Especificidades da Cultura Surda. Processos de identificação e diferença. Sujeito surdo, suas relações familiares, acadêmicas e profissionais. Aquisição da linguagem em pessoas surdas.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender o sujeito surdo respeitando sua cultura, diferença e identidade; ● Distinguir as especificidades da Cultura Surda; ● Entender como ocorrem os processos de identificação e diferença; ● Compreender o sujeito surdo nas suas relações familiares, acadêmicas e profissionais; ● Saber como ocorre a aquisição de língua pelos surdos.
PROGRAMA
UNIDADE I – Cultura surda e Libras: 1.1 Libras: que língua é essa?; 1.2 Libras como um dos artefatos da cultura surda; 1.3 Povo surdo e comunidade surda; 1.4 História cultural dos surdos.
UNIDADE II – Cultura surda e identidade surda: 2.1 O surdo e sua identidade; 2.2 Piadas

surdas; 2.3 Literatura surda; 2.4 Surdo, cultura ouvinte e culturas em contato; 2.5 O bilinguismo do surdo.

UNIDADE III – A língua oral, a Libras e a cultura surda: 3.1 A aprendizagem da língua oral; 3.2 A aquisição da Libras; 3.3 A escrita do sujeito surdo; 3.4 O implante coclear.

METODOLOGIA DE ENSINO

A unidade curricular será ministrada com aulas teóricas e práticas; aulas expositivas e dialogadas; apresentações de trabalhos em grupos e individuais; leituras e discussões de textos; análises e resenhas críticas; atividades de pesquisa.

RECURSOS

Apostilas confeccionadas pelo professor; material audiovisual, celulares para gravação de pequenos vídeos; laboratório de tradução.

AValiação

A avaliação será processual, com base em atividades práticas, em grupo e avaliações individuais e conhecimentos vivenciados, bem como atividades em ambiente virtual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2008.

THOMA, A. da S. & LOPES, M. C. **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=biblioteca&idt=liv&cat=31&idbib=143>

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. 5.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788585689971>. Acesso em: 6 de Maio de 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto 5626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 16 de abril de 2021.

KOJIMA, Catarina Kitugi; SEGALA, Ramalho Sueli. **Dicionário de libras: Imagem**

do pensamento. Escola: São Paulo. 2000;

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

SKLIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos:** processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

SKLIAR, C. **A surdez:** Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação. 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Políticas Públicas, inclusão social e educação de surdos

Código: --

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 20h/a e CH Prática 20h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: --

Semestre: 1º

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Desenvolvimento de estudos dos atuais debates e da pesquisa sobre a Educação Especial e Inclusiva e o movimento dos processos inclusivos e de escolarização dos sujeitos com deficiência; Os discursos da inclusão, as pesquisas, as políticas educacionais e os contextos educativos: contribuições, desafios e repercussões para práticas educativas e de escolarização, envolvendo sujeitos com necessidades educacionais. História da educação de surdos. filosofias educacionais para surdos. Oralismo. Bilinguismo. Comunicação Total. Pedagogia surda. Inclusão de surdos. AEE. Escrita de surdos. Avaliação da escrita de surdos. O TILS como

mediador na inclusão de surdos. Direitos Humanos como direito universal a todas as pessoas. A política da educação das relações étnico racial e indígena e a educação especial e inclusiva.

OBJETIVO

- Compreender os discursos sobre a educação especial e educação inclusiva, destacando aspectos históricos, políticos, psicológicos, socioculturais e pedagógicos;
- Discutir sobre as políticas e as propostas oficiais de educação especial e as repercussões para a organização e a constituição dos serviços de apoio à inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial;
- Conhecer e analisar a declaração mundial dos direitos humanos;
- Analisar as diretrizes políticas e pesquisas acerca da educação especial em uma perspectiva inclusiva e as contribuições/desafios para os professores/práticas educativas para a formação de professores;
- Conhecer o percurso histórico da educação de surdos;
- Conhecer as filosofias educacionais de educação de surdos;
- Compreender a constituição da inclusão de surdos no ensino regular;
- Entender as especificidades da escrita do surdo em língua oral-auditiva.

PROGRAMA

UNIDADE I: Educação especial e inclusão escolar: Aspectos Históricos e Políticos Educacionais; Diretrizes Políticas de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Organização da escolaridade dos alunos público-alvo; Deficiência e Educação Inclusiva; Produção de pesquisa e as contribuições e desafios para as práticas educativas; As Pesquisas em educação inclusiva e as implicações para a formação de professores; Inclusão social e educacional da pessoa surda.

UNIDADE II –Percurso da Educação de Surdos; Breve histórico da educação de surdos; Filosofias educacionais da educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo; Organização política dos movimentos surdos; Pedagogia surda.

UNIDADE III – Nova escola para surdos; O surdo na educação especial; O surdo na educação inclusiva; O surdo e o Atendimento Educacional Especializado; A educação bilíngue para surdos.

UNIDADE IV – Surdez, leitura, escrita e inclusão; Problemas lexicais na escrita dos surdos; A avaliação do professor na escrita dos surdos e o papel do TILS; O bimodalismo na educação de surdos e o papel do TILS; A ação integradora da escola inclusiva; Eliminação das barreiras comunicativas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas sinalizadas e oral; análise de filmes, vídeos documentários. Estudo de artigos. Atividades em grupo e individual.

RECURSOS

Apostilas confeccionadas pelo professor; material audiovisual, celulares para gravação de pequenos vídeos; laboratório de tradução.

AVALIAÇÃO

Resolução de atividades individual e em grupo; seminários e provas dissertativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, W. G. **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente. Ilhéus: Editus, 2015.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. Ed. 2. São Paulo: Plexus, 1997.

MENDES, E. G. Formação do professor e a política nacional de educação especial. In: CAIADO, K. R. M. JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R. (Orgs.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. Disponível em: <http://www.abpee.net/pdf/livros/formacao.pdf>

SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N.; AMORIM, V. **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

QUADRO, Ronice Muller de. O “BI” em bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, Ana Claudia, Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália (Org). **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 187- 199

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão**. Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

BRASIL. **Portaria nº 1.793/1994**. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília: MEC, 1994.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

LACERDA, Cristina B. F.; Albres, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos S.. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.

MAINERI, C. M. P. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos**: cognitivo, afetivo e social. Curitiba: IESDE, 2012.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

_____ Coordenador do Curso	_____ Setor Pedagógico
--------------------------------------	----------------------------------

DISCIPLINA: Corpo, cultura e movimento
Código: --
Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 30h/a
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: --
Semestre: 1º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Observar, criar, reproduzir e analisar práticas corporais e linguagem corporal. Realizar a integração grupal através da comunicação, recuperar e desenvolver a espontaneidade, o sentido de humor e do lúdico. Desenvolvimento dos cinco sentidos e suas relações com o movimento corporal. Relação do corpo com o ambiente. O corpo fala. Noções de Empreendedorismo. Teoria: o que é empreendedorismo; Prática: Como empreender.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Analisar a cultura corporal e as diferentes formas de manifestação na sociedade; ● Compreender a importância das expressões corporais para a sinalização na Libras; ● Praticar movimentos corporais por meio de dança e jogos lúdicos.
PROGRAMA

UNIDADE I: Corpo e movimento. Dança. Danças africanas; danças indígenas. Cultura brasileira. Relação do corpo com o ambiente

O uso dos cinco sentidos e a relação com o movimento corporal. Estudo das expressões faciais e corporais na comunicação.

UNIDADE II: As expressões corporais na Libras: Usos, sentidos e significados das expressões corporais em contexto.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas; utilização de vídeos e filmes. Movimentos corporais por meio de danças. As expressões gestuais na Libras. Aulas teóricas e práticas para entender o empreendedorismo. Atividade individuais e em grupo.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo se dará por meio do acompanhamento das atividades propostas em sala. Atividades individuais e em equipe. Apresentação de seminários e provas avaliativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Giovanina Gomes de. **O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 1999.

GONÇALVES, C. J. S. . **Corporeidade** - Uma complexa trama transdisciplinar. Arte e Educação em Revista, v. 1, p. 23, 2008.

GUIRAUD, Pierre. **A linguagem do corpo**. São Paulo: Ática, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRIKMAN, Lola. **A linguagem do movimento corporal**. São Paulo: Summus, 1989.

BRITO, Carmen Lucia Chaves de. **Consciência Corporal: repensando a Educação Física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

CARVALHO, Y. M. de; RÚBIO K. (Orgs.) **Educação física e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

FELDENKRAIS, Mosche. **Consciência pelo movimento**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1977.

HAAS, Aline Nogueira; GARCIA, Ângela. **Expressão corporal: aspectos gerais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

SOARES, Carmen Lúcia (Org.). **Corpo e história**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

OPTATIVA

DISCIPLINA: Artes
Código: --
Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática 30h/a
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: --
Semestre: 1°
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA

Conceitos, significados e elementos da Arte; História da Arte; A criatividade e a expressividade como fundamentos da condição humana; Elementos da arte afro e afro-brasileiras; a arte e as novas tendências e tecnologias; Produção, visitas e apreciações da arte; (artesões, pintores, escultores, costureiras, academias de dança, teatro etc.) o empreendedorismo cultural para pessoas com deficiência surda e/ou outro tipo de deficiência.

OBJETIVO

- Identificar produtos da arte, analisar, refletir e compreender os diferentes processos de arte através das diversas manifestações socioculturais e históricas;
- Realizar produções individuais ou coletivas nas diversas linguagens da arte (música, arte visual, dança e arte cênica, etc)
- Reconhecer e valorizar a cultura africana e afro-brasileira;
- Compreender a cultura como elemento dinâmico que compõe a identidade de um povo;
- Conhecer o conceito de empreendedorismo bem como as técnicas para empreender.

PROGRAMA

UNIDADE I: O que é Arte?; Conceito; A arte no dia dia das pessoas; Linguagens da Arte; Funções da Arte; Elementos constituintes da linguagem visual plastica;

UNIDADE II: A História da arte; A arte na pré-história; A arte na pré-história brasileira e arte indígena;

UNIDADE III: As primeiras civilizações da Antiguidade: Mesopotâmia e Egito; A arte greco-romana;

UNIDADE IV: A arte Bizantina; Arte cristã primitiva; Renascimento; Vanguardas Modernistas.

UNIDADE V: O que é empreendedorismo?

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão expositivas dialogadas com a utilização de debates, visitas a diferentes espaços culturais, oficinas, construções artísticas e produções individuais e coletivas, entre outros.

RECURSOS

Poderão ser utilizados: quadro branco, projetor de slide, caixa de som, textos, livros, apostilas, papel, tesouras, cola, E.V.A., tintas, pincéis. Exibição de filmes que retratam a construção da identidade étnico-racial e indígena, etc.

AVALIAÇÃO

Resolução de atividades individual e em grupo; seminários e provas dissertativas, produções artísticas;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEIRA, Beá; SOTER, Silvia; PRESTO, Rafael. **Percursos da arte**: volume único: ensino médio: arte. 1. ed. – São Paulo: Scipione, 2016.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

DUARTE Jr., João Francisco. **Fundamentos Estéticos da Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

FRENDA, Perla. **Arte em Interação**. 1. ed. São Paulo: IBEP, 2013.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARNOLD, Dana. **Introdução à história da arte**. [tradução Jaqueline Valpassos]; revisão técnica Maria Beatriz Rocha Lagoa. São Paulo: Ática, 2008. (disponível na BVU)

PORTO, Humberta (org.). **Arte e educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. (disponível na BVU)

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. 7.ed. - São Paulo: Ática, 2000. (Fundamentos) (disponível na BVU)

SULZBACH, Ândrea. **Artes integradas** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2017. (Série Teoria e Prática das Artes Visuais) (disponível na BVU)

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

SEMESTRE II

DISCIPLINA: LIBRAS II
Código: --
Carga Horária: 160h/a: CH Teórica: 20h/a e CH Prática: 120h/a
Número de Créditos: 8
Código pré-requisito: -- (Libras I)
Semestre: 2º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Língua Brasileira de Sinais em situações de comunicação independente capaz de compreender os pontos essenciais quando a linguagem padrão utilizada é clara, tratando-se de aspectos familiares.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Ampliar noções sobre a Língua Brasileira de Sinais; ● Esclarecer sobre a Apresentação Pessoal e históricos sobre a aprendizagem da Libras; ● Compreender discurso formal e informal na Libras; ● Desenvolver estudo de vocabulários; ● Compreender e produzir enunciados em Libras por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.
PROGRAMA
<ul style="list-style-type: none"> ● Tipos de Verbos em Libras. ● Uso dos diferentes tipos de classificadores na Libras. ● Uso do tempo na Libras. ● Leitura e narrativas em Libras: discurso formal e informal na Libras.

- Estudo de vocabulários: Verbos; Móveis e acessórios domésticos;
- Contexto Escolar/Níveis de ensino; esporte; lazer; área de saúde; comércio (banco, shopping, etc.).

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades práticas serão desenvolvidas por meio da Abordagem Comunicativa de Línguas (ACL), esta faz uso de técnicas diversas focando a comunicação entre aluno/aluno e aluno/professor. Entre as técnicas estão aquelas que envolvem atividades de conversação, contextos situacionais e experiências comunicativas. A gramática em si é deixada ao segundo plano, sendo apresentada de forma básica inserida nas práticas comunicativas. Quanto ao conteúdo teórico, este será ministrado por meio de práticas dialógicas em que a participação do aluno permitirá a construção do conhecimento em parceria com o professor. Para tanto, textos serão lidos e comentados, seminários e palestras serão ministrados para fixação do conteúdo.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Editora Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Livro. (170 p.). (Inclusão Escolar). ISBN 9788582120149. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788576490390>. Acesso em: 6 May. 2021.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Livro. (146 p.). ISBN 9788576058786. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788576058786>. Acesso em: 6 May. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Artmed: Porto Alegre, 2004.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. 5.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015. Livro. (328 p.). ISBN 9788585689971. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788585689971>. Acesso em: 6 May. 2021.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos Linguísticos II

Código:

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 30h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: Estudos Linguísticos I

Semestre: 2°

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Aspectos linguísticos nos níveis semântico, pragmático e discursivo da Língua Brasileira de Sinais.

OBJETIVOS

- Analisar as relações semânticas de homonímia e polissemia na Libras;
- Identificar o fenômeno da ambiguidade lexical em Libras;
- Reconhecer usos de metáforas em Libras;
- Identificar os usos pragmáticos da Libras;
- Analisar os efeitos discursivos de textos em Libras.

PROGRAMA

- Relações semânticas na Libras: homonímia e polissemia.
- Ambiguidade lexical na Libras.
- Metáforas em Libras.
- Pragmática: atos de fala na Libras.
- O discurso e os efeitos de sentido produzidos em Libras.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas; atividades orais e escritas.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e formativa, mediante a realização de atividades, individuais e/ou em grupo, ao longo da disciplina, bem como de possíveis testes avaliativos ao final de cada unidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, R. M. **Libras**. Série Linguística para o Ensino Superior, v. 5. 1. Ed. São Paulo; Parábola, 2019.

CORRÊA, F. S. **A metáfora cotidiana da Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

VOTRE, S. J. **Análise do Discurso**. Série Linguística para o Ensino Superior, v. 7. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGGIO, M. A.; CASA NOVA, M. da G. **Libras** [livro eletrônico]. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456/pdf/0>

FERRAREZI Jr., C. **Semântica**. Série Linguística para o Ensino Superior, v. 6. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

FERREIRA, L. **Por uma gramática das línguas de sinais**. – [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

PEREIRA, M. C. da C.; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2658/pdf/0>

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R.; LEITE T. A. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. v. 1 Série Estudos de Língua de Sinais. Florianópolis: Insular, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Procedimentos Técnicos da Tradução

Código: --

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 20h/a e CH Prática: 40h/

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: --

Semestre: 2º

Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Traduzir é um ato que requer um estudo bem aprofundado sobre os diversos procedimentos de tradução. Nessa disciplina será possível identificar as principais áreas de tensão existentes nas diversas reflexões sobre a tradução pela comparação dos modelos dos procedimentos técnicos necessários para traduzir significados de um código linguístico de uma língua de sinais para uma língua oral e vice-versa.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os modelos de tradução; ● Analisar os modelos de tradução; ● Identificar todos os procedimentos de tradução para o par linguístico Libras e Língua Portuguesa.
PROGRAMA
<p>UNIDADE I: A tradução palavra por palavra; a tradução literal, a transposição, a modulação.</p> <p>UNIDADE II: A equivalência; a omissão vs. a explicação; a compensação; a reconstrução de períodos; as melhorias.</p> <p>UNIDADE III: A transferência, o estrangeirismo, a transliteração, a aclimatação; a transferência com explicação, o decalque, a adaptação. A convergência e a divergência do sistema linguístico.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e sinalizadas com o conteúdo exposto em PowerPoint (ppt) e em vídeos. Exercícios práticos abordando cada tipo de tradução.
RECURSOS
Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.
AVALIAÇÃO

A avaliação se dará de maneira contínua processual e por meio da participação diária dos alunos nas aulas expositivas, nas atividades avaliativas propostas. Gravação de vídeos, dentre outros meios possíveis para avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBIR, Amparo Hurtado. **Aquisição da competência tradutória:** aspectos teóricos e didáticos. In: PAGNO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (Orgs.) Competência em tradução: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 19-57.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução:** a teoria na prática. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos técnicos da tradução:** uma nova proposta. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASSNETT, Susan. **Estudos da tradução.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

BATALHA, Maria Cristina; PONTES JR., Geraldo. **Tradução.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa:** experiências de tradução. São Paulo: Record, 2007.

MAGALHÃES JR., Ewandro. **Sua majestade, o intérprete:** o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

RÓNAI, Paulo. **Escola de tradutores.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Laboratório de tradução e interpretação I - eventos, seminários, palestras e colóquios

Código: --

Carga Horária: 40h/a CH Teórica: 10h/a CH Prática: 30h/a

Número de Créditos: 3

Código pré-requisito: --

Semestre: 2º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Prática de tradução e interpretação de Português para a Libras. Prática de tradução e interpretação de Libras para Português. Treinamento de interpretação típica de eventos, seminários, simpósios, palestras, colóquios e eventos afins.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Trabalhar procedimentos técnicos de tradução e interpretação de Libras/Português e Português/Libras; ● Refletir sobre situações reais de tradução e interpretação em eventos; ● Analisar diversos vídeos de interpretação em Libras.
PROGRAMA
<p>UNIDADE I</p> <p>1.1 A tradução e a interpretação como mediação linguístico-cultural; 1.2 A atuação do tradutor e intérprete de Libras em eventos; 1.3 O papel do tradutor e intérprete de Libras.</p> <p>UNIDADE II</p> <p>2.1 O intérprete de Libras e o público; 2.2 O intérprete de Libras e o sujeito surdo; 2.3 O intérprete de Libras e os diversos níveis de linguagem.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
Procedimentos e recursos: exposição didática e dialogada; desenvolvimento de práticas individuais/ em grupo/ verbal: oral e escrito; estudos escritos; produções de textos; seminários; estudo dirigido/ orientação e leitura; usos de laboratório de informática/ internet/ biblioteca; retomada, no início das aulas, de questões centrais do conteúdo estudado na aula anterior.
RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aula e laboratório. Será feita análise do conteúdo obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas. Listas de exercícios serão resolvidas totalmente ou parcialmente em sala de aula e avaliação das atividades desenvolvidas em laboratório. Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RÓNAI, P. **A tradução vivida**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RÓNAI, P. **Escola de tradutores**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

PEREIRA, Maria Cristina Pires; RUSSO, Ângela. **Tradução e interpretação de língua de sinais: técnicas e dinâmicas para cursos**. Taboão da Serra. S.P. Cultura Surda, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARROJO, Rosemary. **As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões**. In: ARROJO, Rosemary; RAJAGOPALAN, Kanavilil (Orgs.). **O Signo Desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino**. Campinas: Pontes Editores, 1992. p. 71-79.

BASSNETT, Susan. **Estudos da tradução**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PAGURA, R. **A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores**. D.E.L.T.A., 19, p. 209-236, 2003.

ROBINSON, Douglas. **Construindo o tradutor**. Baurú, São Paulo: EDUSC, 2002.

STEINER, George. **After Babel**. Oxford, England: Oxford University Press. 1975.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Ética Profissional
Código: --
Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 20h/a e CH Prática: 20h/a
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: --
Semestre: 2º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Análises e reflexões sobre aspectos das identidades do tradutor e intérprete e das relações que se estabelecem entre tradutor e intérprete com o surdo e com o ouvinte. Compreensão dos conceitos éticos e morais da atuação nos diversos contextos e espaços. Educação Ambiental, Direitos Humanos e relações étnicos raciais.
OBJETIVO
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer todos os pontos que envolvem o trabalho do tradutor intérprete de Libras; ● Refletir sobre os aspectos morais e éticos na vida pessoal e profissional do tradutor intérprete de Libras; ● Compreender o perfil dos tradutores intérpretes de Libras e seu perfil de trabalho. ● Destacar a relação do trabalho do tradutor com as questões ambientais, os direitos humanos e as relações étnicos raciais.
PROGRAMA
UNIDADE I: Aspectos Filosóficos da Ética - Conceitos: -Valores -Moral -Ética Definição de Bioética Direitos Humanos, igualdade social, Ética na perspectiva profissional, social e ambiental.

Ética e Responsabilidade Social

A Confidencialidade: A Ética e o Segredo Profissional

Conceito de ética na profissão dos TILS. Origem do código de ética dos TILS.

UNIDADE II: Análise do código de ética: questões de fidelidade, neutralidade; confidencialidade, competência tradutória. Contratação profissional e honorários.

UNIDADE III: Conflitos éticos que envolvem o trabalho do TILS.

UNIDADE IV: Educação Ambiental

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas oral e sinalizada. Estudos de textos sobre ética. Roda de conversa sobre situações do código. Trabalho individual e em equipe. Análise de vídeos e filmes sobre ética na tradução.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

Avaliação processual em cada aula, trabalhos em grupo, seminários e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANA LUIZA DE BRASIL CAMARGO. Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios. Papyrus. Livro. (160 p.). ISBN 978-65-5650-006-5. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/978-65-5650-006-5>. Acesso em: 24 Jan. 2022.

MAURO GUIMARÃES. A dimensão ambiental na educação. Papyrus. Livro. (112 p.). ISBN 9786556500157. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9786556500157>. Acesso em: 24 Jan. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC/SEESP, 2004.

REICHERT, André Ribeiro. **Intérpretes, surdos e negociações culturais**. In PERLIN, Gladis e STUMPF, Marianne Rossi. Um olhar sobre nós surdos leituras contemporâneas. Curitiba: editora CRV, 2012.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de Língua de Sinais**: um estudo sobre as

identidades. Florianópolis, 2006. 198f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Programa de Pós Graduação em Educação. UFSC, Florianópolis, 2006. 198p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, R. M. H. **Conflitos Éticos na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras**. Revista Virtual de Cultura Surda, Editora Arara Azul, n. 17, 2016. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/4%C2%BA%20Artigo%20REVISTA%2017%20Raquece%20Mota%20Hon%C3%B3rio%20Cruz.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2021.

ESTEVES, L. M. R. **Atos de tradução: éticas, intervenções, mediações**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2014.

MASUTTI, M. L.; SANTOS, S. A. **Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em Construção**. In: QUADROS, R. M. (Org.). Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. Pp. 148 - 167. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/estudos3.pdf>

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas, 2005. 205f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 2005.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades**. Florianópolis, 2006. 198f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Programa de Pós Graduação em Educação. UFSC, Florianópolis, 2006. 198

VENUTI, L. **Escândalos da tradução: por uma ética da diferença**. Tradução de Laureano Pelegrin et al. Bauru: Edusc, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ESCRITA DE SINAIS

Código: --

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 30h/a

Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: --
Semestre: 2º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
<p>Conceitos, tipologia e conscientização dos problemas teóricos e práticos da alfabetização. Mapeamento dos estudos da escrita de sinais. Conceitos sobre a escrita em geral e a escrita de sinais. Importância da inserção da escrita de sinais na educação bilíngue de surdos. Fundamentos teóricos e práticos da escrita de sinais da Libras utilizando o sistema SignWriting. Práticas de leitura e escrita em Libras pelo sistema SignWriting.</p>
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar a história da escrita de sinais; ● Apresentar as regras da escrita de sinais; ● Desenvolver estratégias para escrita e leitura em escrita de sinais; ● Compreender os símbolos de contato; ● Diferenciar as expressões faciais/corporais.
PROGRAMA
<p>UNIDADE I: História da escrita de sinais; Três Configurações Básicas de Mão; Adicionar Linhas para os Dedos; Adicionar Dedos ao Punho Fechado; Adicionar Dedos ao Punho Aberto; Orientação da Palma; Dez Grupos de Mãos; Alfabeto Manual da LIBRAS; Seis símbolos de contato; Seis símbolos de dedos; O Espaço de sinalização.</p> <p>UNIDADE II: Movimentos; Movimento de para cima e para baixo; Movimento para frente-para trás; Movimento para o lado; Movimento da mão esquerda; Movimento reto para cima e para baixo; Movimento reto para frente e para trás; Movimento curvo para cima e para baixo; Movimento curvo para frente ou para trás-para cima-por cima; Movimento curvo para frente-para trás-para baixo-por baixo; Movimento curvo para frente-para o lado-ou para trás-para o</p>

lado; Movimento curvo para o lado-para frente-para o lado e para o lado-para trás para o lado.

UNIDADE III: Movimento de Eixo; Movimento Circular; Expressão Facial; Corpo; Dinâmica; Classificadores e outras aplicações; Pontuação.

METODOLOGIA DE ENSINO

Procedimentos e recursos: exposição didática e dialogada; desenvolvimento de práticas individuais/ em grupo/ verbal: oral e escrito; estudos escritos; produções de textos; seminários; estudo dirigido/ orientação e leitura; usos de laboratório de informática/ internet/ biblioteca; retomada, no início das aulas, de questões centrais do conteúdo estudado na aula anterior.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação ocorre de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aula. Será feita análise do conteúdo obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas. Listas de exercícios serão resolvidas totalmente ou parcialmente em sala de aula e avaliação das atividades desenvolvidas em laboratório. Aplicação formal de exames objetivos ou subjetivos podendo ser individual ou em equipe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, M.; BARRETO, R. **Escrita de Sinais sem mistérios**. 2 ed. Rev.. atual. e ampl. - Salvador: Libras Escrita, 2015.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

STUMPF, Marianne; Débora Campos Wanderley. **Quem fala português, escreve em português. Quem fala inglês, escreve em inglês. Os surdos: em que língua escrevem?** Vol. 5, ano 5, nº1 Revista Letras Raras. 2016.

STUMPF, M. **Aprendizagem De Escrita De Língua De Sinais Pelo Sistema Signwriting: Línguas De Sinais No Papel E No Computador**. Porto Alegre: Ufrgs, 2005. Tese (Doutorado Em Informática Na Educação), Pós-Graduação Em Informática Na Educação, Universidade Federal

Do Rio Grande Do Sul, 2005.

SUTTON, Valerie. **SignWriting**: Manual. [online] disponível em www.signwriting.org, 1996. Acesso em 11 de maio de 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, Ronice Muller; PIMENTA, Nelson. **Curso de LIBRAS 1**: iniciante. 5ª. ed. Rio de Janeiro : LSB Vídeo, 2013.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**: O Mundo de Surdo em Libras. Palavras de Função Gramatical - Vol. 8, 1ª ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2006.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**, 1ª ed. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2011.

FIGUEIRA, Alexandre Santos. **Material de Apoio para o Aprendizado de Libras**. 1ª ed. São Paulo: Editora Phorte, 2011.

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras**. 1ª ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Tradução Audiovisual Acessível - TAVa

Código: --

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 20h/a e CH Prática: 20h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: --

Semestre: 2º

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Noções sobre tradução audiovisual acessível. Audiodescrição. Legendagem para surdos e ensurdecidos. Janela de interpretação de Libras. Legendagem eletrônica. Elaboração de traduções audiovisuais acessíveis. Legislação.

OBJETIVOS

- Conhecer as modalidades da TAVa;
- Analisar legislação sobre acessibilidade comunicacional;
- Refletir sobre questões linguísticas envolvidas com a TAVa;
- Aplicar questões técnicas à TAVa.

PROGRAMA

UNIDADE I – Acessibilidade comunicacional e legislação 1.1 Marco legal da acessibilidade comunicacional; 1.2 Instruções para a acessibilidade no audiovisual; 1.3 Conceito de acessibilidade comunicacional e a contribuição da tradução/interpretação; 1.4 A TAVa nos Estudos da Tradução.

UNIDADE II – Modalidades de tradução audiovisual acessível 2.1 Audiodescrição; 2.2 Janela de interpretação de língua de sinais; 2.3 Legendagem para surdos e ensurdecidos; 2.4 Legendagem eletrônica.

UNIDADE III – Questões técnicas para a acessibilidade comunicacional 3.1 Inserção das unidades descritivas; 3.2 Roteirista, narrador e revisor na audiodescrição; 3.3 O espaço de Libras na tela da TV: posição, iluminação, tamanho, enquadramento, vestuário etc; 3.4 Editores de vídeo e a técnica do chroma key.

METODOLOGIA DE ENSINO

Procedimentos e recursos: exposição didática e dialogada; desenvolvimento de práticas individuais/ em grupo/ verbal: oral e escrito; estudos escritos; produções de textos; seminários; estudo dirigido/ orientação e leitura; uso do laboratório de tradução/ internet/ biblioteca; retomada, no início das aulas, de questões centrais do conteúdo estudado na aula anterior.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADERALDO, M. F.; MASCARENHAS, R. O.; ALVES, J. F.; ARAUJO, V. L. S. **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. 1. ed. Natal: Editora da UFRN, 2016. v. 1. 301p.

ARAÚJO, V. L. S.; CHAVES, E. G. Orientações para a elaboração da legenda para surdos e ensurdecidos (LSE). *In*: NAVES, S. B.; ARAÚJO, V. L. S.; MAUCH, C.; ALVES, S. F.; ARAÚJO, V. L. S (orgs). **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016. p. 42-81. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000060/0000601e.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021

SANTOS, C.; BESSA, C. R; LAMBERTI, F. **Tradução em Contextos Especializados**. Brasília: Editora Verdana, 2015.

ZAVAGLIA, C.; STUPIELLO, E. N. A. **Tendências contemporâneas dos Estudos da Tradução**. 1ed. São José do Rio Preto: UNESP, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANCINE. **Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual**: o Brasil de todos os olhares para todas as telas. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Cinema, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/metas/plano-de-diretrizes-e-metas-para-o-audiovisual#:~:text=\(1\)%20O%20Plano%20de%20Diretrizes,dos%20agentes%20p%C3%BAblicos%20e%20privados](https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/metas/plano-de-diretrizes-e-metas-para-o-audiovisual#:~:text=(1)%20O%20Plano%20de%20Diretrizes,dos%20agentes%20p%C3%BAblicos%20e%20privados). Acesso em 11 de maio de 2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290**: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2015290.pdf>. Acessado em 11 de maio de 2021.

ARAÚJO, V. L. S.; ALVES, S. F. Tradução Audiovisual Acessível (TAVa): audiodescrição, legendagem para surdos e ensurdecidos e janela de libras. *In*: ARAÚJO, V. L. S.; ALVES, S. F. (orgs.) **Trabalhos de Linguística Aplicada: Dossiê de Tradução Audiovisual Acessível**

(TAVa). v. 56, n. 2, p. 1-11, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/tla/v56n2/2175-764X-tla-56-02-00305.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

DÍAZ-CINTAS, J. **Traducción audiovisual y accesibilidad, subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos**: nuevas modalidades de traducción audiovisual. In: HURTADO, C. J. (ed.) Traducción audiovisual y acessibilidade. Frankfurt: Peter Lang, 2007, p. 9-23.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22.ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

SEMESTRE III

DISCIPLINA: LIBRAS III
Código: --
Carga Horária: 140h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 120h/a
Número de Créditos: 7
Código pré-requisito: -- Libras II
Semestre: 3º
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Estudo, discussão e produção de textos literários em Libras. Sentido e significado dos sinais em textos literários. O corpo e sua expressão para a Libras. Língua Brasileira de Sinais em situações de comunicação independente capaz de compreender o conteúdo essencial de assuntos concretos ou abstratos num texto complexo, incluindo uma discussão técnica na sua especialidade.
OBJETIVOS

- Estudar, discutir e produzir textos literários em Libras;
- Conhecer textos e gêneros textuais da Língua Brasileira de Sinais;
- Compreender o uso e a produção de expressões Linguísticas e Expressões Emocionais em Libras;
- Conhecer a Literatura Surda.

PROGRAMA

- Textos literários em Libras.
- Produção de diferentes gêneros textuais na Libras.
- Expressões Linguísticas na Libras.
- Expressões não-manuais na Libras.
- Literatura Surda.
- Produções sinalizadas usando classificadores, espaço e pessoas do discurso.

METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades práticas serão desenvolvidas por meio da Abordagem Comunicativa de Línguas (ACL), esta faz uso de técnicas diversas focando a comunicação entre aluno/aluno e aluno/professor. Entre as técnicas estão aquelas que envolvem atividades de conversação, contextos situacionais e experiências comunicativas. A gramática em si é deixada ao segundo plano, sendo apresentada de forma básica, inserida nas práticas comunicativas. Quanto ao conteúdo teórico, este será ministrado por meio de práticas dialógicas em que a participação do aluno permitirá a construção do conhecimento em parceria com o professor. Para tanto, textos serão lidos e comentados, seminários e palestras serão ministrados para fixação do conteúdo.

RECURSOS

Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, Audrei. **LIBRAS?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, , 2009.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Novo Deit-libras:** Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira - 2 Volumes. 4ª ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2010.

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi; LEITE, Tarcísio Arantes. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**, 1ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, Ronice Muller; PIMENTA, Nelson. **Curso de LIBRAS 1:** iniciante. 5ª. ed. Rio de Janeiro : LSB Vídeo, 2013.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira:** O Mundo de Surdo em Libras. Palavras de Função Gramatical. Vol. 8. 1. ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2006.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**, 1ª ed. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2011.

FIGUEIRA, Alexandre Santos, **Material de Apoio para o Aprendizado de Libras.**1ª ed. São Paulo: Editora Phorte, 2011.

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras**, 1ª ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: : Laboratório de tradução e interpretação II: contexto educacional

Código: --

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 30h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: --

Semestre: 3°
Nível: Técnico Subsequente
EMENTA
Breve percurso histórico do TILS educacional. O TILS no contexto educacional. Formação do TILS educacional. O TILS educacional e sua competência tradutório-interpretativa de conteúdos educativos diversos. O TILS e sua competência nos diversos níveis da educação. A escrita dos surdos e a competência tradutória do TILS educacional.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender a tradução e a interpretação situada no contexto educacional; ● Refletir sobre as técnicas de interpretação no discurso educacional; ● Discutir aspectos tradutórios ligados aos diversos níveis de linguagem da sala de aula; ● Compreender a tradução e a interpretação como ferramenta pedagógica.
PROGRAMA
<p>UNIDADE I – TILS educacional e formação profissional: 1.1 Surgimento dos TILS; 1.2 Perfil e competência do TILS educacional; 1.3 Formação profissional do TILS educacional; 1.4 TILS educacional e domínio linguístico.</p> <p>UNIDADE II – Tradução/Interpretação e os gêneros textuais educacionais: 2.1 Os diversos gêneros textuais e o desafio do TILS educacional 2.2 TILS em salas de ensino infantil; 2.3 TILS em salas de ensino fundamental; 2.4 TILS em salas de ensino médio; 2.5 TILS em salas de ensino superior.</p> <p>UNIDADE III – Tradução e sistemas de transcrição: 3.1 Sistema de glosas e a relação com a tradução em sala de aula; 3.2 A escrita dos surdos e a competência tradutória do TILS; 3.3 Tradução da Libras para o sistema de glosas; 3.4 ELAN como sistema de transcrição.</p>
METODOLOGIA DE ENSINO
Procedimentos e recursos: exposição didática e dialogada; desenvolvimento de práticas individuais/ em grupo/ verbal: oral e escrito; estudos escritos; produções de textos; seminários; estudo dirigido/ orientação e leitura; usos do laboratório de tradução. Prática de tradução em

sala de aula.
RECURSOS
Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.
AVALIAÇÃO
Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LACERDA, Cristina B. F. Intérprete de Libras : em atuação na educação infantil e ensino fundamental. 8. ed.. Porto Alegre: Mediação, 2017.
MACHADO, F. M. A. Conceitos abstratos : escolhas interpretativas do português para a libras. 2. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017.
RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. Intérprete de Libras . Curitiba: IESD Brasil S.A. 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. Libras em estudo : formação de profissionais. 1. ed. São Paulo: Feneis, 2014.
ALBRES, N. A.; SANTIAGO, V. A. A. Libras em Estudo : tradução/interpretação. 1a. ed. São Paulo: FENEIS-SP, 2012.
PEREIRA, M. C. P.; RUSSO, Â. Tradução e interpretação de língua de sinais : técnicas e dinâmicas para cursos. Taboão da Serra. S.P. Cultura Surda, 2008.
VIEIRA, M. I. I. A atuação do intérprete educacional da libras nas escolas de ensino fundamental de Limoeiro do Norte . Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará (UECE). Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Mestrado Acadêmico em Educação, Limoeiro do Norte, 2017.
LACERDA, C. B. F; SANTOS, L.F; MARTINS, V.R.O (Org.). Libras : aspectos fundamentais. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745>

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: LIBRAS IV

Código: --

Carga Horária: 80h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 70h/a

Número de Créditos: 4

Código pré-requisito: Libras III

Semestre: 3º

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Língua Brasileira de Sinais e seu léxico aplicada à área educacional. Utilização da Libras em situações de comunicação de forma experiente, capaz de compreender uma vasta gama de textos longos e complexos, assim como detectar significações implícitas.

OBJETIVO

- Incrementar a utilização da Libras em situações de comunicação de forma experiente;
- Aplicar a Língua Brasileira de Sinais: texto e gêneros textuais na Libras;
- Conhecer o léxico da Libras das áreas das ciências sociais, das ciências naturais e das ciências exatas.

PROGRAMA
<ul style="list-style-type: none"> ● Conversação em Libras a partir de diversos contextos sociais. ● Texto e gêneros textuais na Libras. ● Vocabulários específicos: área educacional, saúde, biologia, contextos financeiros, dentre outros.
METODOLOGIA DE ENSINO
<p>As atividades práticas serão desenvolvidas por meio da Abordagem Comunicativa de Línguas (ACL), esta faz uso de técnicas diversas focando a comunicação entre aluno/aluno e aluno/professor. Entre as técnicas estão aquelas que envolvem atividades de conversação, contextos situacionais e experiências comunicativas. A gramática em si é deixada ao segundo plano, sendo apresentada de forma básica inserida nas práticas comunicativas. Quanto ao conteúdo teórico, este será ministrado por meio de práticas dialógicas em que a participação do aluno permitirá a construção do conhecimento em parceria com o professor. Para tanto, textos serão lidos e comentados, seminários e palestras serão ministrados para fixação do conteúdo.</p>
RECURSOS
<p>Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.</p>
AVALIAÇÃO
<p>Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, , 2009.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Novo Deit-libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira - 2 Volumes. 4ª ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2010.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi; LEITE, Tarcísio Arantes. Estudos da</p>

Língua Brasileira de Sinais I, 1ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, Ronice Muller ; PIMENTA, Nelson. **Curso de LIBRAS 1: iniciante**. 5. ed. Rio de Janeiro : LSB Vídeo, 2013.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira Vol. 8: O Mundo de Surdo Em Libras. Palavras de Função Gramatical**. 1. ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial,2006.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2011.

FIGUEIRA, Alexandre Santos. **Material de Apoio para o Aprendizado de Libras**.1. ed. São Paulo: Editora Phorte, 2011.

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras**, 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Laboratório de tradução e interpretação III: Linguagem Literária

Código: --

Carga Horária: 40h/a: CH Teórica: 10h/a e CH Prática: 30h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: --

Semestre: 3º

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Linguagem literária e traduzibilidade. Literatura em sinais: Cinderela surda, rapunzel surda, patinho surdo, a cigarra surda e as formigas, Tibe e Joca etc. Livros de literatura infantil e suas possíveis traduções e interpretações. Análises de produções literárias para a Libras. Estudo das produções literárias que abordem temáticas referentes a Direitos Humanos, Educação Ambiental, Relações étnico racial e indígena.

OBJETIVO

- Compreender a formação do cânone literário da cultura surda;
- Refletir sobre os processos de tradução e interpretação literárias;
- Analisar os conceitos de reescrita, subversão e transcrição nas traduções literárias para a Libras.
- Conhecer as produções literárias que abordam os direitos humanos, relações étnicos raciais e indígenas.

PROGRAMA

UNIDADE I – 1 A tradução como reescrita, subversão e transcrição: 1.1 Os desafios impostos pela linguagem literária; 1.2 A reescrita; 1.3 A subversão; 1.4 A transcrição.

UNIDADE II – Literatura surda e tradução: 2.1 O cânone da literatura surda; 2.2 Contos e histórias infantis originadas em línguas de sinais; 2.3 Contos e histórias infantis traduzidas para as línguas de sinais; 2.4 Contos e histórias infantis traduzidas das línguas de sinais para as línguas oral-auditivas.

UNIDADE III – Poesia em língua de sinais e a contribuição das traduções 3.1 Poetas surdos e poetas ouvintes; 3.2 Análise de poemas em Libras; 3.3 Os espaços e as personagens nas histórias infantis; 3.4 Piadas em Libras.

METODOLOGIA DE ENSINO

Procedimentos e recursos: exposição didática e dialogada; desenvolvimento de práticas individuais/ em grupo/ verbal: oral e escrito; estudos escritos; produções de textos; seminários; estudo dirigido/ orientação e leitura; usos do laboratório de tradução; retomada, no início das aulas, de questões centrais do conteúdo estudado na aula anterior.

RECURSOS
Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.
AVALIAÇÃO
O processo de avaliação ocorrerá de forma contínua através do desempenho diário do aluno em sala de aula e laboratório. Será feita análise do conteúdo obtido, baseando-se no conteúdo das aulas ministradas. Listas de exercícios serão resolvidas totalmente ou parcialmente em sala de aula e avaliação das atividades desenvolvidas em laboratório. Produção de vídeos. Aplicação formal de exames sinalizados individual ou em equipe.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LAGES, S. K. Walter Benjamin: Tradução e Melancolia . 1. ed. 1 reimpressão. São Paulo. EdUSP, 2007.
QUADROS, R. M (Org.). Estudos surdos I . Petrópolis: Arara Azul, 2006. Disponível em: https://www.editora-arara-azul.com.br/ParteA.pdf
QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R.; LEITE, T.A. Estudos da língua brasileira de sinais I . Florianópolis. Insular, 2013 Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178905/Ronice_Muller_de_Quadros%2C_Marianne_Rossi_Stumpf%2C_Tarcisio_de_Arante_s_Leite._Estudos_da_Lingua_Brasileira_de_Sinais_I.pdf?sequence=1&isAllowed=y
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALBRES, N. A.; SANTIAGO, V. A. A. Libras em Estudo : tradução/interpretação. 1a. ed. São Paulo: FENEIS-SP, 2012.
LACERDA, Cristina B. F. Intérprete de Libras : em atuação na educação infantil e ensino fundamental. 8. ed.. Porto Alegre: Mediação, 2017.
MACHADO, F. M. A. Conceitos abstratos : escolhas interpretativas do português para a libras. 2. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017.
QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa . Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2002.
VENUTI, L. Escândalos da Tradução . Tradução de Laureano Pelegrin et. al. Bauru: Edusc,

2002.	
_____ Coordenador do Curso	_____ Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Tradução de Músicas em Libras	
Código:	--
Carga Horária: 40h/a	CH Teórica: 10h/a CH Prática 30h/a
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	3º
Nível:	Técnico Subsequente
EMENTA	
Aprofundar o conhecimento de gêneros e estilos musicais. Aperfeiçoar as práticas de musicalidade corporal e sinalização na tradução e interpretação de músicas em Libras. Motivar o aperfeiçoamento da prática de tradução de músicas em Libras de intérpretes e sinalizantes.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver habilidades musicais e aspectos pertinentes a libras necessárias na tradução e interpretação de músicas em Libras. 	

PROGRAMA
<ul style="list-style-type: none"> ● Teoria Musical e surdez (8h/a). ● Traduzindo Música na Libras. ● Preparação para Interpretação. ● Práticas de tradução de música. ● (Tradução em Libras de quatro estilos estudados).
METODOLOGIA DE ENSINO
Explicação sobre teoria musical; análises de músicas, práticas de tradução de músicas. Gravação de vídeos de músicas traduzidas.
RECURSOS
Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.
AVALIAÇÃO
Participação nas atividades propostas em salas; resolução das atividades; prática de tradução. Gravação de música como avaliação final.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BARBOSA, H. G. Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2020.</p> <p>HAGUIARA-CERVELLINI, N. A Musicalidade do Surdo: representação e estigma. São Paulo: Plexus Editora, 2003.</p> <p>ROSA, Andrea da Silva. A I(m)possibilidade da Fidelidade na Interpretação da Língua Brasileira de Sinais. ETD – Educação Temática Digital. v.7, n.2, p.123-134, Campinas, jun. 2006. p. 123-134.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENZON, Rolando O. **Manual de Musicoterapia**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1985.

CASTRO, Alexandre Ferreira. **Musicalidade em Libras**: como encantar e aprender. Revista Eficaz, Maringá, 2011.

LEINIG, Clotilde Espínola. **A música e a ciência se encontram**: um estudo integrado entre a música, a ciência e a musicoterapia. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

PEREIRA, Sarita Araújo. **Ensino musical para surdos**: um estudo de caso com utilização de tecnologia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 2018, Rio de Janeiro. Anais... Rio Janeiro: SIMPOM, 2018. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/view/4579> Acesso em: 20 abr. 2021.

ZIMMERMAM, Nilsa. **A música através dos tempos**. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Laboratório de Tradução e interpretação IV: Contexto Jurídico

Código:

Carga Horária: 40h/a CH Teórica: 10h/a CH Prática: 50h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito:

Semestre: 3º

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Esta disciplina abordará sobre a história da tradução no contexto jurídico; Estudo do vocabulário em Libras. Audiências simuladas para tradução e interpretação em Libras no contexto jurídico.

OBJETIVO

<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a história da tradução no contexto jurídico; • Aprofundar os conhecimentos de vocabulário da Libras para o contexto jurídico; • Praticar a tradução e interpretação do contexto jurídico por meio de audiências simuladas.
<ul style="list-style-type: none"> • PROGRAMA
<ul style="list-style-type: none"> • Um panorama sobre a história da interpretação de Libras. • Intérpretes de Língua de Sinais no contexto comunitário. • Intérpretes no contexto jurídico. • Vocabulário em Libras do contexto jurídico.
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<p>Aulas expositivas sobre a história da interpretação em Contexto jurídico; Aulas práticas simulando o contexto jurídico para que os alunos compreendam a real situação de uma tradução jurídica.</p>
<p>RECURSOS</p>
<p>Apostilas, vídeos, equipamentos de mídia, celulares, quadro branco, pincel, etc.</p>
<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>A avaliação se dará por meio da participação nas atividades propostas; na tradução dos simulados do contexto jurídico.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>ANATER, Gisele Iandra Pessini; PASSOS, Gabriele C. R. dos. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. Cadernos de Tradução, Florianópolis, v.2, n. 26, 2010, p. 207-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1508/showToc> Acesso em: 02/05/2021.</p> <p>FONSECA, Ricardo T. M. Libras no Judiciário: um débito social. In: Revista LTr. Legislação do Trabalho. v.71 II, p. 1068 – 1071, 2007. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/13321> Acesso em: 10/05/2021.</p>

GINESI, Luciana Latarini. A ética na interpretação de tribunal: o Brasil no banco dos réus. In: **TradTerm**, São Paulo, v. 20, dezembro/2012, p. 27-42. Disponível em: . Acesso em: 20/04/2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GINEZI, Lucia Latarini. **A ética na interpretação de tribunal**: o Brasil no banco dos réus. TradTerm. São Paulo, v. 20, dez. (2012): 27-42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49040>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

MATHERS, Carla. **Sign language interpreters in court**: Understanding best practices. Bloomington/Milton Keynes: Authorhouse, 2007.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. **Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa**: encontros de sujeitos, discursos e saberes. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19562> Acesso em: 22/06/2021

NOVAIS NETO, Lourival. **O intérprete de tribunal**: um mero intérprete? Curitiba: Editora CRV, 2011.

QUEIROZ, Guilherme; BAGNO, Marcos; MONTEIRO, Julio. A tradução como política linguística: o caso da UNASUL. **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, nº. 57.1, jan./ abr, (2018): 127-154.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

OPTATIVA

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO FÍSICA

Código:

Carga Horária: 40 h/a CH Teórica:10h/a

CH Prática: 30h/a

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito:

Semestre: 4º

Nível: Técnico Subsequente

EMENTA

Propiciar ao aluno a vivência sistematizada, ampliada e aprofundada do conhecimento do atletismo e handebol; desenvolver o conhecimento sistematizado através da prática do atletismo e handebol. História do basquetebol. Introdução aos fundamentos técnicos e táticos do basquetebol. Informações e conceitos sobre o tema drogas; Doping e ética no esporte, além de debates acerca de temas atuais sobre criminalização e legalização das drogas. Conceitos de ecologia, ecoturismo, sustentabilidade. Diferenciação e práticas de esportes de Aventura e esportes radicais na natureza.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender e vivenciar a prática do atletismo;
- Compreender o processo histórico de evolução do atletismo no Brasil e no mundo;
- Vivenciar a prática das corridas, saltos, arremessos e lançamentos do atletismo;
- Compreender o processo histórico de evolução do handebol no Brasil e no mundo;
- Vivenciar a prática dos fundamentos técnicos e táticos da modalidade, entendendo-os como um conhecimento a ser apreendido criticamente;
- Executar os fundamentos básicos do handebol distinguindo suas diferentes formas e possibilidades de execução;
- Introduzir os conceitos de fundamentos técnicos e táticos do basquetebol
- Compreender os conhecimentos sobre as temáticas drogas e doping.
- Desenvolver o conteúdo relativo a ecoturismo sustentável e práticas esportivas de aventura na natureza.
- Vivenciar momentos lúdicos de práticas em meio a natureza.

PROGRAMA

UNIDADE I:

- Evolução do atletismo no Brasil e no currículo escolar.
- Exigências técnicas e fundamentos do atletismo: corridas de velocidade, meio fundo e fundo.
- Saltos, arremessos e lançamentos.
- Regras básicas das provas de atletismo.

UNIDADE II

- Histórico do handebol no Brasil e no mundo.
- Contextualização e vivência de diferentes formas do jogo de handebol;
- Fundamentos: empunhadura, recepção, passes, drible, progressões e arremessos.
- Regras básicas.

UNIDADE III:

- Fundamentos técnicos do basquetebol (drible, passes, arremessos, rebotes,).
- Fundamentos táticos do basquete.
- Drogas: sua utilização nos esportes e os teste de doping.

UNIDADE IV

- Conceitos sobre ecologia, ecoturismo, sustentabilidade e práticas esportivas de segurança na natureza.
- Diferenciação de ESPAN e esportes radicais
- Rapel e escalada.
- Trilha ecológica, corrida orientada, trekking de regularidade.
- Tirolesa e arborismo.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas com apresentação de conteúdos através da utilização de datashows, quadro branco e pincéis, celulares, aplicativos; aulas práticas a serem realizadas na quadra poliesportiva da rede pública com utilização de bolas, redes, antena de voleibol, cones, elásticos, bambolês e demais ferramentas; utilização de vídeos durante as aulas para abordar os conteúdos referentes ao tema específicos; utilização de internet na busca de sites que abordem o assunto, na aplicação de testes on line ou no acesso a aplicativos interativos; seminários interativos, onde os alunos poderão realizar perguntas, interagir com o grupo que apresenta, complementar o assunto e/ou realizar avaliação da apresentação.

RECURSOS

Quadra de esportes, material esportivo. Quadro branco, pincel, equipamentos de mídia.

AVALIAÇÃO

A avaliação terá o caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, contando da participação dos alunos no conteúdo ensinado. Além disso, haverá observação diária dos estudantes pelo professor, durante a aplicação de suas diversas atividades;

realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; seminários interativos; realização de eventos ou atividades abertas à comunidade; avaliações escritas: testes e provas. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras oficiais**. São Paulo, SP, 2018/2019. Disponível em:

http://www.cbat.org.br/repositorio/cbat/documentos_oficiais/regras/regras_oficiais_2018_2019.pdf

ROJAS, Paola Neiza C. **Aspectos Pedagógicos do Atletismo**. 1ª edição, Curitiba, PR, Editora Intersaberes, 2017. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=atletismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/147883>

PULEO, Joe; MILROY, Patrick. **Anatomia da Corrida**. Barueri, SP, Editora Manole, 2011. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=corridas&searchpage=1&filtro=todos&from=&page=-7§ion=0#/legacy/34865>

ALMEIDA, A. Gomes de, DECHECHI, C. José. **Handebol: conceitos e aplicações**. Barueri, SP: Manole, 2012. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=handebol&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/2756>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. **Regras de Jogo**. Edição de 1 de julho de 2016. Disponível em: http://www.lphb.com.br/boletins/regras_oficiais_-_handebol.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLE, Brian; PANARIELLO, Rob. **Anatomia do Basquete: Guia Ilustrado para Otimizar o Desempenho e Prevenir Lesões**. 1ª edição, Barueri, SP, Editora Manole, 2017. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=basquete%2520&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-9§ion=0#/legacy/130237>

FONSECA, Carlos E. R. **Corrida de Aventura: A Natureza é Nosso Desafio**. 1ª edição. Barueri, SP, Editora Labrador, 2017. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Esporte%2520de%2520aventura&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/163371>

MEDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo no Brasil**. 1ª edição. Barueri, SP, Editora Manole, 2005. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=ecoturismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca>

[&page=_6§ion=0#/legacy/1724](#)

PAGLIUCA, José C. G.; CURY, Matheus G. **Leis de Drogas**. São Paulo, SP, Editora Rideel, 2016.

PINSKY, Ilana; BESSA, Marco A. **Adolescência e Drogas**. São Paulo, SP, Editora Contexto, 2004. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=basquetebol&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-11§ion=0#/legacy/36977>

ROSE JUNIOR, Dante de; TRICOLI, Valmor. **Basquete: Uma Visão Integrada entre Ciência e Prática**. Barueri, SP, Editora Manole, 2005. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=basquetebol&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-11§ion=0#/legacy/36977>

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: Impactos, Potencialidade e Possibilidades** 2ª edição. Barueri, SP, Editora Manole, 2014. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=ecoturismo&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-21§ion=0#/legacy/35646>

Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Drogas&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=6§ion=0#/legacy/174291>

NEVES, Elcione A. S.; SEGATTO, Maria L. **Drogas Lícitas e Ilícitas: uma temática contemporânea**. Revista Católica. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Drogas+L%C3%ADcitas+e+Il%C3%ADcitas%3A+uma+tem%C3%A1tica+contempor%C3%A2nea.+&btnG= Acesso em: 18/09/2019.

Coordenador do Curso

Coordenadoria Técnico- Pedagógica